



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - PETROBRAS			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 2064/15	DATA: 14/10/2015	
LOCAL: Plenário 1 das Comissões	INÍCIO: 15h01min	TÉRMINO: 20h50min	PÁGINAS: 133
DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO			
ALDEMIR BENDINE - Presidente da Petróleo Brasileiro S.A. — PETROBRAS.			
SUMÁRIO			
Tomada de depoimento.			
OBSERVAÇÕES			
Houve reprodução de áudio. Houve exibição de imagens. Houve intervenções simultâneas ininteligíveis. Há orador não identificado em breve intervenção. A reunião foi suspensa e reaberta. Há expressão ininteligível.			



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Havendo número regimental, declaro aberta a 56ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a prática de atos ilícitos e irregulares no âmbito da empresa Petróleo Brasileiro S/A — PETROBRAS, entre os anos de 2005 e 2015, relacionados ao superfaturamento e à gestão temerária na construção de refinarias no Brasil; à constituição de empresas subsidiárias e sociedades de propósito específico pela PETROBRAS, com o fim de praticar atos ilícitos; ao superfaturamento e à gestão temerária na construção e afretamento de navios de transporte, navios-plataforma e navios-sonda; a irregularidades na operação da companhia Sete Brasil; e à venda de ativos da PETROBRAS na África.

Informo aos Srs. Parlamentares que foi distribuída cópia da ata da 55ª Reunião. Sendo assim, indago se há necessidade de sua leitura.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Peço dispensa da leitura da ata, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Dispensada a leitura da ata por solicitação do Deputado Bruno Covas.

Em discussão a ata. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, coloco a ata em votação.

Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a ata.

Expediente.

Ofício encaminhado pelo Banco Central do Brasil com informações relativas à solicitação feita no plenário desta Comissão pelo Deputado André Moura e veiculada por meio de ofício desta Presidência, que requereu o envio de relação completa contendo as investigações e a atual situação no mercado financeiro das corretoras de valores com indícios de irregularidades na Operação Lava-Jato e outras identificadas pelo Banco Central. A documentação encontra-se à disposição dos Parlamentares no acervo de documentos sigilosos da Comissão.

Ofício encaminhado pela Saipem do Brasil Ltda. com informações relativas à solicitação feita no plenário desta Comissão pelo Deputado Izalci e veiculada por meio de ofício desta Presidência, que requereu o envio de cópias de contratos com a empresa JAB Consultoria e Participações Ltda., juntamente com as remunerações



realizadas. A documentação encontra-se à disposição dos Parlamentares no acervo de documentos ostensivos da Comissão.

Mensagem eletrônica do Sr. Antônio Carlos Pinto de Azeredo, convocado por esta CPI, informando a impossibilidade de comparecimento do seu cliente em razão de que se encontraria em tratamento de saúde na data em que seria realizada a tomada de depoimento. *“Solicito autorização para fornecer, por escrito, os esclarecimentos que os Parlamentares entenderem pertinentes”*.

Petição encaminha pelo Sr. Antônio Carlos Pinto de Azeredo, nos termos da mensagem enviada por seu procurador, informando a impossibilidade do comparecimento à CPI por questões de saúde e solicitando responder a eventuais perguntas por carta ou *e-mail*. Os documentos encontram-se na secretaria desta CPI à disposição dos Parlamentares.

Ofício encaminhado pelo Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal em resposta à solicitação do Relator desta CPI, o Deputado Luiz Sérgio, que requer o acesso ao inteiro teor dos relatórios individuais de viagem à sede da empresa BlackBerry, no Canadá, ocorrida em caráter de missão oficial por servidores da Polícia Federal, a fim de possibilitar a análise mais detalhada dos objetivos e resultados da investigação. O ofício-resposta encontra-se à disposição dos Parlamentares no acervo de documentos ostensivos da Comissão.

Aviso do Tribunal de Contas da União informando a autorização da prorrogação do prazo de permanência, até a conclusão dos trabalhos, dos auditores federais de controle externo designados para prestarem assessoramento à CPI, atendendo à solicitação desta Presidência.

Ofício da Liderança do Bloco PMDB/PEN comunicando que o Deputado Edio Lopes passa a integrar, na qualidade de titular, esta CPI, em substituição ao Deputado Celso Pansera, Ministro de Estado.

Ordem do Dia.

A presente reunião destina-se à audiência pública para a tomada de depoimento do Sr. Aldemir Bendine, Presidente da PETROBRAS, convocado pela aprovação do Requerimento nº 1.130, de 2015, de autoria dos Deputados Luiz Sérgio, Antonio Imbassahy, Celso Pansera, Fernando Monteiro e João Carlos Bacelar.



Após examinar o requerimento aprovado, esta Presidência informa que o depoente Aldemir Bendine será ouvido na qualidade de testemunha, prestando o compromisso de dizer a verdade sobre o que souber e lhe for perguntado, sob as penas da lei.

Convido o Sr. Aldemir Bendine a tomar assento à mesa.

O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA - Uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Concedo a palavra ao Deputado Silas Câmara.

O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA - Sr. Presidente, salvo engano, o nosso prazo de CPI se encerra dia 23; portanto, na próxima semana, se não estou equivocado. E o nosso Regimento prevê que o período de vistas de possíveis relatórios é concedido e há prazo determinado de duas sessões para que esses relatórios sejam analisados e seja possível votar finalmente o relatório final desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

A minha indagação a V.Exa. é, na verdade, para saber qual será o rito, qual será a estratégia, a regra, o procedimento que V.Exa. vai adotar para esse encaminhamento. Existe alguma expectativa de novo prazo? O que está previsto para que nós possamos ter tempo suficiente e calma para analisar esse relatório, que provavelmente será votado aqui nesta Comissão nos próximos dias?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Silas, nós vamos seguir o que consta no Regimento da Casa. O Deputado Luiz Sérgio, segundo comunicação que fizemos hoje, até ao final da manhã, colherá as sugestões dos Sub-Relatores, aquilo que cada um irá encaminhar como sugestão, como pertinente para que esteja no seu relatório. A partir daí, acredito eu, o relatório estará pronto. S.Exa. poderá falar disso com mais propriedade do que este Presidente, porque cabe ao Relator essa elaboração. E nós vamos cumprir o prazo regimental, que é até o dia 23, sem que a CPI seja prorrogada, e poderemos apresentar o relatório e fazer a votação.

Então, nós temos aí este prazo da leitura do relatório até a votação final, podendo haver pedidos de vistas no prazo de duas sessões do Plenário — sessões extraordinárias. Então, esse prazo, acredito eu, de leitura, o Relator poderá cumpri-



lo na próxima segunda ou, até mais tardar, terça pela manhã, para que se dê tempo de apreciar o relatório até a próxima quinta-feira, o dia em que os Parlamentares retornam a seus Estados.

Então, cabe ao Relator cumprir aí esse prazo, que é regimental e que este Presidente vai obedecer.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Vou concluir com o Deputado Silas e, depois, o Deputado Ivan. Então, darei a palavra ao Deputado Luiz Sérgio.

Deputado Silas, tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA - Então, se eu entendi, V.Exa. afirmou que pretende cumprir o prazo até dia 23; não trabalha com a possibilidade de prorrogação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Essa possibilidade de prorrogação já colocamos ao Deputado Onyx, que é o autor de requerimento de prorrogação, subscrito pela maioria dos Parlamentares desta CPI. Nós não temos aqui nenhum um tipo de óbice em relação à prorrogação dos trabalhos. Cabe ao Presidente cumprir a decisão do Plenário. O fórum que vai decidir se se vai prorrogar não é nosso fórum aqui; eu até queria que fosse porque nós aqui nos entenderíamos de maneira, acredito eu, mais madura. Mas cabe, sem dúvida nenhuma, ao Plenário, aos Líderes partidários. Entendendo a necessidade de prorrogação, eu estarei aqui enquanto Presidente até o término dos trabalhos. Há um pedido de prorrogação de 120 dias, do Deputado Onyx Lorenzoni, que lidera o Democratas aqui na CPI.

Então, eu fico aqui muito a cavaleiro para cumprir a decisão que o Plenário tomar. Como a decisão que o Plenário tomou e que é válida até o dia de hoje, que é a data desta audiência pública, que tem o Sr. Aldemir Bendine como depoente na tarde de hoje, nós temos que trazer à CPI o prazo que hoje esta tem de obedecer. Então, o prazo que a CPI tem que obedecer na tarde de hoje é o prazo de 23 de outubro; é o prazo ao qual a última prorrogação foi autorizada pelo Plenário. Em havendo uma nova prorrogação, estabeleceremos um novo cronograma e essa apreciação do relatório ficará para um outro momento.

Deputado Ivan Valente, tem V.Exa. a palavra.



O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, primeiro, eu queria colocar o seguinte: na verdade, nem todos os Deputados desta Comissão assinaram o requerimento pedindo a prorrogação. Veja que nós adiamos duas vezes, nós prorrogamos duas vezes a CPI. As investigações da Operação Lava-Jato não terminaram; pelo contrário, elas estão em pleno andamento; ainda tem delação premiada para ser vista. Nós não conseguimos ouvir aqui nenhum Parlamentar — nenhum Parlamentar envolvido convocado! Os requerimentos de convocação estão aí sobre a Mesa da CPI. Nós não conseguimos votar nem a convocação de nenhum Parlamentar. A Câmara tem a obrigação de cortar na própria carne, de investigar. Nós temos ainda delações premiadas que estão para sair, do Sr. Fernando Baiano, do Sr. Nestor Cerveró e de outros muitos ainda. O processo está em andamento; nós estamos fechando a CPI.

Então, Presidente, a primeira coisa que eu queria pedir é que os Deputados que não assinaram pudessem assinar a CPI, pudessem assinar a CPI, e que nós pedíssemos para entrar na pauta de hoje o pedido de prorrogação no Plenário assinado por todos os Deputados da CPI da PETROBRAS.

Se isso não for possível, eu quero colocar, Sr. Presidente, a seguinte questão. Nós entramos aqui nesta Casa com muitos requerimentos, uma grande parte foi aprovada, uma parte foi ouvida. E muitos não foram ouvidos, depoimentos importantíssimos que não foram pautados nem ouvidos. Nós fizemos apenas uma acareação aqui — uma! —, que foi a do Youssef com o Paulo Roberto Costa. Nós teríamos várias acareações para fazer, Sr. Presidente.

Hoje, eu queria, particularmente, Sr. Presidente, dizer para a CPI que nós entramos no dia 9 de março de 2015 com um pedido de convocação de toda a lista do Procurador Janot, inclusive do Deputado Presidente desta Casa Eduardo Cunha. Isso ocorreu em março, e, no dia 4 de agosto de 2015, nós entramos com a quebra de sigilo bancário, fiscal, telefônico e telemático também do Presidente da Casa. Nenhum requerimento foi votado. Mas o Sr. Eduardo Cunha esteve nesta CPI.

O Presidente da Casa hoje é acusado de diversas ilegalidades e irregularidades, e com seis delatores premiados denunciando-o por enriquecimento ilícito, lavagem de dinheiro e corrupção. Seu nome já está denunciado ao Supremo Tribunal Federal. Ele esteve aqui nesta Comissão e veio de livre e espontânea



vontade. Agora que nós precisamos que ele venha, convocado, a CPI quer fechar as portas.

Eu quero, então, Presidente, pedir licença a V.Exa. para colocar aqui no microfone as palavras do Presidente Eduardo Cunha...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Cortou o microfone, Deputado Ivan.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu pediria que a CPI ouvisse com atenção, porque, veja...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Ivan Valente, com o respeito que tenho a V.Exa...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Então, eu vou pedir o tempo de líder a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu darei o tempo de Líder a V.Exa. e darei a palavra quantas vezes V.Exa. pedir, como sempre tenho feito, desde o início dos trabalhos, e o farei até o término. O que eu quero deixar aqui claro é que o que qualquer Deputado, qualquer cidadão que esteve na CPI e que falou em algum depoimento, cada um, é responsável pelo que disse, e a CPI sabe muito bem o que cada um colocou. Então, essa necessidade da repetição, na avaliação deste Presidente, é desnecessária.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Mas, Presidente, eu faço questão de fazê-lo, porque tem uma implicação direta com a CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Não, V.Exa...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu queria sensibilizar os Deputados da CPI. Eu quero usar o meu tempo. Então, eu peço o meu tempo de Líder. Eu quero usar o tempo de Líder que tenho regimentalmente para poder relatar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. tem até 3 minutos.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Perfeito. Então, eu vou botar no microfone aqui. Eu posso ler aqui, mas eu quero que seja ouvido de viva voz.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Sr. Presidente, uma questão de ordem!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Com a palavra o Deputado Edio Lopes.



O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Sr. Presidente, todos nós aqui estávamos naquela reunião desta Comissão, quando o Presidente Eduardo Cunha se fez presente. Todos nós ouvimos o que o Presidente disse, mas não é esta a questão. A questão é: eu estou há 9 anos nesta Casa e eu nunca vi nem em Comissão nem no plenário da Casa esse expediente de alguém trazer uma gravação e colocar ao microfone. Eu nunca vi essa prática nesta Casa. Eu gostaria de consultar V.Exa. sobre o amparo regimental para essa solicitação do Deputado Ivan Valente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu vou dizer que o Deputado Bruno Araújo, Líder da Oposição aqui da Casa, colocou no microfone a Presidente Dilma Rousseff, outro dia, na tribuna. Então, já há precedente, não há problema nenhum. Certo, Deputado Antonio Imbassahy? Então, eu peço que meu tempo de Líder seja respeitado e que eu possa colocar no som de viva voz porque é mais forte. Dê-me os 3 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Ivan Valente, V.Exa. tem até 3 minutos.

(Reprodução de áudio.)

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Perfeito. Sr. Presidente, eu quero só complementar esta gravação do Deputado Eduardo Cunha. Ele não precisaria vir nem com requerimento. Ele se dispôs a vir e agora está sob pesada acusação. Mas tem uma outra parte em que ele responde ao Deputado Delegado Waldir naquele fatídico dia em que ele veio aqui de livre e espontânea vontade, em que ele disse:

“(...)estou dizendo a V.Exa., clara e textualmente, as coisas bem concretas: o Sr. Fernando Soares não representa o PMDB e não me representa; não tenho qualquer tipo de conta em qualquer lugar que não seja a conta que está declarada no meu Imposto de Renda; e não recebi qualquer vantagem ilícita ou qualquer vantagem com relação a qualquer natureza vinda desse processo.”

Eu quero dizer aos nobres pares o seguinte: o Deputado Eduardo Cunha mentiu a esta CPI, e mentir aqui é crime. Na época, eu perguntei se ele veio sob juramento. Não: ele veio a convite da Comissão, de V.Exa. ou de livre e espontânea



vontade. Por isso, há o requerimento de convocação, em que cada convocado presta juramento para falar a verdade.

Então, neste momento em que se constata que o Presidente da Casa mentiu à CPI e se propõe a vir de qualquer jeito aqui, sem requerimento, por que nós da CPI não podemos aprovar o requerimento de convocação do Sr. Eduardo Cunha? E mais: o requerimento de quebra de sigilo bancário, fiscal, telefônico e telemático? Só isso aqui já justificaria a prorrogação da CPI. É claro, é evidente.

Então, eu peço a todos os Deputados eu assinem o requerimento do Deputado Onyx Lorenzoni, para que possamos ir até a Presidência, a fim de que seja colocada em pauta hoje a prorrogação desta CPI, Presidente. Eu exijo que isso...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Dando segmento, concedo a palavra ao Deputado Luiz Sérgio. Em seguida, com a palavra o Deputado Altineu Côrtes.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente, eu queria me inscrever também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - O Deputado Ivan Valente usou o tempo que lhe é regimental, como Líder. Eu darei 1 minuto a cada Parlamentar para esta discussão, porque nós temos aqui um convidado, e ele está aguardando para fazer a sua apresentação e responder aos questionamentos de V.Exas. Então, se ficarmos aqui cada um usando o tempo que lhe convier, contando com a complacência deste Presidente, não vamos cumprir o objetivo de hoje, que é ouvir o Sr. Bendine, Presidente da PETROBRAS. Então, darei 1 minuto aos Parlamentares, em seguida, para fazerem essa discussão, fazerem as suas colocações, e iniciarei o depoimento.

O Deputado Luiz Sérgio tem a palavra.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Primeiro, quero fazer o apelo para que possamos ouvir o Sr. Aldemir Bendine, Presidente da PETROBRAS. Esta é a CPI da PETROBRAS. Nós estamos aqui com o atual Presidente da PETROBRAS. E é o depoimento, a meu ver, mais importante do que esse debate que nós estamos fazendo aqui.

Segundo, Deputado Ivan, o seu partido...



O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - O Sr. Aldemir Bendine... Permita-me só um aparte, Presidente, ou Relator.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Não. Não.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Veja, o Sr. Aldemir Bendine podia dar uma entrevista coletiva...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Mota) - Eu quero garantir a palavra ao Deputado Luiz Sérgio.

Deputado, V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Segundo, o seu partido, ontem, entrou com uma representação no local adequado para se debater essa questão de quebra ou não de decoro parlamentar, que é a Comissão de Ética desta Casa. Por isso, enquanto Relator, eu defendi que nós não tivéssemos que ouvir nenhum dos Parlamentares citados, porque a Casa tem um local adequado para se debater esse tema, que é a Comissão Parlamentar de Inquérito, tanto é que o seu partido entra com uma representação na Comissão de Ética.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Uma coisa não excluiu a outra, Presidente. Isso aí não tem nada a ver.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Voltando ao tema, na criação da CPI foram criadas quatro sub-relatorias. O Presidente havia dado um prazo inicial, combinado comigo, até o dia de ontem, dia 13, para que os Sub-Relatores pudessem apresentar o seu trabalho, para que, junto com o Deputado Prascidelli, da sistematização, nós pudéssemos, então, preparar o relatório final.

Reconheço os obstáculos de alguns dos Parlamentares, mas, diante do prazo, se até o dia de amanhã os Sub-Relatores me apresentarem os trabalhos, mesmo que ainda não definitivos, eu terei condições de, na segunda-feira à noite, fazer aqui a leitura do relatório final. Seguramente, haverá pedido de vistas. E na quinta-feira nós faríamos a sessão de votação do relatório.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Mota) - O Deputado Altineu tem a palavra, por 1 minuto.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Sr. Presidente, eu estou participando desta primeira CPI como Deputado. Então, tive a oportunidade de



aprender bastante. Mas eu quero aqui dizer que, se a CPI não for prorrogada o Congresso Nacional, a Câmara Federal não vai estar cumprindo o seu papel.

Nós fomos eleitos aqui pelo voto popular, e a pergunta é: a população gostaria que nós continuássemos investigando os contratos da PETROBRAS — não os da Lava-Jato, mas os da PETROBRAS —, ou não?

Eu, como Sub-Relator, entregarei um trabalho que ficará pela metade. Eu tenho aqui uma lista com mais de 140 contratos, mais de 100 milhões de reais, que está aqui na CPI. Esses contratos não foram investigados pela CPI, não são todos que são da Lava-Jato. A CPI é da PETROBRAS.

E só para concluir, Sr. Presidente, para V.Exa. ter uma ideia — vou inclusive comunicar isso ao Presidente Bendine —, aqui eu tenho na minha mão 12,5 bilhões de reais de contratos de empresas que têm nos seus quadros funcionários da PETROBRAS ou parentes de funcionários da PETROBRAS. Esta CPI, por exemplo, não investigou isso.

Terminar esta CPI é um crime com a população que nos elegeu. A Câmara Federal tem que investigar a PETROBRAS, ajudar o Presidente Bendine, que entrou há 8 meses, a limpar essa empresa, lavar as mãos. Terminar esta CPI agora, na minha opinião, com toda a humildade que tenho aos mais velhos aqui, aos mais antigos, não é o melhor papel para a Câmara Federal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputada Eliziane Gama, V.Exa. tem a palavra.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente, eu queria, inclusive, até pedir... A minha pergunta inicial parece que o Relator já respondeu, que seria na segunda-feira à noite. E, ao mesmo tempo também, quero saber do prazo para a indicação de sugestões para o relatório e, portanto, de emendas. Mas ele nos coloca ali que seria na segunda-feira à noite, dependendo realmente dos Sub-Relatores. E o meu questionamento é exatamente pela necessidade que nós temos de apresentar sugestões para esse relatório, que, no meu entendimento, não será um relatório conclusivo no objeto inicial da CPI. Nós tivemos objeto e temos o objeto principal, que é a investigação do esquema de corrupção em torno da PETROBRAS. A não prorrogação da CPI, sem ouvir, por exemplo, o Paulo Okamoto, sem ouvir o Palocci, sem ter efetivamente os dados das quebras dos sigilos fiscais, telefônicos e



bancários dessas pessoas, não será um relatório conclusivo. Ou seja, por todo o período que nós passamos aqui sem termos ouvido os nomes principais, nós não vamos ter efetivamente um relatório conclusivo.

Portanto, eu também quero fazer o meu apelo, para que nós tenhamos a aprovação no Plenário, a partir do envolvimento da Mesa dos trabalhos desta Comissão, para a ampliação desse prazo, Presidente, e possamos ouvir essas figuras que nós acabamos de citar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Com a palavra o Deputado Carlos Marun.

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Sr. Presidente, eu vou pedir para usar o tempo de Liderança também porque o partido foi citado pelo Deputado Ivan Valente, e o Presidente da Casa é nosso correligionário. Quanto à prorrogação...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. tem até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Não utilizarei tanto tempo, mas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Se V.Exa. desejar, eu posso aqui, como o PMDB tem até 10 minutos, fatiar o tempo. V.Exa. pode usar 5 minutos e, se outro Parlamentar do partido precisar, poderá usar os outros 5 minutos. Farei isso com qualquer partido que pedir, porque temos elasticidade. Aqui o tempo só pode ser usado uma única vez.

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Positivo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Então, V.Exa. tem até 5 minutos. Resolve para V.Exa. falar por 5 minutos ou quer os 10?

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Positivo, por 5 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. tem até 5 minutos.

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Quanto à prorrogação, quem vai decidir é o Plenário. Está faltando alguma assinatura no requerimento do Deputado Ivan Valente para ser apresentado ao Plenário? Se estiver faltando, eu assino, para levar ao Plenário. Quer dizer, não precisamos aqui, neste momento, estender demais um debate que vai acontecer no Plenário a respeito da prorrogação ou não da CPI. Então, fica claro que, se estiver faltando, se existe algum número — eu não conheço nesse aspecto o Regimento —, se estiver faltando alguma assinatura, eu me disponho a assinar esse requerimento.



O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Deputado Carlos Marun, só para esclarecer. Eu concordo com V.Exa., mas quem coloca em votação é o Presidente.

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - V.Exa. poderia me garantir a palavra?

Só me manda o requerimento, se está precisando, Deputado Ivan Valente, não é preciso falar.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - É o próprio. É o Presidente que coloca em votação.

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Positivo? Quem adentrasse o País ou adentrou desavisadamente o País e pega o noticiário vai imaginar o quê? E vem sabendo dessa questão do petrolão, desse escândalo que envolve a PETROBRAS, que chega e leia o noticiário, vai pensar que o nosso Presidente Eduardo Cunha ou foi Presidente da PETROBRAS, ou foi Presidente do Conselho da PETROBRAS, ou foi Presidente da República, já que ele é transformado, hoje, no alvo principal das denúncias que se referem ao tal do petrolão. Quem entra aqui vai pensar isso, quando nós sabemos que essa não é a realidade. Mesmo aqueles que mais desavenças — e até as mais profundas desavenças políticas ou pessoais — têm em relação ao Presidente concordariam que ele, independentemente do que possa ter acontecido, não é um protagonista desse processo. Não é! Não é protagonista desse processo, até porque, na época, não era Presidente do Conselho, não era Presidente da República, não era Presidente da PETROBRAS, era um Deputado que até fazia oposição ao Governo aqui na Casa.

Essa é a realidade. E, a partir do momento em que ele se transforma no alvo principal, nós temos todos os motivos para entender que existe algo estranho, que no céu está passando mais do que avião e passarinho, no momento em que o Presidente é escolhido como alvo principal das investigações e principalmente das acusações.

Deputado, juramos sobre uma Constituição! Sou advogado, mas independentemente disso, nós juramos sobre a Constituição, que contempla e consagra princípios, como o da ampla defesa, do devido processo legal, da presunção da inocência.



A verdade é que a forma como esse processo está sendo conduzido, de pronto, é indevida, pela cronologia com que estão se apresentando os fatos. Há denúncia antes do dia em que ele vai falar na televisão; há uma outra denúncia no *Jornal Nacional* esperando, porque vai sair a denúncia às vésperas de um protesto que pretendia incendiar as ruas do Brasil num Fora Cunha; há denúncia às vésperas do feriadão para que a defesa se faça com mais dificuldade.

Isso cria, sim, em todos aqueles que analisam com mais profundidade essa questão, independentemente do partido, o sentimento, repito, de que está sendo focado indevidamente o Deputado Presidente desta Casa como alvo principal dessa questão. E isso faz com que nós do PMDB e muitos colegas Parlamentares desta Casa concedamos, sim, a ele um direito de presunção de inocência mais robusto.

Querem que o Presidente se defenda do que ele nem foi acusado! “Ah, porque o Ministério Público da Suíça falou.” Por acaso nós somos tupiniquins aqui? A Suíça falou, parou o Brasil? Será que isso ainda é aquela síndrome do colonialismo? “O Ministério Público da Suíça falou.” Se a Suíça quiser procurar dinheiro em conta... Falo de 2 milhões de dólares! Eu tenho certeza de que, se a Suíça for procurar conta com dinheiro frio, 2 milhões de dólares são troco.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Eu queria complementar. Vou usar o segundo tempo de Líder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. tem mais 5 minutos.

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - É troco! Alguém pediu, ou a Suíça investigou isso *de per si*? Ou a Suíça achou 2,5 milhões numa conta — dizem que achou — e resolveu investigar? Isso é raro na Suíça.

Ora, vamos devagar com o andor! O PSOL protocolou no lugar devido uma solicitação com acusação. Vai haver o processo, vai haver a defesa, vai haver discussão, nós vamos nos manifestar, se for o caso, mas que se conceda ao Presidente da Casa aquilo que é um direito de todos nós: a presunção da inocência, que vem sendo vilipendiada por vazamentos seletivos que querem levar o Presidente a uma execração pública, o que esta Casa não merece.

Quero saber do que ele foi acusado. Para um jornal vai uma parte; para outro jornal vai outra parte; para outro jornal vai outra partezinha. Temos que ler todos os



jornais do Brasil para pensar que vamos entender o que está acontecendo. E não é assim. Não temos aqui que nos quedar diante do que está acontecendo.

Então, eu peço, aliás, não peço, eu declaro a minha posição e a de muitos companheiros: ampla defesa. Se há vazamento para um, tem que haver vazamento para todos! Daí, não é vazamento; é divulgação. Se existe investigação seletiva para um, todos têm que ser alvo, e nós sabemos que muita gente está sendo deixada para depois. Então, o devido processo também é isso. Também faz parte do direito que todos nós temos ao devido processo legal e à presunção da inocência.

Hoje, o Presidente tem que saber do que efetivamente está sendo acusado para poder se defender. Senão, é bate-boca, é vazamento para lá, vazamento para cá. E um bate-boca como esse eu tenho certeza de que não interessa ao Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pelo tempo que me foi concedido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço ao Deputado Carlos Marun.

Passo a palavra ao Deputado João Gualberto. S.Exa. dispõe de até 1 minuto.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Sr. Ivan Valente, aqui representando um partido auxiliar ao PT, eu estranho muito...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - V.Exa. não tem o direito de falar isso, não, viu? V.Exa., primeiro, precisa me conhecer!

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Eu falo o que quero. Falo o que eu quero!

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Cale a boca com esse negócio... *(ininteligível.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu quero pedir licença ao Deputado João Gualberto — vou garantir a palavra a V.Exa.

Deputado Ivan Valente, reiteradas vezes, todos os companheiros param para ouvir V.Exa., mas V.Exa. não pode parar para ouvir absolutamente ninguém? Quando os Deputados falam, V.Exa. atrapalha.

Então, se ele concluir, e V.Exa. for citado, darei a palavra a V.Exa. para se defender. Agora, enquanto Presidente, eu quero garantir a palavra ao Deputado João Gualberto.



O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Vou reafirmar: V.Exa. representa o partido auxiliar ao PT e sabe que o pai e a mãe do petrolão são o Sr. Lula e a Sra. Dilma, a Presidenta Dilma, e V.Exa. nunca falou isso aqui.

Agora, V.Exa. sempre pega no pé do Sr. Eduardo Cunha, que é Presidente, não com o meu voto nem com o voto do PSDB, porque os cem votos para Júlio Delgado foram exatamente os de Deputados da Oposição. Se há acusações graves contra o Presidente, isso deve ser apurado, mas não só contra ele, contra vários Deputados, em torno de cem Deputados aqui na Câmara.

V.Exa. só fala de Eduardo Cunha. Por que V.Exa. não fala do ex-Presidente Lula e da Presidenta Dilma, que são o problema do Brasil, que criaram o mensalão e o petrolão? Porque — reafirmo — V.Exa. é Deputado auxiliar do PT.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço ao Deputado João Gualberto.

Com a palavra o Deputado Jorge Solla, por até 1 minuto.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLÁ - Eu não pensei, Sr. Presidente, que iria chegar...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, quero apresentar uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu darei a palavra em seguida a V.Exa.

Terá a palavra o Deputado Jorge Solla e, em seguida, V.Exa.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLÁ - Eu não pensei que iria chegar o dia, nesta CPI, em que eu ouviria os comentários dos nobres colegas que me antecederam.

É impressionante falarem de vazamento seletivo, presunção de inocência, seletividade. Isso é tão contraditório! O Deputado que me antecedeu veio aqui culpar Dilma e Lula, mas não acharam nenhuma conta bancária no exterior nem de Dilma nem de Lula, não houve nenhum comprovante de desvio de recurso da corrupção para as contas bancárias nem de Dilma nem de Lula. E tem a desfaçatez de vir aqui falar como se o Presidente Lula e a Presidenta Dilma pudessem ser culpados e, ao mesmo tempo, vem alegar presunção de inocência para uma situação em que há as



contas bancárias comprovadas no exterior, atestando desvio de recursos da corrupção da PETROBRAS, do petrolão.

Não acharam dinheiro do petrolão em contas de Dilma nem de Lula, não, Deputado, mas acharam na de Eduardo Cunha. Não foi do PT, não.

Agora, falando em presunção de inocência, eu queria entender — seria até bom se o Deputado pudesse me explicar — por que Sérgio Moro mandou prender a cunhada de Vaccari e não mandou prender a esposa de Eduardo Cunha, que pagou com cartão de crédito, que havia comprovação?

Não é ser tupiniquim, não. Felizmente, o Ministério Público da Suíça se dignou a fazer investigação, apuração e denúncia, porque, se dependesse das instituições locais, nós não teríamos essa informação de que o dinheiro do petrolão, na verdade, foi para as contas de Eduardo Cunha.

É impressionante! Eu quero entender por que o PSDB continua...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Jorge Solla, conclua. V.Exa. já extrapolou seu prazo de 1 minuto.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLÁ - Eu quero entender por que o PSDB continua, na calada da noite, valendo uma notinha, dizendo que é contra Eduardo Cunha e, no dia seguinte, não consegue sustentar a posição.

Sabem como é? É o morde e assopra, é o estilo tucano de ficar em cima do muro, mas é claro que eles utilizaram a Presidência desta Casa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Não vou ser descortês e cortar o microfone. V.Exa. vai concluir ou não?

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLÁ - Vou concluir. Dez segundos, para eu concluir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Não. V.Exa. já ultrapassou mais de 1 minuto do tempo que teria.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLÁ - Eu vi todo mundo ultrapassar o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu fui condescendente e pedi no momento certo.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLÁ - Por que essa seletividade comigo, Sr. Presidente?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Não é seletividade. V.Exa. vem aqui agredir todo o mundo e agora vai me agredir também?

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLÁ - Não. Estou perguntando...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Estou sendo complacente. Não está não. V.Exa. está me agredindo.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLÁ - Sr. Presidente, são 10 segundos para eu concluir? Já gastamos 30 segundos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Darei 10 segundos para V.Exa. concluir.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLÁ - Então, eu queria entender, apenas entender, por que usaram o Presidente Eduardo Cunha para tentar o *impeachment* e agora vão descartar na hora em que a população está execrando Eduardo Cunha? Vão descartar, sim. Vão ter que pedir desculpas à população por serem cúmplices da corrupção que foi atestada, graças à investigação na Suíça.

Obrigado, Presidente.

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Presidente, o Deputado me citou, fez uma pergunta direta.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLÁ - Não, não citei ninguém. Permita-me ...

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Olhando aqui...

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLÁ - Pode ouvir a gravação.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Vamos entrar na pauta com o convidado...

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLÁ - Pode ouvir a gravação. Não citei ninguém, por favor...

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Vamos ouvir o convidado.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Quero fazer um apelo.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Nós temos um convidado, Presidente.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Nós estamos aqui com o Presidente da PETROBRAS, a audiência foi marcada.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Está aqui o Presidente da PETROBRAS. Vamos ouvi-lo.



O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Ele não me citou, porque não sabe o nome, porque ele me apontava e dizia.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA - Eu não posso olhar?

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Há mais de uma hora que iniciou...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Com a palavra o Deputado Ivan Valente, por 30 segundos.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA - Não acharam ou não procuraram?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. foi citado.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, eu só quero citar exatamente o art. 74.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. foi citado e tem até 1 minuto. Já está contando o tempo.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Exatamente.

Eu só quero dizer ao Deputado João Gualberto que não preciso nem responder. Eu apresentei 200 requerimentos. Aprovei todos os requerimentos de convocação do PT, do PSDB, do PMDB, de todo mundo que estava envolvido. O que queremos aqui é investigar, é a verdade. Aqui ninguém pode acusar o PSOL de não ter convocado todo mundo, não ter inquirido com rigor todos aqueles que depuseram aqui, aqui ou em Curitiba.

Então, talvez, V.Exa. não tenha visto que eu chamei muito o Sr. Jaime de Oliveira aqui, que tinha algo a dizer sobre o PSDB e Júlio Camargo também. V.Exa. não ouviu, Sr. João Gualberto, V.Exa. não ouviu.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - E Lula.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - E Lula também. Okamoto eu aprovei, o Palocci eu aprovei... Eu não tenho nenhum problema. Não tenho mais nada a ver com isso, não. Agora, aqui, sim, há uma blindagem para não prosseguir a CPI. Eu dou nome aos bois, aos partidos que estão fazendo isso, inclusive o partido do Relator, o PMDB e o PSDB. Há uma blindagem para não continuar a CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Aluisio Mendes. V.Exa. tem até 1 minuto.



O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Sr. Presidente, eu vou ser bem breve.

Acho que, quanto a essa discussão sobre a prorrogação ou não da CPI, quem tiver vontade assina o requerimento. Eu sou signatário. Vamos levar a plenário e decide isso lá.

A minha questão é muito prática, Presidente. Eu estou colaborando com o nosso Relator na confecção do relatório da nossa CPI. E para essa minha colaboração ser mais efetiva, precisamos ter a resposta de alguns requerimentos feitos ao Ministro da Justiça — Requerimentos nºs 1.045, 1.068 e 1.107.

Gostaria de pedir a V.Exa. que solicitasse ao Ministro da Justiça que responda a esses requerimentos. O prazo já venceu, e ele ainda não nos respondeu. E é fundamental para a minha colaboração ao nosso Relator que esses requerimentos sejam respondidos o mais rapidamente possível, sob pena de não poder colaborar com o relatório, se esses requerimentos não forem atendidos. Gostaria de solicitar a V.Exa. que fizesse esse pedido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu tomarei as providências necessárias.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - E que tome providências mais efetivas com relação a essa sempre postergação das respostas do Ministro da Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Nós temos aqui que fazer uma crítica pública. A partir do momento em que a CPI tem o objetivo, exerce o seu papel investigativo, procura ter acesso a documento a que tem direito — se estiver sob sigilo, daremos o sigilo adequado para não haver nenhum tipo de vazamento —, e esses prazos não são respeitados, não é um desrespeito só a V.Exa., que é o autor do requerimento, mas desrespeito a mim e a todos os membros, a Comissão Parlamentar de Inquérito é que não está sendo respeitada.

Infelizmente, o Ministério da Justiça não tem cumprido os prazos, e nós vamos tomar as providências cabíveis. Garanto a V.Exa. o retorno ainda até o final desta semana.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Inclusive esses requerimentos são de informações técnicas, não são cobertos por sigilo nenhum.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Não, exatamente.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Então, há realmente uma má-fé do Ministério da Justiça, e V.Exa. precisa tomar uma providência com relação a isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Não há necessidade de essas informações não serem compartilhadas. Então, por isso estou aqui fazendo essa crítica, de público, e dizendo que darei uma resposta a V.Exa. até o final desta semana.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Registro que V.Sa., Sr. Aldemir Bendine, prestará o seu depoimento na qualidade de testemunha.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Sr. Presidente, V.Exa. não vai dar 1 minuto aos demais Parlamentares?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Não. Só a quem pediu.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Mas eu tinha pedido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Darei a V.Exa.

Deputado Delegado Waldir, V.Exa. tem até 1 minuto.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Obrigado, Sr. Presidente.

Vou ser muito rápido. Se encerrarmos a CPI, vamos frustrar o Brasil. Acho que nós temos muito a avançar. Nós fomos lá, conversamos com o Dr. Sérgio Moro, em Curitiba, e fiz uma pergunta muito incisiva a ele: onde está o líder dessa organização criminosa que até agora não chegou?

Peço a V.Exa. que converse com o atual Presidente para que continuemos.

Ontem vi nos jornais a seguinte frase da atual Presidente Dilma: *“Quem tem força moral para atacar minha honra?”* Lembro à nobre Presidente, que deve estar aqui ao lado, que ninguém quer atacar a honra dela, mas quer atacar a corrupção que ela instalou, ela e o ex-Presidente Lula, na PETROBRAS. Se hoje nós temos vários Parlamentares, Senadores e doleiros envolvidos, a culpa é do Executivo, que colocou lá Janene, colocou Paulo Roberto, colocou Cerveró.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Peço a V.Exa. que conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Vou encerrar.



Então, Sr. Presidente, lembro que o Delegado Waldir tem força moral para atacar os crimes que ela cometeu e que muitos Deputados do PSDB e muitos Deputados que estão aqui têm honra moral. Quem não tem honra moral e já devia ter largado o caneco, a boquinha, é ela e o ex-Presidente Lula.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente, V.Exa. vai trazer Paulo Okamoto semana que vem?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputada Eliziane, nós temos que fazer um cronograma. Estou até conversando com o Secretário Manoel Alvim sobre o prazo que ainda resta à CPI. Não havendo a prorrogação da CPI, nós temos um prazo para o Relator apresentar seu relatório. Na segunda-feira à noite, talvez tenhamos que chamar uma reunião extraordinária, e vou chamá-la para o final da tarde, para que o relatório seja apresentado, para dar tempo a todo mundo de voltar — farei um apelo aos Parlamentares —, para que dê tempo de votar até quinta-feira. Se deixarmos para ler na terça-feira, o relatório só poderá ser votado na sexta-feira. Então, o prazo é muito exíguo para qualquer outra convocação ou até mesmo reunião deliberativa, como aqui foi colocado. Este Presidente fica impossibilitado, diante do prazo regimental, ao qual tenho que obedecer.

Então, digo a V.Exa. que não vejo problema nenhum em trazer o Sr. Paulo Okamoto, desde que haja prorrogação do prazo.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Ou seja, na situação que está, esse é o último depoimento que nós teremos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Exato.

Eu irei iniciar agora o depoimento do Sr. Bendine. Não darei a palavra a mais nenhum Parlamentar. Peço a complacência e o entendimento de todos aqui presentes.

Registro que V.Sa. prestará seu depoimento na qualidade de testemunha. Nesse sentido, recai sobre a testemunha intimada a depor o dever de dizer a verdade. Exorto V.Sa. a prestar o compromisso de fazê-lo sobre o que souber e lhe for perguntado, nos termos do disposto nos arts. 203 e 210 do Código de Processo Penal.



Advirto, ainda, que o descumprimento, por parte da testemunha, desse dever legal fará incidir sobre si as penas cominadas no crime de falso testemunho, previsto no art. 342 do Código Penal.

O SR. ALDEMIR BENDINE - Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Peço a atenção de V.Exas. para as normas estabelecidas no Regimento Interno da Casa.

O tempo concedido ao depoente será de até 20 minutos, prorrogáveis, a juízo da Comissão, não podendo ele ser aparteado.

Os Deputados interessados em interpelá-lo deverão inscrever-se previamente junto à Secretaria.

As inscrições para membros, não membros e Líderes partidários estão abertas, e as encerrarei ao final do depoimento do Sr. Bendine, como é praxe, como nós estamos fazendo desde o início dos trabalhos, para que possamos ter respeito a quem realmente quer participar e fazer perguntas com o propósito de contribuir para o bom funcionamento da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Sr. Bendine, antes de V.Sa. iniciar seu depoimento, quero lhe agradecer a presença. Até então, contra V.Sa. não recai nenhum tipo de acusação.

Nós estamos trazendo aqui o Presidente da empresa para que ele possa, acima de tudo, nos passar as perspectivas, já que acredito ser o grande pano de fundo desta Comissão, além de combatermos a corrupção e de pedirmos a punição dos culpados, a nossa preocupação maior é com a recuperação da empresa, que é de fundamental importância para a recuperação econômica do nosso País, tão desejada, acredito eu, por todos os partidos políticos que compõem este Parlamento.

V.Sa. tem a palavra.

O SR. ALDEMIR BENDINE - Boa tarde, Sras. e Srs. Parlamentares e todos os presentes. Atendendo à convocação da CPI, estou à disposição para prestar os esclarecimentos em relação a esse modelo de gestão adotado desde a minha chegada, há 8 meses, à companhia. Eu gostaria de, inicialmente, fazer uma breve apresentação, para que a gente tenha um norteamento, uma linha do tempo de tudo o que foi realizado nesse período e as perspectivas para o futuro. Eu gostaria de



focar muito nesse aspecto, até por conta do objeto desta Comissão Parlamentar de Inquérito, sobre gestão e governança, sobre o desempenho operacional da empresa e sobre os seus investimentos, dada a importância que esse conjunto de investimentos da PETROBRAS tem para a economia brasileira. Inicialmente, eu gostaria de explanar um pouquinho, desde a minha chegada, os principais desafios que nós ali encontramos. *(Segue-se exibição de imagens.)* A empresa passava por um momento de extrema turbulência. Como todos bem sabem, é uma empresa de capital aberto, com ações negociadas em bolsa não só no Brasil como nos Estados Unidos, e que ainda não tinha naquela ocasião, em fevereiro, ainda o seu balanço do terceiro trimestre aprovado — e, por consequência, o do quarto trimestre também. Isso é fundamental para a existência de uma empresa. A não aprovação de um balanço traz uma situação praticamente de insolvência da empresa perante mercados creditícios e de investidores. Tão logo nós chegamos, trabalhamos muito fortemente nessa questão, dada a experiência que já possuíamos. Em comum acordo com a nossa auditoria externa, levantamos os principais pontos, se tinha dificuldade para atestar aquele balanço. Muito advinha dos efeitos que a própria Operação Lava-Jato trazia sobre a credibilidade das informações da empresa. Dois pontos foram os principais para que fizéssemos aquilo. A auditoria externa solicitava uma investigação independente, que pudesse atestar e certificar todas as informações prestadas. O segundo era em relação à metodologia a ser utilizada num teste de imparidade. V.Exas. bem sabem que um teste de imparidade é uma avaliação a que toda empresa está sujeita, ano a ano, sobre seus projetos. Dadas as circunstâncias de mercado que possam alterar significativamente o resultado desse investimento, à luz de novos parâmetros, ou dos parâmetros que estejam sendo vivenciados naquele momento, você tem que aplicar esse teste, para que possa saber qual é o real valor daquele ativo, daquela unidade geradora de caixa, e o quanto isso traz ainda de contribuição ao projeto investido. Foi um trabalho árduo. Nós tivemos um êxito e conseguimos aprovar, então, no mês de abril, um balanço auditado não só do terceiro trimestre, mas do quarto trimestre, enfim, fechando o ano de 2014, quando, trouxemos a realidade da empresa, pela boa prática contábil, e refletimos naquele momento o que se passava na companhia. Ali nós fizemos todo o ajuste dos seus ativos, do seu patrimônio e do seu resultado. Isso foi fundamental,



do ponto de vista de credibilidade da empresa, pela dificuldade por que ela passava naquele momento. Paralelamente a isso, nós também trabalhamos muito fortemente na questão da financiabilidade da companhia. Uma companhia sem balanço tem dificuldade na rolagem da sua dívida e na sua tomada de capital para o seu giro do seu dia a dia. A gente conseguiu também êxito muito forte. Mesmo com o balanço não aprovado, nós conseguimos, através de uma série de captações e negociações com o mercado interno e externo, quase 11 bilhões de dólares, que pudessem fazer frente ao caixa estimado que a empresa tinha, previsto para o final de 2015, que não atendia, na minha visão ou na visão da diretoria, àquilo que realmente tínhamos de necessidade para uma companhia com esse porte. Eu acho que esses dois aspectos foram primordiais nesse primeiro momento, que resgatou um pouco, ou pelo menos amainou um pouco a credibilidade que a empresa tinha que possuir nesse momento para enfrentar o mercado. Na sequência da nomeação da nova Diretoria, foi nomeado um novo Conselho de Administração, ao qual eu agradeço pelo apoio que vem dando à nova Diretoria, na busca dessa nova empresa que a gente está tentando reconstruir e implantar. Isso nos possibilitou, inclusive, dentro dos prazos legais, apresentar em dia todos os nossos balanços doravante, e assim o fizemos em relação ao resultado do primeiro trimestre, em relação ao resultado do primeiro semestre, e uma série de ações em que a gente vem trabalhando. O que a gente tem buscado nesse momento é, primeiro, um modelo de gestão com capacidade de gestão operacional efetiva para a empresa e, ao mesmo tempo, uma reforma na sua governança, na sua gestão, para que ela possa mitigar situações como vivenciou no passado e, ao mesmo tempo, sem perder a sua agilidade, mas que a gente tenha conforto em todas essas decisões tomadas. Paralelo a isso, foco do objeto do trabalho que esta CPI vem implementando, a empresa tem colaborado ativamente com as autoridades, inclusive aqui com vocês, envolvidas na investigação deste caso recente e tão vergonhoso, na busca de reaver também valores que a empresa viu subtraídos nessa operação ora apontada e que continua em curso. O trabalho das autoridades, em conjunto e com o apoio da PETROBRAS, já resgatou praticamente 300 milhões de reais — um valor que pode parecer irrisório neste primeiro momento —, mas está em curso ainda uma série de acordos que podem recuperar aquele impacto que se trouxe à empresa naquele momento. Nós



temos uma estimativa, e essa estimativa foi lançada no balanço. E, mesmo que de forma conservadora, ou seja, com um número talvez até acima do que possa de fato ter colocado do ponto de vista de pagamentos indevidos, acima de 6 bilhões de reais, além dos impactos nos ativos que ocorreram não só por este processo de corrupção, mas também — temos que entender — por uma questão emergencial pelo que a empresa passou. Todo o seu planejamento dos últimos anos vinha sendo ancorado numa situação em que a *commodity* principal da empresa, que é o petróleo, estava operando a mais de 120 dólares o Brent, e quando, num momento de excesso de oferta, nós tivemos uma queda abrupta. Para vocês terem uma ideia, em julho de 2014, o preço do Brent estava 114 dólares o barril, e terminou-se o ano de 2014 abaixo de 50 dólares, e esse valor permanece hoje nessa situação, apesar de uma ligeira recuperação no início de 2015. Outro fato marcante que a gente procurou para mostrar a real situação da empresa e colocá-la numa situação de boa prática de governança e gestão foi a elaboração de um plano de negócio que contemplasse o próprio ano de 2015. Esse plano de negócio estava atrasado, ele deveria ter sido apresentado no início de janeiro. Nós conseguimos, então, apresentá-lo, concluí-lo no mês de maio; apresentamos a mercado no mês de junho, diante da realidade que ali se impunha sobre as principais variáveis que compõem a indústria do petróleo — notadamente, o preço do Brent e variação cambial. Naquele momento, a gente tinha uma perspectiva de um valor médio do Brent de 60 dólares no ano, e 1 dólar na casa de 3,40. O acirramento desta crise econômica mundial, notadamente no ciclo das *commodities*, acabou gerando uma situação mais adversa, notadamente pela maior baixa de demanda no mercado asiático, e isso imputou nova queda no preço do barril do petróleo, assim como nós tivemos uma valorização bastante significativa da moeda americana frente à moeda brasileira. Feito isso, nós estamos reposicionando novamente este novo plano de negócio, e dentro deste novo plano de negócio, o que a gente tem procurado, não só na anterior, como no complemento que a gente tem feito agora, reposicionar a empresa frente a essa dificuldade, esse ciclo que ela vem enfrentando com essa recente, com esses dois recentes episódios: o episódio da corrupção ali descoberta e deflagrada, mas principalmente quanto a esse cenário das *commodities*, esse ciclo virtuoso que vivenciou as *commodities*, e que agora está diante de uma realidade bem mais



difícil. Mesmo com essa situação, a gente acredita fortemente na capacidade de recuperação da empresa, até porque ela é uma empresa de um porte muito significativo para o País, que atua num segmento que é fundamental não só ao País, como a toda a economia mundial. Nós sabemos dos dissabores e das dificuldades que ainda vamos enfrentar. Faz parte da boa gestão, a cada momento que a gente se deparar com alterações significativas no cenário, reposicionar a empresa perante isso. Mas a gente tem uma convicção de que a empresa tem um caminho a ser seguido, a ser encontrado e que, passado esse episódio de reorganização por que ela está passando, não só do ponto de vista econômico-financeiro, mas também do ponto de vista da sua gestão e da sua governança, ela será uma empresa um pouco mais enxuta, mas uma empresa mais robusta do ponto de vista de resultado e voltará a ser motivo de orgulho para todo cidadão brasileiro. Os tempos são difíceis, ela enfrenta uma situação que, talvez, seja o maior desafio doravante, que é o seu elevado endividamento. A empresa tem um endividamento não recomendável frente à geração operacional que hoje ela apresenta, mas, diante de um cenário onde a gente busque cada vez mais uma disciplina de capital, uma disciplina de gestão muito forte, que melhore a geração operacional da empresa, aliada a um programa de desinvestimento, a gente tem capacidade de trazer essa dívida a indicadores mais confortáveis e que sejam melhores recebidos pelo mercado creditício de investidores. Então, nesse contexto que eu procurei falar até agora, a gente trabalhou basicamente em cima de quatro pontos. Esse é o contexto em que a gente encontrou a PETROBRAS nesse momento, conforme aqui já citado: o barril do petróleo em queda; uma dívida acima da meta, e o que é mais agravante em relação a essa dívida é que quase 70% dessa dívida são lastreados em dólar; uma necessidade efetiva de melhorar todos os mecanismos de gestão e controle, adequando a empresa às melhores práticas de gestão; e, é lógico, trabalhar muito fortemente na recuperação da imagem da companhia. Ela está extremamente afetada por esses casos de fraude e corrupção, da qual ela foi acometida, e é necessário que, tão logo conclusos todos os trabalhos de investigação que apontem para uma correção desses desvios, a gente possa trabalhar no resgate da imagem da companhia. E isso é algo muito salutar para nós, até pelo ponto de vista dos outros impactos que ela traz, até na nossa vida financeira. Eu não tenho dúvida de



que todos esses trabalhos que hoje estão sendo elaborados pelas autoridades competentes, aqui por vocês, trará, sim, uma visão muito clara para nós de imperfeições, falhas no seu mecanismo, que vai buscar que a gente aprimore e corrija esses processos e que a gente possa ter a empresa muito equilibrada, blindada, e que mitigue de forma muito expressiva qualquer tentativa que traga malfeitos novamente à companhia. Dentro desse trabalho do novo modelo de gestão, a gente tem baseado esse processo em quatro grandes blocos, com o foco principal em resultado. É isso que a empresa tem que buscar, para que ela possa melhorar a sua geração operacional e, com isso, ela possa adequar o tamanho da sua dívida à sua capacidade de geração operacional. E, para isso, nós elaboramos quatro pontos vitais para a companhia. Primeiro, dada a necessidade de adequar o investimento a uma nova realidade que não só a empresa está vivenciando, mas o próprio mercado de óleo e gás, nós estamos priorizando boa parte dos investimentos da companhia, para ser exato, 82% de todo o investimento previsto da companhia para os próximos anos será dedicado à área de exploração e produção de petróleo, que é o *core* da empresa, é aquilo que traz a sua maior rentabilidade. Nós estamos trabalhando muito fortemente também na otimização de processos e a redução de gastos operacionais. A empresa não pode conviver com o custo de uma companhia prevista para ter, no seu planejamento anterior, até a extração de 4 milhões de barris-dias, para uma companhia que tem que se adequar a uma realidade de um plano muito mais realista, de 2 milhões e 800 mil barris-dias, isso produção Brasil. Para isso, é fundamental, então, que a gente reveja todos os processos e procure uma redução forte de custos, para que a companhia esteja adequada a essa nova situação. A nossa meta, em relação a isso, é reduzir esses custos gerenciáveis neste próximo plano de negócio em até 12 bilhões de dólares. É um programa agressivo, mas é um programa que é necessário e salutar para a companhia, para que ela se posicione de uma forma muito mais equilibrada diante da dureza de realidade que ela tem que enfrentar. Nós temos trabalhado, conforme eu disse, em todo o reescalonamento da nossa dívida e na nossa garantia de financiabilidade. Isso é o fundamental para empresa: que ela tenha um caixa com capacidade de fazer frente a qualquer momento onde você tenha um agravamento do mercado naquele momento. Nós encontramos a empresa que previa uma



situação de fechar o caixa para este ano na ordem de até 10 bilhões de dólares, nós achamos esse valor um pouco tímido e talvez não seguro para a necessidade da empresa. Nós nos propusemos a manter até uma meta de que esse caixa termine na ordem de 20 bilhões de dólares no final do ano. Para isso, a gente teve bastante êxito, conforme a gente colocou, não só em novas captações, mas principalmente trabalhando em captações, emissões de bônus e outros instrumentos no mercado financeiro, que possibilitaram à empresa um melhor perfil da sua dívida. O que a gente tem buscado é que essas dívidas sejam de prazo mais longo e de preço mais baixo. Prova da importância desse trabalho feito e do sucesso que nós já atingimos até este momento, só nesse reescalonamento de dívida que a gente trabalhou pesadamente para este ano, o que já nos garantiu essa folga de caixa para 2015, e já estamos trabalhando para o equacionamento do caixa de 2016, esses movimentos mais recentes que a gente fez, que vocês tiveram oportunidade de acompanhar pela imprensa de uma forma geral, já possibilitaram uma economia para a companhia, no ano de 2015, de 3,8 bilhões de dólares por essa melhor gestão do seu endividamento e, por último, um trabalho muito efetivo em cima das melhorias de governança de todos os nossos mecanismos de controle. Nós encontramos uma companhia onde o modelo decisório era muito verticalizado, sem camadas de alçadas devidas, dado que a empresa teve um crescimento muito expressivo nos últimos 20 anos, e a governança e as melhores práticas não vieram na mesma velocidade com que houve no crescimento da companhia. Isso é natural numa companhia que cresce a ritmos largos. Dado esse momento em que a gente tem necessidade de um aprimoramento, até porque o modelo de gestão então implementado, de uma determinada maneira, não foi possível mitigar uma situação que a gente vivenciou em relação a esse escândalo, a gente está procurando adequar a companhia a um novo modelo de governança, um modelo mais blindado, com maior segurança nas decisões. E isso trabalhando de forma que o novo modelo decisório, principalmente, privilegie, ou melhor, seja condição *sine qua non*, seja sempre por decisões colegiadas, nunca por decisões individuais. Aliás, no primeiro dia em que eu comecei meus trabalhos, no dia 9 de fevereiro, eu acho que o primeiro documento que eu pedi naquele momento foi a tabela de competências e alçadas da empresa. Eu vi ali que Diretores e Presidentes tinham alçadas



individuais. Eu venho de uma cultura que eu acho que não é salutar para a empresa. Naquele mesmo dia, todas as alçadas individuais da empresa foram cassadas e implementadas alçadas colegiadas ou, no mínimo, assinaturas cruzadas para cada um dos processos decisórios da empresa. A gente entende como fundamental que se tenha debate quando de uma decisão, seja de um investimento, seja de um gasto operacional, para que você tenha maior segurança na contratação disso. Nós trabalhamos também, junto com esse novo conceito de administração da empresa, na reestruturação dos Comitês de Assessoramento e na criação de novos Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração. E aí eu destaco o Comitê Estratégico, que acompanha cada uma das propostas da decisão da diretoria antes da implementação, pelo debate, do Conselho de Administração, um aprofundamento na técnica proposta para cada um dos casos, assim como de um Comitê Financeiro, que hoje acompanha muito mais de perto todo o movimento de caixa, todo o movimento da financiabilidade da companhia e que dá um apoio muito forte ao Conselho de Administração nas suas tomadas de decisão. Nós também já encontramos em curso ali a estruturação de uma diretoria de governança, risco e conformidade, cujo titular foi selecionado através de um processo de recrutamento e de seleção por uma empresa de *headhunter*. Ele veio de mercado e com condições especiais, inclusive de poder de veto em determinadas decisões. Isso já havia sido definido, esse processo já havia sido deflagrado, mas ele foi implementado a partir de fevereiro deste ano. Conforme dito, há todo um processo de revisão das alçadas de aprovação. Eu acho que com isso a chance de fazer, de a gente ter decisões não coerentes com a companhia, a partir do momento em que se toma uma decisão colegiada, a gente ataca o principal problema, que, aliás, foi a raiz dos problemas que a gente encontrou nessa Operação Lava-Jato, onde se privilegiavam muito decisões individuais na empresa. Esse modelo de governança implementado nós buscamos nas melhores práticas, não só nacionais, mas internacionais, usando o modelo da lei de práticas de corrupção internacional dos Estados Unidos, o FCPA; a Lei de SOX, Sarbanes-Oxley; a lei de combate à corrupção do Reino Unido e a Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Internacionais, da OCDE. Essas referências em relação à governança nos permitiram também enfrentar aquilo que era um grande componente



e uma necessidade premente da empresa, que é a sua relação com os seus fornecedores. Dito isso, a gente encontrou a empresa naquela situação: em dezembro de 2014, havia, devido às investigações da Operação Lava-Jato, 32 empresas sendo bloqueadas cautelarmente no trabalho à companhia. Com isso, nós procuramos, então, enfrentar essa situação. De que forma? Com uma revisão de todo o cadastro de fornecedores da companhia. A companhia tem hoje quase 30 mil empresas cadastradas, entretanto, só 12 mil ativas. E o que a gente vai fazer? Submeter essas 12 mil empresas a um novo modelo nessa relação com os fornecedores. A gente buscou um modelo muito utilizado no mundo, que é um *due diligence* de integridade de cada um desses fornecedores. Isso pressupõe que a gente avalie a idoneidade, as práticas de combate à corrupção, de toda e qualquer empresa que esteja no cadastro da PETROBRAS. Então, isso será realizado em 12 mil empresas. E, se ela passar por esse processo de *due diligence* de integridade, ela estará apta a voltar ou a trabalhar com a empresa. Esse processo nós já iniciamos no final do mês de agosto, já temos mais de 2 mil fornecedores que passaram por esse processo. E, dentre as coisas que nos dão garantia em relação a isso, está a prerrogativa de que a gente, a qualquer tempo, pode realizar auditoria nas instalações do fornecedor, nós podemos exigir certificação independente do seu programa de *compliance*. Esse fornecedor tem sempre que realizar rodízio dos profissionais que acompanham a execução contratual naquele modelo que ele tenha com a PETROBRAS. Outro aspecto importante que a gente trabalhou muito fortemente nesse período foi a possibilidade, de uma forma mais transparente e de uma forma mais efetiva, de acesso de qualquer pessoa deste País, seja um funcionário, seja um empregado da PETROBRAS, seja um fornecedor, qualquer pessoa da sociedade brasileira possa ter acesso a um canal simplificado e efetivo para acolher qualquer tipo de denúncias contra a empresa. Isso trará uma possibilidade de maior transparência pela empresa e um compromisso da empresa de apuração de qualquer eventual irregularidade que possa acontecer. Isso não permitirá, com certeza, à empresa viver uma situação em que você tenha malfeitos, numa condição de muitos contratos, e cada um vai ser tratado muito rapidamente. A empresa implementou um canal de denúncias independente, que não tem vinculação com a empresa. Esse trabalho vai funcionar através de *website*, 0800, 24



horas por dia, todos os dias do ano, e cada uma dessas denúncias terá tratamento, após as análises. Essa empresa tem uma capacitação. É um processo de licitação recém-concluso. A empresa vencedora dessa licitação vai entrar em funcionamento entre 30 e 60 dias aproximadamente. Isso possibilitará à empresa ter uma transparência maior, como eu disse, não só com os seus empregados e fornecedores, mas principalmente com a sociedade brasileira. Esse é um compromisso da empresa de que qualquer eventual denúncia será tratada e, se apurada, será corrigida. A PETROBRAS também tem feito um esforço muito grande de colaboração com as autoridades em todas as investigações feitas. De forma geral, temos hoje o reconhecimento da Força-Tarefa do Ministério Público e da Procuradoria-Geral da República quanto à colaboração em todos os processos e malfeitos ali encontrados. E não só com as apurações que são conduzidas pelas autoridades brasileiras, a empresa também adotou e vem adotando sob sua condução, com muita transparência, investigações internas e externas. As externas são feitas de maneira independente, com a contratação de escritórios especializados para isso. E as internas são feitas através das nossas comissões internas de apuração. Todo e qualquer achado em relação a esse tema é transferido para as autoridades competentes, para que com o seu poder de polícia possam aprofundar qualquer não conformidade ali encontrada, qualquer malfeito ou qualquer indício de malfeito ali encontrado. Então, eu gostaria de frisar que a gente vem colaborando efetivamente com todas as autoridades, inclusive com vocês. Eu espero estar atendendo a todas as solicitações desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Eu aqui tenho alguns números que acho significativos. Nós já enviamos mais de 5 mil relatórios de auditoria às autoridades competentes. Só a esta Comissão Parlamentar de Inquérito já foram entregues mais de 1.500 contratos solicitados. É isso que vem possibilitando, dentro do trabalho de vocês, recuperar valores que são devidos à empresa. Eu gostaria de caracterizar muito que a empresa é vítima desse processo que ela enfrentou no passado. Quanto ao desempenho operacional, eu quero mostrar que, nada obstante todo esse processo que a gente vem enfrentando, diante dessa nova realidade, desse cenário externo e interno extremamente difícil, de muita oferta e baixa demanda, em que a empresa teve que adequar a sua capacidade operacional, o seu caixa a uma nova realidade em termos de produção e



a uma nova realidade de investimentos, eu gostaria de frisar que a empresa ainda é o principal *player* neste País em relação a um ciclo virtuoso da economia brasileira. A cadeia de óleo e gás, no Brasil, cuja empresa — a PETROBRAS — é a principal componente e gera milhares de empregos neste País, e, acima de tudo, gera um volume de desembolso que traz um ciclo muito positivo à economia brasileira. Nada obstante todos os problemas que a gente vem enfrentando, a empresa manteve um nível de investimento, se bem que muito menor em relação a anos anteriores, mas ainda muito significativo para que a economia brasileira possa continuar tendo uma *performance* condizente com o tamanho do País. Só para vocês terem uma ideia, para este ano a gente deve alcançar a marca, em investimentos, da ordem de 25 a 27 bilhões de dólares. São praticamente 100 bilhões de reais. Os gastos operacionais da companhia, que fazem a companhia manter os seus contratos com fornecedores e que dão suporte a todo o serviço da empresa também neste ano devem se realizar na ordem de 100 bilhões de reais. Então, essa é a magnitude, é o tamanho da empresa. Nada obstante os problemas passados, que servirão muito, sim, para o aprendizado e para o aperfeiçoamento da empresa, eles, acima de tudo, permitirão que a empresa continue saudável. Nós não vamos ficar olhando pelo retrovisor. Nós vamos ter uma política forte e firme para uma empresa que é saudável, nada obstante o tamanho da dívida que ela vem enfrentando. Fruto desse trabalho, a empresa tem hoje uma capacidade que é um diferencial ainda em relação às principais companhias do mundo, que são as suas reservas provadas e o fato de ter descoberto há alguns anos um potencial enorme de uma realidade que é um orgulho inclusive dos empregados da companhia, que foi deter a tecnologia de exploração de petróleo na camada pré-sal. A empresa foi reconhecida neste ano com o Oscar da indústria do óleo, como a melhor empresa técnica em função de tudo isso que desenvolveu. Então, nada obstante todo o cenário de dificuldade por que a empresa passa, há fatos muito concretos e positivos. Nós atingimos, em um curto espaço de tempo, a produção já de 860 mil barris por dia no pré-sal. Isso já representa mais de um terço de toda a produção da PETROBRAS. Tivemos um dia de pico que quase chegou a 900 mil barris. Eu não tenho dúvida de que já no início de 2016 nós vamos atingir a marca de 1 milhão de barris só na exploração do pré-sal. E esse é um ponto de destaque e um ponto muito importante para a companhia,



porque, na indústria do petróleo, você tem ciclos, e cada empresa adota determinados ciclos. Ora você tem um ciclo onde você trabalha muito fortemente na exploração e no desenvolvimento de produção, para que você tenha reservas robustas, que possam dar um tratamento de longo prazo para essa empresa, ora você privilegia mais a questão da produção. Então, esse é um aspecto positivo que eu herdei na gestão. Ela tem uma capacidade de reserva comprovada que permite, hoje, à empresa explorar petróleo sem necessidade de nova exploração por mais de 19 anos. Esse é um indicador bastante significativo, que coloca a empresa numa das melhores condições do mundo e que vai possibilitar agora à gente vivenciar um ciclo muito mais de produção do que de exploração. Não que a empresa vá abrir mão de exploração, porque esse é sempre um ciclo dinâmico e contínuo. Os principais projetos que ainda estão mostrando que a empresa ainda continua trabalhando fortemente no seu investimento, entregues já no ano de 2015, foram duas novas plataformas em operação: a P-61 e a FPSO Cidade Itaguaí. P é sempre quando é uma plataforma proprietária. Quando tem um nome de cidade, é uma plataforma arrendada. Elas reiniciaram uma em março de 2015 e outra em junho de 2015. Além de ter tido também a chegada, ao Brasil, de mais um casco, que está em fase de implementação no estaleiro no Rio de Janeiro. Nós também concluímos este ano a entrada em operação de duas novas unidades termelétricas. A PETROBRAS tem um peso muito decisivo na matriz energética do País na geração de energia elétrica. Hoje a PETROBRAS tem 21 termelétricas próprias e opera cinco de terceiros. E com isso, com a entrega dessas duas novas unidades energéticas, a gente também vem colaborando muito fortemente na questão de geração de energia. Também, diante da indústria naval, este ano, houve a entrega de três novos grandes navios. Um deles, em Pernambuco, o navio Suezmax, navio de grande porte, que têm como referência o traslado no Canal de Suez. Outro navio é o modelo Panamax, também de grande porte, que tem como referência o traslado no Canal do Panamá. E também a entrega de um navio gaseiro, uma vez que a PETROBRAS vem investindo mais fortemente numa política de melhor exploração do gás. Hoje 97% dos campos da PETROBRAS são campos associados, ou seja, campos onde você extrai óleo e gás. E dentro dessas descobertas relevantes para o ano eu aponto aqui as principais ocorridas no ano de 2015, desde poços terrestres, como foi



no caso da Bacia do Amazonas e também um na Bacia do Espírito Santo, como poços marítimos, um na Bacia de Campos e um importante, que foi muito salutar e uma grata surpresa para a empresa, que foi o da Bacia de Sergipe. Com isso, então, conforme aí destacado, hoje nós temos reserva contratada por um prazo de mais de 19 anos. Esse é um indicador muito positivo para a companhia. Então, eu acho que, de uma maneira geral, esses são os principais pontos. Eu gostaria também de destacar algo que vem sendo, muitas vezes, questionado pela própria imprensa e pela sociedade. Em relação a esse desinvestimento, a esse investimento em menor escala da empresa é importante destacar que esse é um ciclo da indústria mundial do petróleo, não é uma situação específica da PETROBRAS. As petroleiras, de modo geral, no mundo, vêm apresentando, em relação ao ano anterior, uma forte redução no seu investimento. É lógico que a PETROBRAS teve que dosar isso com maior força, até por conta da situação que ela vem vivenciando em relação a sua dívida, e nós apresentamos para este ano uma redução dos investimentos da ordem de mais de 30%, sendo que a média da indústria no mundo também apresentou um forte declínio no investimento, da 20%. Acho que esse quadro demonstra muito claramente que essa é uma necessidade de um processo de readequação e um processo de reestruturação pelo qual a indústria petrolífera está passando no mundo. Dentro desses investimentos, que eu ainda digo que são extremamente significativos, com quase 30 bilhões de dólares de investimento para este ano, conforme já dito lá atrás, a gente considerou o seguinte foco: concentrar o máximo possível na exploração e produção de petróleo, com ênfase muito forte no pré-sal, que se tem mostrado com reservas mais adequadas, porque num único campo você consegue extrair quantidades mais significativas e, com isso, nosso custo de produção é melhor, mas também ainda dando manutenção nas demais áreas de atuação da companhia, notadamente abastecimento de gás e energia. Os grandes objetivos que essa diretoria tem para esse plano de negócio ora implementado. Primeiro, uma disciplina de capital fortíssima e reforçando sempre a questão da gestão e do desempenho. Nós não vamos tirar a empresa do trilho jamais. A cada momento, qualquer que seja a mudança de indicadores e de situação do mercado, a gente se reposiciona com muita disciplina; nós vamos procurar sempre dar prioridade do foco em rentabilidade, porque é isso que gera valor para o nosso



acionista. Então, esse será sempre o que já está nos norteando e nos norteará na condução da empresa nos próximos 5 anos. Eu não tenho dúvida de que com isso a gente trará a companhia para uma condição muito melhor. Destaco, finalmente, outro ponto muito debatido, que foi a questão da redução da meta de produção. A empresa já não vinha entregando, durante algum período anterior, a sua meta de produção. E ela tinha previsto, quando nos deparamos dentro de um processo para mais 5 anos, uma meta de até 4 milhões de barris/dia, a qual a gente achou que, diante da realidade que a empresa está vivenciando e para que se fizesse isso de uma maneira assertiva e a gente chegasse ao final do ano e entregasse essa meta batida, a gente readequou essa produção. Essa meta de produção nós trouxemos para 2 milhões e 800 mil barris/dia. Isso considerada a produção Brasil. É lógico que se considerarmos a produção da PETROBRAS em mercados externos ela sobe um pouquinho. E aí a gente reforça a importância do investimento, por que a empresa não pode parar de investir. A indústria do petróleo tem um processo de redução da capacidade de geração dos seus campos, das suas produções, dos seus poços, e você tem que estar sempre buscando esses novos investimentos para manter essa produção. Eu trouxe aqui uma simulação: se a gente simplesmente parasse de investir, cortasse o investimento a zero, a produção da empresa, em 5 anos, essa meta de produzir os 2 milhões e 800 mil barris/dia esperados — que, com certeza, nós vamos cumprir; aliás, quanto à meta de 2015 a gente tem uma assertividade muito grande de que de fato irá ocorrer — não se cumpriria e haveria uma redução drástica. Para se ter uma ideia, sem qualquer investimento da empresa, em apenas 5 anos a meta cairia pela metade, conforme demonstra esse gráfico. Eu quero também deixar bem destacado — já frisei isso algumas vezes — que, lógico, apesar de uma série de oscilações e condições de mercado, isso é o que a empresa tem no seu planejamento, que ela vai perseguir com muita propriedade, mas sempre destacando que determinadas condições podem sempre impactar o plano. E sempre que isso acontecer a gente rapidamente vai readequar o plano de negócios da companhia. Eu acho que são os principais pontos que sempre mudam em relação a isso. O principal são as mudanças de condições de mercado, como preço e câmbio. Também se a gente não tiver êxito nas operações de desinvestimento que a gente está planejando e se, por acaso, a gente encontrar alguma dificuldade adicional com



fornecedores, caso que ainda não está acontecendo, não temos esse cenário, mas sempre é possível, em relação aos fornecedores que nos atendem hoje. Resumindo, essas são minhas palavras iniciais. Eu acho que, de uma forma bastante ampla, é a proposta de tudo o que a gente vem trazendo nesse novo modelo de gestão da companhia. Coloco-me à disposição de vocês para esclarecimento de algumas outras questões.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço ao depoente.

Passo a palavra ao Deputado Luiz Sérgio, que fará suas perguntas não só como Relator, mas também como autor do requerimento de convocação do depoente, Sr. Aldemir Bendine, Presidente da PETROBRAS. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Temos um problema técnico aqui, um ruído que, para quem é metalúrgico, é algo que não altera muito a dinâmica do trabalho.

Sr. Presidente Bendine, eu vou levantar alguns pontos aqui, porque, ao longo do trabalho desta CPI, todos os dias nós nos encontramos com pessoas que sempre acabam levantando o tema PETROBRAS.

A Operação Lava-Jato levou para a cadeia alguns Diretores, como Renato Duque, Nestor Cerveró, Jorge Zelada, Pedro Barusco, que fez essa delação. E essas pessoas hoje estão fora da cúpula da PETROBRAS. Mas há um sentimento de que essas pessoas saíram, mas a cúpula é mais ou menos a mesma. Então, eu faço aqui a pergunta: houve mudanças significativas na cúpula da PETROBRAS ou a estrutura da cúpula é quase a mesma quanto às figuras de comando da empresa? O senhor pode ir respondendo.

O SR. ALDEMIR BENDINE - Bom, o topo de gestão, a alta gestão da empresa hoje está dividida em Conselho de Administração, Diretoria-Executiva, Presidente e Diretores e, na segunda linha ali dessa alçada decisória, você tem os gerentes-executivos. Uma das situações encontradas, que, comparando com as melhores práticas de gestão, me causou estranheza, é a questão de alçadas decisórias, a participação nas decisões. Hoje você tem, nessa segunda linha, mais de 50 gerentes-executivos, que no mercado seriam chamados de diretores, que não têm responsabilidade estatutária. Isso também contribui para que a tomada de decisão na empresa não seja feita de uma forma mais ampla, de uma forma mais



conclusiva. Então, isso nós diagnosticamos inicialmente atrelado àquela situação da tabela de competências e alçadas e propusemos uma revisão nessa estrutura do topo de comando da companhia. Esse trabalho está sendo finalizado — a gente tem a perspectiva de que na próxima reunião do Conselho de Administração ele seja debatido. Nele a gente está propondo, primeiro, enxugar o topo dessa cadeia de comando. Com isso você terá até redução no custo e atribuirá mais responsabilidades, definindo uma nova camada de alçada decisória ou pelo menos discursiva e opinativa sobre decisões e contratações. Isso, para nós, dentro do programa de melhoria e de reorganização administrativa da empresa, é fundamental. Quanto a essa questão da cúpula da PETROBRAS... É que a cúpula da PETROBRAS, inicialmente, era muito estreita. Isso dava uma amplitude de comando muito significativa para cada um dos diretores, fora de um bom modelo de gestão. Então, dentre esses aspectos, o que a gente procurou... Sim, a cúpula da empresa, o que era diretoria, foi toda refeita, mudada. Do ponto de vista de gerente-executivo, ainda há processos a ser... processos contínuos, para que a gente melhore cada vez mais esse topo de gestão.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Nós estamos falando de gestão. Ainda no bojo da crise foi criada uma nova diretoria, a Diretoria de Governança, Risco e Conformidade. Mas conformidade não está meio, desconforme, uma vez que o que nos chega é que ela tem amplos poderes, e poderes que não estariam submetidos ao Presidente da empresa? Isso não criaria um duplo comando, quer dizer, ela com poderes de contratar assessoria, escritório de advocacia, sem passar pelo Presidente da empresa e sem prestar contas ao próprio Presidente? Não estamos criando um monstro dentro da própria — uma palavra bonita — governança de risco e conformidade?

O SR. ALDEMIR BENDINE - Quanto a esse modelo, já havia sido tomada a decisão tão logo que a empresa se deparou com as denúncias e com a deflagração da Operação Lava-Jato. Foi uma tentativa da diretoria anterior, em conjunto com o seu Conselho de Administração, de procurar levar a cultura de *compliance* e governança. Hoje no mercado você tem vários modelos onde você pode exercitar esse modelo de governança e *compliance*. Eu acho que, num primeiro momento, ela tem até um poder maior de ser uma autoridade colaborativa no levantamento de



tudo o que possa ter havido de não conformidade durante esse tempo. É lógico que futuramente vai ser salutar para a empresa que esse modelo evolua, para que esteja permeado, cada processo decisório da companhia, cada decisão da companhia, a cultura de *compliance* e governança. Hoje a gente ainda está numa fase pré esse modelo, que é uma fase muito mais de colaboração e de levantamento de não conformidades para que a gente possa instalar um novo modelo. Mas é o modelo que foi adotado. Inclusive, o Diretor de Governança hoje tem poder de veto em determinadas questões em que ele vê que as práticas de conformidade não estão completas e, ao mesmo tempo, ele tem um mandato definido. E a alçada desse mandato sempre vai ser do Conselho de Administração. De uma determinada maneira, foge um pouco do modelo usual de diretoria de governança que você vê nas demais empresas. Mas acho que foi uma decisão adotada no final do ano passado procurando enfrentar aquele momento de crise que a empresa estava vivenciando.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - E essa Diretoria de Governança, Risco e Conformidade, inclusive com poder de veto, já trouxe algum resultado concreto para a orientação da nova dinâmica de condução da empresa ou por enquanto ainda está apenas numa tese teórica sendo desenvolvida?

O SR. ALDEMIR BENDINE - Não, isso já vem trazendo alguns resultados significativos, notadamente do ponto de vista das três frentes que você hoje tem de levantamento de não conformidades. Uma frente são as autoridades, vocês, Parlamentares, as autoridades judiciais que trabalham na investigação, no levantamento dessas situações. E depois, ao final, na conclusão do trabalho de vocês, isso servirá de respaldo para que a gente possa implantar as melhorias devidas. Outro aspecto são os levantamentos feitos dentro da própria companhia. A companhia possui uma auditoria interna, que conduz, em conjunto com uma série de áreas, levantamentos toda vez que a gente tem uma denúncia, qualquer situação atípica identificada. A gente faz isso através de uma comissão interna de apuração. Há um terceiro modelo, que, aí sim, é algo mais segregado, e que está vinculado a esse modelo de diretoria de governança, que é um comitê especial, o jargão de mercado é *reporting line*, que, com assessoramento, essa comissão especial, com assessoramento de dois escritórios independentes e mais uma auditoria



independente, promove uma investigação dentro da empresa e leva esses achados para julgamento do Conselho de Administração, que, por sua vez leva às autoridades competentes. Isso é muito mais uma prática, um modelo mais aderente à questão da legislação norte-americana, ao Departamento de Justiça dos Estados Unidos e à própria agência SEC, similar à nossa Comissão de Valores Mobiliários. Isso é mais aderente a uma prática do mercado norte-americano, onde as ações da PETROBRAS também são negociadas.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - V.Sa. falou das auditorias. V.Sa. poderia nos dizer como está esse sistema de registro de denúncias em relação às questões que envolvem malfeitos ou privilégios a outras empresas, quer dizer, o ritmo de resposta dessas denúncias da PETROBRAS continua o mesmo ou, hoje, é mais ágil? No bojo dos problemas que ocorreram na PETROBRAS é impossível imaginar que ninguém tenha denunciado, que a Ouvidoria não tenha pego, que essas sindicâncias não tenham levantado... Quer dizer, a PETROBRAS tem uma diretoria focada nessa questão da segurança industrial, que tem a ver com... Mas na segurança industrial ela também poderia ter pego alguma denúncia em relação ao fato de corrupção. Então, isso ocorreu sem que esses mecanismos tivessem tido eficácia. Esses mecanismos, hoje, estão tendo resposta mais ágil às denúncias? Esses relatórios chegam até V.Sa., enquanto Presidente da empresa?

O SR. ALDEMIR BENDINE - Eu diria que hoje nós estamos numa fase de transição, melhor que o passado, mas ainda não o ideal para aquilo que uma boa companhia, uma companhia do porte da PETROBRAS requer. Há de se agregar alguns pontos: a empresa tinha um questionamento e, pelo que se apontava, de fato o canal ali era o da Ouvidoria. Havia o questionamento de que muitas dessas denúncias do canal da Ouvidoria não tinham um tratamento célere ou, às vezes, deixavam de ter um tratamento. Isso eu acho que já foi corrigido. Mas eu acho que a grande evolução em relação a isso passa a ser o canal de denúncias. Este, sim, com tratamento muito mais ágil. Após o período de licitação que nós fizemos ele ainda vai entrar em vigor efetivamente entre 30 e 60 dias. E é aí que a gente espera uma evolução em relação a isso. Há de se destacar também que, do ponto de vista da auditoria interna, isso é segregado em qualquer companhia, a auditoria interna se reporta ao Conselho de Administração, não se reporta ao Presidente da companhia.



É lógico que eu vou tomar conhecimento porque eu também sou um conselheiro da empresa, mas isso não está na rotina, até para caracterizar a independência da auditoria interna. Ali também foram feitos avanços e melhorias. Nós inclusive estamos com um processo em curso de contratação de um novo auditor interno e de um novo ouvidor — nós estamos com dois interinos no momento. E esse processo vem sendo conduzido, de forma independente, por uma empresa de *headhunting*, mesmo com a participação de funcionários da PETROBRAS.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - É a segunda vez que V.Sa. cita o Conselho de Administração. Procede também a informação de que o Conselho de Administração da PETROBRAS criou a figura do suplente do conselheiro e que agora, na reunião, nós temos a participação do efetivo e do suplente? Como é que se deu isso? De onde surgiu essa ideia? Isso tornou mais democrática ou mais burocrática a dinâmica das reuniões do Conselho?

O SR. ALDEMIR BENDINE - Essa é uma recente decisão da empresa, que veio através de uma sugestão, de uma indicação do atual Presidente do Conselho. Ao revisar todos os membros do Conselho de Administração da empresa, todos foram trocados, ele sugeriu que se implementasse também a figura do suplente. Esse é um modelo hoje discutido no mercado. O Instituto Brasileiro de Governança Corporativa condena esse modelo, acha que é um modelo antiquado; há outros institutos que dizem que isso pode dar uma transparência maior, um debate maior. Acho que o objetivo do Presidente, na ocasião, ao sugerir esse modelo, acatado pelo conselho da empresa, foi o de que esses suplentes tivessem participação ativa no dia a dia para ajudar a compor os comitês de assessoramento ao Conselho de Administração. É um modelo a ser discutido. Mas, de uma determinada forma, o que eu posso garantir é que está havendo de fato uma participação hoje muito mais efetiva dos conselheiros, sejam eles titulares ou suplentes.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Outro ponto que ainda não foi levantado, mas particularmente me traz preocupação, é em relação à área de seguros. Obras como as das plataformas envolvem um volume alto de seguros. Foi feito um levantamento, uma auditoria? Como se encontra essa área hoje na empresa: mantém-se a mesma dinâmica que se tinha ou está havendo uma nova orientação nesse sentido?



O SR. ALDEMIR BENDINE - Caro Relator, não só nessa área, como em toda área em que há necessidade de contratação, isso vem passando por um processo de mudança muito efetiva na forma de contratação. Desde a matriz básica, em que se tem que fazer esse modelo, até a evolução e o acompanhamento desse modelo. Hoje essa contratação na área de seguros está vinculada. A contratação definitiva passa por um processo de licitação, de contratação, sob a responsabilidade da diretoria financeira. Eu acho que esse tem que ser um processo coerente e corrente com toda e qualquer contratação da empresa, seja de materiais ou serviços. Mas não tenho aqui, ou pelo menos não me lembro de nenhuma denúncia ou nenhum questionamento sobre essa contratação. Mas, caso o senhor tenha algum ponto a ser celebrado, eu posso levantar isso depois e dar prosseguimento. Mas hoje alguns ajustes já foram feitos nesse modelo de contratação.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Mudando aqui um pouco, na apresentação de V.Sa., foi mostrado que, mesmo nesse período, a PETROBRAS recebeu plataformas próprias, plataformas que serão alugadas para a PETROBRAS, e navios. E essa é uma matéria que preocupa principalmente o Município de Angra dos Reis, de onde eu venho, até porque mais de 50% do petróleo do pré-sal extraído é de embarcações que foram construídas no estaleiro BRASFELS, em Angra dos Reis, do qual fui funcionário por 22 anos. E hoje ela tem uma carteira de encomendas de embarcações próprias contratadas pela PETROBRAS e de embarcações contratadas pela empresa Sete Brasil.

Em relação às obras da Sete Brasil, a obra de uma das plataformas, mesmo sem receber há praticamente 1 ano, não foi paralisada. Eles continuam tocando a obra com recursos próprios. Evidentemente, todo mundo tem um limite no seu fôlego. O que temos conhecimento é de que a Sete Brasil renegociou com a PETROBRAS um número de embarcações a serem construídas. Só que mesmo com esse número hoje menor dentro do novo plano de investimentos da empresa o contrato acabou ainda não sendo assinado.

Como se encontra isso? Onde está o nó em relação às obras contratadas hoje a estaleiros pela Sete Brasil que depois serão arrendadas à PETROBRAS? Há alguma perspectiva de solução dessa questão mais imediata? No caso específico do qual estou falando, em Angra dos Reis, há uma plataforma sendo construída, com



90% da obra pronta. Eles continuam a manter mais de mil operários trabalhando nessa obra,, ao contrário de outros, que paralisaram as obras. Mas a informação é de que eles não teriam mais fôlego para continuar tocando esse empreendimento. Isso traz preocupação porque essas obras e esse estaleiro têm um impacto muito grande na economia do Município de Angra do Reis e em todos os outros Municípios onde estão sendo construídos equipamentos dessa envergadura.

Como está isso hoje? A PETROBRAS assinou? Não assinou? Onde está o problema? Como pode haver uma fala otimista de V.Sa., enquanto Presidente da PETROBRAS, para a solução desse problema?

O SR. ALDEMIR BENDINE - Bom, eu vou ter que discorrer um pouquinho mais, Relator. Com relação à situação da Sete Brasil, o que eu já frisei muitas vezes aqui é que eu acho que o maior impacto que já houve na indústria do óleo e gás está muito mais relacionado à nova realidade do superciclo das *commodities* que nós vivenciamos nos últimos anos do que propriamente à questão dos problemas de gestão e de corrupção dentro da companhia. Esse é o principal impacto. Diante dessa nova realidade da indústria de óleo e gás, estamos tendo que nos adequar a determinadas condições econômico-financeiras condizentes com esse novo cenário. Não só a PETROBRAS vem passando por um processo de readequação, mas toda a indústria a ela vinculada, que terá que se adaptar ao “tamanho e à necessidade da companhia”, entre aspas. O que aconteceu, eu acho, nesse período, é que a empresa vinha em curso com um trabalho, quando ela foi montada, com a contratação de 28 plataformas, navios-sonda, que dariam suporte ao desenvolvimento, exploração e produção da PETROBRAS. Ela era dependente de um financiamento de longo prazo até que numa dessas delações premiadas houve a citação de um executivo que trabalhava na Sete Brasil, que era oriundo da PETROBRAS. Isso acabou gerando a não liberação, diante de uma série de não conformidades no empréstimo, para que a empresa tivesse a continuidade do desenvolvimento, da sua Sociedade de Propósito Específico, já que ela estava naquele momento ancorada na sua continuidade em cima daquilo que nós chamamos no mercado financeiro de empréstimos pontes. Esses empréstimos, é lógico, têm um custo mais elevado do que um capital de longo prazo, quando se faz o *take out* da operação. Com a não liberação — isso estava prevista para agosto,



basicamente, do ano passado, julho, agosto do ano passado, já estamos com quase 1 ano após isso —, houve um agravamento da empresa Sete Brasil por conta de não poder acessar esse crédito de custo adequado a um custo de investimento. Nesse ínterim, a empresa, dado o desequilíbrio no seu projeto, passou a reestruturar a possibilidade do tamanho do projeto à nova realidade que se impunha no cenário financeiro por conta da crise vivenciada não só aqui, mas em todo o mundo. Uma das formas encontradas foi rediscutir, porque toda a base da criação da Sete Brasil está lastreada num contrato de prestação de serviços à PETROBRAS. É lógico que também a demanda da PETROBRAS por navios-sonda é bem menor do que aquilo que se imaginava lá atrás, diante também desse novo plano de negócios, e o que as partes então procuravam... E aí temos três conjuntos de atores atuando nesse sentido: a própria empresa, a PETROBRAS e os bancos credores, tentando buscar uma solução para que a empresa tenha continuidade, mas diante de um tamanho menor. Agora, é um trabalho de reorganização bastante complexo. Havia para cada uma das 28 sondas previstas uma Sociedade de Propósito Específico construída, em que se tinha debaixo da Sete Brasil, para cada uma das sondas, nessa SPE, um estaleiro, um operador, um sócio tecnológico. E isso, muitas vezes, estava entrelaçado, uma hora um operador de uma sonda estava ligado a um estaleiro, uma hora a outro, e assim por diante. O que é que foi feito nesse momento, então? Redesenhada essa necessidade da PETROBRAS e sem ferir os preceitos da licitação e do contrato anteriormente assinado — até porque isso é um ponto fundamental do ponto de vista jurídico, que se tem que observar, existe um contrato hoje, um contrato jurídico entre a PETROBRAS e a empresa —, o que se está buscando nessa relação é que, atendendo à necessidade das duas empresas, PETROBRAS e Sete, e sem ferir os preceitos legais daquela licitação, a gente tenha a continuidade desse processo com um tamanho menor. E nisso há muitos *players* envolvidos, inclusive operadores, mas, se você me perguntar, eu acredito na possibilidade, com bons esforços de todos envolvidos, em uma solução, sim, para a Sete Brasil, de um tamanho menor — não há dúvida —, mas que tenha uma possibilidade de ser concreto. Nesse exato momento existe um *stand still*, ou seja, um instrumento de comum acordo entre todas as pessoas e todos os *players* envolvidos para que a gente busque a celebração desse novo contrato ou pelo



menos de um memorando de entendimentos, para que se reconstruam essas 28 Sociedades de Propostas Específicas num número mais adequado a essa nova realidade. Então, a perspectiva é positiva, estão sendo feitos esforços pelos três conjuntos de atores para que isso tenha efetividade e eu, pessoalmente, acredito na solução. É lógico que a gente está sujeito a uma série de variáveis que podem vir ou não a se concretizar. Mas, num ponto de vista de perspectiva, sim, eu acredito num projeto, num projeto de menor envergadura.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - V.Sa. citou aqui licitações. Eu quero levantar esse tema porque a PETROBRAS tem direito a contratar de forma direta chamando três empresas. Mas não necessariamente. Ela tem essa prerrogativa.

Mas, em se tratando de obras da complexidade de uma plataforma de petróleo, não seria mais adequado que a PETROBRAS utilizasse o mecanismo da licitação, mesmo ela tendo essa prerrogativa de fazer a contratação direta? A contratação direta poderia ser um mecanismo para questões que não estivessem ali no cotidiano, no dia a dia. Mas uma plataforma faz parte do planejamento estratégico da empresa, é pensado, o Conselho decide, quer dizer, são volumes de recursos altíssimos.

Então, para que não fique dúvida acerca de “convidou A, B, C, e por que não D, E F?”; não seria melhor, nesses casos, fazer uma licitação aberta, como é feito para a contratação de outras obras por outros órgãos públicos?

O SR. ALDEMIR BENDINE - Eu acho que há aí dois pontos que é fundamental separarmos: primeiro, a PETROBRAS, hoje, desde 1998, é gerida por uma legislação específica sob o ponto de vista de contratação, que é a Lei nº 2.745, diferentemente das demais empresas — sociedades de economia mista ou estatais —, que são regidas pela Lei nº 8.666. Eu acho que tanto uma quanto a outra oferecem as mesmas condições de modalidades, que são concorrência, tomada de preço, convite, concurso, leilão, enfim. Eu acho que o principal ponto que difere uma da outra é mais a questão da celeridade nessa contratação porque, para quem conviveu — eu já tive a oportunidade de conviver — com a Lei nº 8.666, ela, de fato, traz um processo um pouco mais lento nessa contratação. Esse é um aspecto só para deixar claro. Agora, quanto ao ponto de vista de qual a modalidade, eu acho que para cada tipo de situação você tem a possibilidade de usar um desses. Eu



acho que num caso como esse, agora também consideradas a complexidade, a tecnologia da montagem de uma plataforma, eu acho que a conjunção de preço e técnica é fundamental. Agora, quanto mais ampla, melhor, e não tenha dúvida de que nós vamos defender isso sempre fortemente em processos muito mais abertos e transparentes, para que a gente possa ter celeridade, melhores condições e tecnicidade em tudo aquilo que nos dê segurança em toda contratação.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Uma das questões que ficaram muito evidentes é a seguinte: a PETROBRAS vai construir um oleoduto. O cadastro da PETROBRAS tem lá dez empresas que estariam aptas a executar essa obra. Aí, a PETROBRAS vai lá e convida a empresa nº 1, a nº 2 e a nº 3. As nºs 4, 5, 6, mesmos aptas a fazer aquele empreendimento, não podem sequer apresentar seu preço. Isso é que, na nossa visão, não de todos, mas de muitos Deputados com quem conversei, é que permitiu o direcionamento.

Se eu posso convidar a empresa nº 1, nº 2 e nº 3, e a 4, 5 e 6, que estão dentro do cadastro para aquela obra específica, não podem nem apresentar o seu preço, isso permite, evidentemente, que se vá tendo um direcionamento dos processos de contratação. Tendo os direcionamentos do processo de contratação, evidentemente, junto vai a corrupção, vão as vantagens indevidas e todo esse capítulo amargo da história da PETROBRAS que nós, infelizmente, estamos presenciando.

Não há um mecanismo que poderia permitir que alguém furasse a fila do cartel?

O SR. ALDEMIR BENDINE - O mecanismo em curso hoje, e a empresa fez uma grande evolução na contratação de obras ou serviços de maior complexidade... Primeiro, que nós amadurecemos muito essa questão de projetos básicos. E um dos pontos que atende é justamente isso que o senhor colocou, e é um questionamento que é feito. Primeiro, agora sempre ressaltado, atendendo a uma condição técnica devida, passando por uma matriz de risco, que inclusive agora nós inserimos em relação a esse ponto, olhando cada um dos pontos técnicos desse ponto, ou seja, atendendo ao pré-requisito técnico necessário, que dê segurança à empresa, não tenha dúvida que a prática agora corrente na empresa é: todos que estão aptos



participarão desse processo de concorrência, e não só um processo de amplitude mais restrita.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Evidentemente que essa questão relativa a projetos é algo sobre o que sairá daqui uma recomendação, porque a visão que ficou é que a PETROBRAS licitou uma ideia, nem projeto era. Isso é inadmissível.

Avançando mais um pouco, a PETROBRAS teve ações na Justiça de investidores nos Estados Unidos, porque a PETROBRAS negocia ações na Bolsa de Nova York. Por esse motivo, ela tem de observar a legislação daquele país. Foi instaurado pela agência reguladora de mercado de capitais americana algum procedimento de investigação em relação à PETROBRAS nos Estados Unidos? Se foi, como isso se encontra? Como é que está este capítulo, as ações de investidores contra a PETROBRAS nos Estados Unidos?

O SR. ALDEMIR BENDINE - A PETROBRAS, a exemplo daquilo que ela enfrenta aqui, do ponto de vista de investidores, no País, ela também se adequa à legislação americana no tocante a esse feito. Existem hoje em curso duas grandes ações, vamos chamar assim, em curso nos Estados Unidos: uma do ponto de vista de questionamento de perdas com valores das ações, com investimentos, dentro daquilo que a gente chama de uma ação de classe, a famosa *class action*, onde, numa determinada sessão judiciária, um juiz federal, ele aglutina o interesse de várias entidades aplicadoras de vários investidores, institui um representante para representar esse conjunto de investidores e busca uma discussão permanente com representantes desses investidores, com representantes da empresa, visando a um entendimento sobre esse aspecto. Isso pode levar para várias fases de processo. Uma, você pode, primeiro, dentro de um processo de defesa, mostrar — e é aquilo que a gente vem demonstrando muito claramente aqui, sob o ponto de vista, sob a égide da lei brasileira — que a empresa foi vítima e não participou desse processo. Muitas vezes, o entendimento quanto à lei de mercado de capitais dos Estados Unidos é diferente da brasileira. Então, nós enfrentamos neste momento uma discussão que está sob o arbítrio de um Juiz Federal, a chamada *class action*. A tendência normalmente disso é a celebração... Você tem três opções. Você num primeiro momento tenta demonstrar; num segundo momento, caso essa demonstração não seja suficiente e se abra o processo, você vai para uma fase... Aí



você pode adotar dois caminhos: ir para uma fase de uma celebração de acordo, ou você pode ir para o litígio, onde a decisão final monocrática é desse juiz. Nós estamos nessa segunda fase, nessa questão de ações. Houve uma série de acolhimentos significativos por parte do juiz do entendimento da empresa em relação a isso, outros não. Então, nós estamos na fase de análise, onde cada uma das partes apresenta o seu ponto de vista, e isso ainda está, digamos assim, numa fase intermediária da ação. Nós temos a contratação de advogados locais lá que nos assessoram, que têm uma experiência maior em relação a isso. Isso é monitorado e acompanhado pela Diretoria e pelo Conselho, mas ainda está numa fase intermediária. Além disso, existe também uma situação em que o Departamento de Justiça americano, que atua em conjunto com a SEC — como eu disse, é a correspondente da CVM lá nos Estados Unidos —, que faz a investigação sobre a empresa, se ela cumpriu, de fato, todos os preceitos legais em relação às suas colocações de papéis, captações de bondes durante esse período, ou seja, se a empresa não fez um determinado tipo de ação para a colocação desses papéis por essas captações que pudessem ter induzido algum investidor a erro nessa aplicação. Esse ainda é um processo investigativo. Nós trabalhamos prestando toda a assistência e colaborando com todas as solicitações também do DOD e da SEC. Esse também é um processo em fase de investigação do qual a PETROBRAS, a exemplo daqui do Brasil, vem prestando os esclarecimentos e dando colaboração.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Eu vou agora fazer aqui duas perguntas que reconheço que não têm a ver com o objeto da CPI. Então V.Sa. pode responder ou não. Mas, como nós queremos preservar a PETROBRAS e evitar que daqui a pouco tenhamos uma nova CPI da PETROBRAS, sobre a chamada Operação Zelotes, alguns afirmam que o rombo que causou ao caixa da União é muito maior do que o que houve na Operação Lava-Jato, e o jornal *O Globo* de 1º de abril de 2015 informa que a PETROBRAS tinha pedido informações à Justiça Federal para ter acesso ao conteúdo das investigações. Procede isso? E se a PETROBRAS pediu para ter acesso às informações, é em decorrência de quê? A PETROBRAS também está sendo investigada por alguma ação que teve no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais? Procede essa informação? Essa preocupação



realmente existe? O nome PETROBRAS esteve envolvido nesse outro escândalo que está sendo, inclusive, objeto de uma CPI no Senado?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu quero só pedir licença aqui ao Relator...

Quando nós fizemos a convocação do Sr. Bendine, a tratativa foi para que assuntos inerentes à PETROBRAS e à nossa CPI fossem tratados. Claro que, se o Presidente puder responder a esse questionamento, sem dúvida alguma, será importante. Mas, como não é motivo de investigação da CPI, ele também pode ficar à vontade para responder, ou não, ao questionamento de V.Exa.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Eu iniciei exatamente com esse argumento.

O SR. ALDEMIR BENDINE - Presidente, como cita... Apesar de não ser o objeto em curso aqui, mas como cita a empresa PETROBRAS, e só para conhecimento de todos, a mesma informação que o senhor tem nós tivemos na empresa. Ela só veio através de jornal, de imprensa. Nós não conhecíamos. E, de fato, sim, pedimos informações se, de fato, existia algum aspecto da PETROBRAS envolvido em relação àquela Operação Zelotes, nada obstante o valor parece que citado lá na ocasião da matéria ser irrelevante frente a outros processos citados. Nós não tivemos resposta quanto a isso. Nós estamos aguardando essa resposta, mas, de conhecimento interno da empresa, que já foi apurado, não, a empresa não participou de nenhum modelo recente... participou de algum modelo indecente em relação a ajustes na sua condição tributária. O que nós fizemos em relação à questão tributária recentemente foi uma adesão a um programa especial do REFIS, que foi reaberto, quando nós nos deparamos com uma situação onde a gente perdeu algumas causas, mas que diziam respeito à cobrança de IOF sobre transação entre mútuos. Nesse caso específico, de fato a gente fez essa solicitação de informação. Ainda não recebemos.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Sr. Presidente, o.k. Obrigado. Vamos dar prosseguimento aos Sub-Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Altineu Côrtes, V.Exa. tem a palavra por até 10 minutos.



O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Eu sou autor também, Sr. Presidente.

Sr. Presidente Bendine...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu vou só consultar se V.Exa. figura como autor e, sendo, darei tempo a V.Exa.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Pode acreditar na minha palavra, Sr. Presidente. Não precisa checar, não, porque eu sou autor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. não é autor desse requerimento. Os autores do requerimento são o Deputado Luiz Sérgio, o Deputado Imbassahy, o Deputado Pansera, o Deputado Fernando Monteiro e o Deputado João Carlos Bacelar.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - No mês de julho eu fiz um requerimento de convocação do Sr. Presidente Bendine, e o senhor, na sessão passada, comprometeu-se a me colocar como autor também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Darei a palavra a V.Exa. Eu apenas estou verificando que o requerimento aprovado não figura. Eu realmente fiz esse acordo e cumprirei aqui o acordo feito.

V.Exa. tem até 15 minutos.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente Bendine, o senhor, depois que ocupou essa missão — das mais árduas de um dirigente ou de um Presidente de empresa no Brasil, quiçá no mundo — de assumir a PETROBRAS, diante da crise que lá se instalava, desde então o senhor se sente responsável, direta ou indiretamente, pelos processos de, por exemplo, aquisição de material da empresa? Como Presidente da empresa, o senhor se sente responsável?

O SR. ALDEMIR BENDINE - Quer a resposta uma a uma, ou vai fazer em bloco?

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Não, direto. Bem objetivo, sente ou não sente?

O SR. ALDEMIR BENDINE - O Presidente da empresa, ele colabora, junto com a Diretoria Executiva, com o Conselho de Administração, de uma definição de política de contratação. Conforme já dito, nós vimos aprimorando os nossos



processos de contratação. É lógico que não é de responsabilidade da Diretoria, acho que em 90% dos casos, a contratação direta. Isso tem as alçadas definidas para cada uma das áreas competentes. Então, sob esse ponto de vista, Deputado, eu não diria que nós somos... Nós somos, talvez, responsáveis por implementar melhores práticas e uma política correta de contratação na empresa.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Eu quero uma resposta direta do seguinte, Sr. Presidente: se houver hoje uma licitação na PETROBRAS, ou seja, existe uma corrupção numa licitação; o senhor é Presidente da PETROBRAS; o senhor se sente responsável por isso, direta ou indiretamente, ou não?

O SR. ALDEMIR BENDINE - Toda e qualquer nova licitação que ocorrer hoje dentro da empresa, ela será submetida a todas essas instâncias decisórias. Então, quando isso foi implementado, então, se eu me sinto responsável? Sim, como parte desse conjunto, até porque toda a matriz de competências e alçadas foi reestabelecida, foi reescrita e hoje ela está sujeita a uma série de alçadas, de camadas de alçadas decisórias, que podem terminar no nível da Diretoria Executiva, mas em grande parte até no Conselho de Administração. Isso tem um monitoramento. Então, talvez eu faça parte desse processo, dependendo do valor envolvido.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Eu também acho que o senhor é responsável. Eu imagino a dificuldade do senhor ao encontrar uma empresa onde o corporativismo é gigantesco. Eu vejo isso aqui nas nossas investigações.

Então, eu pergunto ao senhor: investigar os contratos da PETROBRAS hoje o senhor considera que continua sendo importante? O senhor acha que hoje a PETROBRAS está livre da corrupção, ou ainda pode estar havendo corrupção num contrato da PETROBRAS?

O SR. ALDEMIR BENDINE - Eu costumo dizer que uma pessoa corrompida, que a prática de uma corrupção, ela é uma coisa muito individual, vem muito do indivíduo. Acho que cabe muito à empresa trabalhar muito em mecanismos de controle, aprimorar esses seus modelos de gestão, para mitigar esse tipo de situação. Então, acho que centenas, milhares de empresas passam diariamente por esse tipo de situação que a nossa PETROBRAS passou. E é óbvio que a esse risco sempre estará sujeito. Acho que a importância do aperfeiçoamento de um modelo de



gestão está justamente em mitigar esse modelo. Agora, Deputado, eu gostaria de reforçar que nós passamos por um processo ainda de transição em relação ao modelo anterior para o modelo atual. É lógico que, em 8 meses, ainda não foi possível estabelecer as melhores práticas de governança, que é aquilo que a gente almeja para a companhia.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Presidente, o Ministério Público Federal apontou que o prejuízo por desvios da PETROBRAS pode chegar a 25 bilhões de reais.

Eu sou do Município de Itaboraí, onde está o COMPERJ, a obra da PETROBRAS apontada como onde aconteceu a maior corrupção em todo esse processo. Uma pergunta que eu faço ao senhor, a que eu gostaria que o senhor me respondesse no final, é como vai ficar a situação do COMPERJ, por exemplo, e da refinaria Abreu e Lima. Essa é uma pergunta que eu gostaria que o senhor anotasse para me responder no final.

Vinte e cinco bilhões! O senhor acredita que os quatro diretores que foram presos atuaram sozinhos nisso? Ou o senhor acha que há ainda dentro da empresa funcionários que participaram disso?

O SR. ALDEMIR BENDINE - Deputado, não cabe a mim achar ou não. O importante é a empresa estar apta a colaborar com todo o processo investigatório. É lógico que, com certeza, as autoridades competentes que estão investigando esse processo, e a PETROBRAS vem sendo colaborativa nesse processo, melhor dirão se outras pessoas participaram desse processo. Há que se destacar também que não são só quatro pessoas, teve outras pessoas citadas e envolvidas. Cabe à PETROBRAS colaborar com esse processo e esperar a conclusão de todas as investigações, porque isso nos servirá inclusive como balizamento para a aplicação de punições e demais situações. A empresa vem realizando também investigações, e todos os seus achados são levados hoje às autoridades competentes. Eu gostaria de frisar também que, quanto ao valor citado, é bom lembrar que, na ocasião em que nós fizemos os lançamentos contábeis em relação ao balanço de 2014, nós levamos dois tipos de lançamentos contra o balanço. Primeiro, um foi aquilo que se estimou de todos os contratos do período citado pelas autoridades, de 2004 a 2013, se não me engano, de todos os projetos de empresas envolvidas e contratações



envolvidas nesse período, considerado um percentual dito como propina. Segundo ponto é que nós fizemos toda uma reavaliação de ativos, aplicando um teste de imparidade nas nossas unidades de gestores de caixa, inclusive nessas duas que você acabou de citar. Então, dentro desse escopo, nós também lançamos contra o resultado da companhia 45 bilhões de reais aproximadamente. Agora, dizer que existiu 25? O tamanho, eu não conheço esse achado.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Foi um número do Ministério Público Federal.

O SR. ALDEMIR BENDINE - Bom, é um número deles. Não é um número que eu possa atestar.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Exatamente.

O que eu acho, Sr. Presidente... Eu até perguntei se o senhor acha, e o senhor disse que não tem que achar; realmente, o senhor só tem que responder aqui. Eu também só quero somar.

A minha revolta é que sou do Município de Itaboraí, cuja população sentiu na pele o que aconteceu com a corrupção na PETROBRAS. Existem gerentes que trabalhavam com esses diretores que hoje ocupam funções na PETROBRAS, que estão lá dentro! Eu sei que é gigante o problema que o senhor administra hoje — eu entendo isso. Há um corporativismo gigante, mas, na minha opinião, essas pessoas são, no mínimo, suspeitas.

Por exemplo, um dos gerentes substituiu o Renato Duque. Ele cuidou do cadastro fraudulento da PETROBRAS. O cadastro caía, as licitações aconteciam, e o cara está lá até hoje. Então, eu sei que nem o senhor nem talvez outra pessoa poderia resolver todos os problemas imediatamente, mas a governança da empresa, na minha opinião, está diretamente ligada às pessoas que estão ocupando as funções. E há diversos gerentes, na hierarquia, talvez do segundo escalão para baixo, que foram parte do time que já fez inclusive delação premiada, assumindo a corrupção. Então, a minha colaboração é nesse sentido.

Eu gostaria de fazer algumas perguntas. Peço que o senhor as anote, porque são perguntas bem objetivas.

Quantos funcionários concursados tem a PETROBRAS e qual o custo dessa folha? O senhor demonstrou um comparativo com a indústria petrolífera, e eu queria



saber — obviamente, essa é uma outra coisa sobre a qual o senhor não tem nenhuma responsabilidade, o senhor entrou na empresa há 8 meses — se, na visão do senhor, a quantidade de funcionários concursados que a PETROBRAS tem é compatível com a de outras empresas do mundo em relação à sua produção, sua produtividade.

Eu gostaria de saber também se o senhor tem informação do quanto e a que preço a PETROBRAS importa nafta e a que preço ela vende essa nafta aqui. Isso também foi alvo desse processo de corrupção? A que custo?

Fiz a pergunta ao senhor sobre o COMPERJ e a Abreu e Lima e gostaria que o senhor anotasse para poder nos responder.

Outra coisa: o senhor tem conhecimento disto: a PETROBRAS tem um escritório em Houston. Segundo uma denúncia que nós recebemos, 60% das pessoas que trabalham nesse escritório da PETROBRAS foram remanejadas para lá depois da Operação Lava-Jato, para retirá-las daqui. Obviamente, o senhor chegou depois disso tudo. Essas pessoas hoje estão meio que encostadas em Houston. Eu gostaria de saber se o senhor tem alguma informação sobre isso.

Outra pergunta — o senhor inclusive já disse que tudo é encaminhado para os órgãos competentes — é relativa às comissões internas de apuração, que concluíram pela culpabilidade de administradores. Esses administradores foram efetivamente punidos? Alguma pessoa da PETROBRAS que esteve envolvida nisso perdeu o emprego, foi demitida por estar envolvida nesse processo de corrupção?

Eu acho que há outras perguntas. O senhor já respondeu aqui sobre a transparência. O senhor está inclusive fazendo esse novo processo para que as pessoas possam denunciar.

Há outra pergunta eu gostaria de fazer ao senhor. Vou também dar um exemplo. Os *brokerages*, que vendem combustível para a PETROBRAS, se não me engano, são poucos. Isso estava sob a administração do Sr. Paulo Roberto Costa. Parece-me que os mesmos *brokerages* continuam vendendo. Então, situações como essas de continuidade de compras da PETROBRAS envolvem talvez bilhões de reais.



A denúncia que nós recebemos é que existe um problema no cadastro e dificilmente outras empresas conseguem entrar nisso. Como o senhor está enfrentando mais essa missão?

Outra questão. O senhor citou que a nova gestão da diretoria de governança é um modelo que foge um pouco ao mercado, nas palavras do senhor. Eu pergunto: se foge um pouco ao mercado, por que o senhor não toma uma atitude para mudar essa questão? Foi publicado na imprensa que um escritório de advocacia foi contratado por 96 milhões de reais, preço estimado por 1 ano. E o objeto da contratação é um pouco amplo, os serviços de investigação e assessoria jurídica visando à apuração da natureza, extensão, impacto das ações que porventura tenham sido cometidas no contexto da Operação Lava-Jato e seus desdobramentos. Quer dizer, não existe uma cláusula de sucesso para um valor como esse, que é um valor estimado de 96 milhões de reais. Esse contrato está sob responsabilidade da Governança. O senhor disse que a Governança foge um pouco do modelo, talvez, usual. Não sei se foi exatamente essa palavra que o senhor usou. Por que a PETROBRAS, que tem tantos advogados, não cancela esse contrato?

Sr. Presidente, para eu finalizar os comentários do senhor, existe, no Anexo 2 desse contrato, uma declaração negativa de relação familiar e impedimento. E aí eu faço a última pergunta para o senhor. Aqui diz: *“A contratada declara, sob as penas da lei, que não possui vínculo com o administrador...”* Cita aqui o nome de vários integrantes do corpo da PETROBRAS, como o senhor, enfim, não possui vínculo com vocês, a empresa contratada. Mas em um estudo que nós fizemos, a contratação pela PETROBRAS de empresas, de funcionários de estatal e parentes — eu vou encaminhar isso para o senhor — são 12,5 bilhões de reais de contratos que têm andamento com a PETROBRAS, pessoas que fizeram parte da empresa e da PETROBRAS, ou os seus parentes fizeram parte. Quer dizer, num contrato há essa declaração negativa de relação familiar, mas existem 12,5 bilhões de contratos em andamento, pessoas ligadas à PETROBRAS.

E aí eu pergunto ao senhor, por último: o senhor acha válida toda e qualquer investigação sobre os contratos da PETROBRAS? Essa é uma pergunta a que eu gostaria que o senhor me respondesse agora. O senhor acha válida, para a transparência desse processo?



O SR. ALDEMIR BENDINE - É óbvio, não é, Deputado, que...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - O senhor já me respondeu o que eu gostaria de saber.

Então, o senhor é a favor de que a CPI da PETROBRAS continue? O senhor acha importante continuar investigando?

O SR. ALDEMIR BENDINE - Não pode responder em bloco, é tudo agora?

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Não. Essa, eu gostaria agora, já que o senhor está bem humorado aí.

(Não identificado) - Presidente, olha o tempo!

O SR. ALDEMIR BENDINE - Não cabe a mim esse tipo de decisão, vocês...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Não, não, mas eu não perguntei ao senhor... perguntei se o senhor acha importante que a investigação continue, a CPI da PETROBRAS. Qual a opinião do senhor?

O SR. ALDEMIR BENDINE - A gente vai sempre trabalhar de forma transparente, prestar todas as informações devidas, seja através de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, seja através de requerimentos...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Mas o senhor acha importante ou não? O senhor não me disse.

O SR. ALDEMIR BENDINE - Eu diria que isso está sendo feito pela própria companhia, e nós estamos à disposição para entregar e colaborar com qualquer solicitação de vocês. Não se esqueçam que hoje, talvez, a empresa tenha aproximadamente acho que mais de 100 mil contratos, se eu não me engano. É lógico que todos os contratos estão sendo revistos. O Departamento Jurídico da empresa está passando um pente fino em relação a tudo isso. Inclusive até dentro da proposta de uma melhor gestão dos nossos gastos operacionais, nós estamos também trabalhando na rediscussão das cláusulas desses contratos, porque foram feitos diante de uma realidade, de um cenário econômico de maior pujança e de maiores metas de produção, que hoje não espelham a realidade daquilo que a empresa está procurando. Então, Deputado, não tenha dúvida que nós vamos buscar permanentemente isso. E a empresa está à disposição das autoridades em relação a isso. Há de se entender, também, que, se a gente for continuar trabalhando em cima de 100 mil contratos, isso também tem custo para nós e uma



tomada de tempo, que daqui a pouco você vai estar me gerando mais despesas aí. Mas não tenha dúvida de que a gente está à disposição para dar todo e qualquer tipo de informação que for solicitada. A empresa vai buscar uma transparência sob qualquer forma e qualquer custo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço ao Deputado Altineu...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Mas ele não respondeu às perguntas.

O SR. ALDEMIR BENDINE - Não, agora eu vou partir para as respostas, não é? Vamos lá. Agora me dê um tempinho. Vamos lá. Em relação aos funcionários — eu vou falar um número arredondado, Deputado, pois isso muda a cada dia —, na *holding* PETROBRAS são 56 mil aproximadamente. E, considerando o sistema PETROBRAS com todas as suas subsidiárias, são em torno de 85 mil empregados, aproximadamente. A folha de pagamento, hoje, da PETROBRAS é em torno de 1 bilhão e 800 milhões de reais. Em relação à produtividade, comparativo com indústrias no mundo, sim, estamos mais ou menos adequados. Eu acho que tinha áreas ali em que você pode buscar uma otimização. Tem uma série de áreas em que nós estamos fazendo uma remodelagem. Vocês têm acompanhado muitas vezes a imprensa dando destaque a determinadas áreas. É lógico que a gente vai buscar cada vez mais eficiência em relação a isso. Eu acho que tem áreas em que a gente pode trabalhar muito mais fortemente isso. Eu acho que o impacto maior que a PETROBRAS tem em relação à sua adequação, à adequação da sua nova realidade de produção frente ao que ela tem hoje contratado está muito mais sob o ponto de vista de terceirização de serviços. Esse conjunto de empresas que hoje orbitam prestando serviços à empresa é onde talvez a gente tenha a maior margem de ganho operacional, de melhor processo de gestão. Quanto ao quadro, eu não tenho dúvida de que o quadro da empresa, ele está em linha com as *majors* no mundo. Em relação à questão da nafta, nós temos hoje um contrato de fornecimento com uma empresa da qual nós temos participação acionária também. Esse contrato está em rediscussão sob o ponto de vista do preço. O que a gente sempre se baliza, na questão de formação de preços e na questão de fornecimentos, sempre vai ser a PPI, que são os preços em paridade internacional. É isso o que estamos em



discussão neste momento. E eu diria que o preço hoje que está valendo... Já que o contrato venceu no final do ano, enquanto a gente não busca uma nova fórmula de negociação, a postura da empresa é aplicar essa questão da paridade internacional. E ele vem sendo tratado neste momento, desde fevereiro pra cá, ao custo de paridade internacional, com o indicador do ARA, que é um indicador de paridade internacional, Amsterdã, Roterdã e Antuérpia, e é o preço que está sendo praticado hoje — 100% do preço de paridade internacional — até que haja uma solução definitiva entre a empresa fornecedora, no caso a PETROBRAS, e a empresa adquirente, que é a empresa na qual a PETROBRAS tem participação societária. Em relação a essa questão de Houston, de fato, nós temos um escritório em Houston, é onde funciona...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Sr. Presidente, o senhor me desculpe. O senhor mencionou o preço da compra, mas e o preço da venda da nafta?

O SR. ALDEMIR BENDINE - Não. Não. É o preço da venda da nafta. Na verdade, a nafta tem um custo de produção para nós, que é um custo... que com certeza nós estamos vendendo a um preço com ganho. O que é o balizador é o preço de venda. Paridade internacional é o preço de venda. É isso que você tem de balizador. Agora, definir o custo da companhia... Sempre, é lógico, o custo da companhia, obrigatoriamente, tem que estar abaixo desse preço de paridade internacional. Ou seja, você tem que vender com lucro. Agora, eu posso prestar depois para o senhor, eu posso levantá-la depois em relação...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - É. Se o senhor pudesse prestar esta informação, porque na realidade uma das denúncias graves da Operação Lava-Jato é sobre a PETROBRAS comprar a nafta e vendê-la mais barato depois.

O SR. ALDEMIR BENDINE - Mas não no modelo atual. Com certeza, Deputado.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Não. É isso o que estou perguntando.

O SR. ALDEMIR BENDINE - Tá. Quanto ao modelo atual, eu posso fornecer esse dado em particular depois para o senhor, ou a quem mais tiver interesse. Em relação a Houston, não. Eu não tenho essa informação. Eu posso até depois... Eu



me comprometo também a levantar sobre essa possibilidade de terem sido remanejados funcionários para lá. De fato, a empresa tem... A sede da PETROBRAS America International é em Houston. Eu posso também levantar essa informação. Sobre CIAs, há de se entender também que, do ponto de vista punitivo e do ponto de vista investigativo, a PETROBRAS também não tem um poder de polícia para poder comprovar e estabelecer a questão de culpas. Mas a empresa adota três tipos de punição em CIAs: desde uma advertência, uma suspensão ou até uma rescisão de contrato de trabalho. É assim que funciona o mecanismo da CIA. Eu não tenho os números de pessoas que podem ter já se afastado, até porque, a bem da verdade, quando implementada a Operação Lava-Jato nos principais responsáveis por esse processo que a companhia sofreu, eles já se encontravam também afastados da companhia. Então, a gente tem todo tipo de situação lá de funcionários que podem ter sido punidos com advertência e suspensão. Inclusive uma coisa implementada recentemente pela Diretoria de Governança, até para que a gente tenha uma isonomia de tratamento na aplicabilidade de penas, é um comitê de correição. Ou seja, cada vez que uma CIA toma uma decisão no seu relatório final, antes da aplicação das punibilidades, ela sugere a punibilidade, mas isso passa por um critério de um comitê de correição para que você também não cometa injustiças. E quando você tem achados ou indícios que possam ser significativos... E toda e qualquer CIA é encaminhada às autoridades competentes, que depois podem estabelecer uma comprovação de culpa em relação ao tema. É lógico que uma CIA trabalha muito mais em cima das não conformidades encontradas por parte do empregado naquela condição. Sobre essa situação de *brokers*, eu também não tenho essa informação. Passou por uma reformulação a Diretoria de Abastecimento, recentemente. A gente tem uma preocupação excessiva nessa questão da comercialização dos produtos da área de abastecimento. Eu posso, inclusive, fornecer a relação do cadastro desses *brokers* com que hoje estamos operamos, até para que o senhor possa fazer um comparativo em relação a algum de que o senhor possa ter algum tipo de suspeita. Quanto a mudar a Diretoria de Governança, é aquilo que eu havia explanado anteriormente: não, talvez não seja o modelo adequado, e acho que tem uma fase pré-implementação que ainda tem um processo de certificar, de entender todo aquele processo que foi feito, para que a gente possa,



depois, sim, numa boa prática, permear isso por toda a companhia. Então, ainda não é o momento adequado, mas é lógico que a gente vai sempre buscar celeridade na implementação, na disseminação da cultura de *compliance* por dentro da empresa. Isso é fundamental e vital para que a empresa tenha um bom desempenho doravante. Sobre a questão do escritório de advocacia, eu não posso falar assim com tanto detalhe, até porque não tenho conhecimento de tantos detalhes do processo, Deputado. Mas há de se entender, e eu já tinha dito isso anteriormente: os escritórios de advocacia contratados nesse caso específico seguem essa lei mais ou menos da *class action* e do DOD nos Estados Unidos. São práticas até que se tenha uma exigência dos próprios investigadores, das autoridades americanas. Ele não pode ser feito pelo nosso quadro de advogados próprio, porque a questão aqui não é assistência jurídica, a questão aqui é investigação mesmo. Então, existe a necessidade de uma contratação de um escritório local. Parece-me que o escolhido é aquele único que tem certificação nesse tipo de processo. O outro é um americano que já tem especialização também em relação a isso. E o terceiro é quem dá suporte a isso, é uma empresa de auditoria independente para esse processo. Esses processos já estavam em curso na empresa no ano de 2014. Eles foram renovados — esses contratos —, já que na época não se tinha uma visão muito clara de qual ia ser a extensão desse trabalho. E isso aqui também foi uma exigência da nossa auditora externa, que certifica o nosso balanço, de que para certificar todos os geradores de informação e de dados da empresa, teriam que esses empregados responsáveis por isso passar por essa certificação desses escritórios, que, obrigatoriamente, têm que ser independentes. Então, de fato, não poderíamos utilizar o nosso serviço jurídico, porque isso aqui é uma condição investigativa e atende a requisitos da lei americana. Sobre essa questão de vínculo empregatício: sim, isso já é... passa a ser uma cláusula daquelas do *due diligence* de integridade de fornecedores. Isso, dentre dezenas de obrigações que você tem que ter, é uma dessas condições que a gente vai checar. E, se tiver alguma condição — nesse caso específico eu não sei, porque esse contrato é anterior à implementação desse modelo —, a gente também pode ir a fundo. Quanto a essa questão de contratação de parentes, nós somos totalmente contrários a essa prática. Isso também pode gerar a formação de pequenos carteis em relação a isso.



Caso tenha algum indício em relação a isso, nesse novo modelo de *due diligence* de integridade dos nossos fornecedores esse tipo de situação não será permitida. Ela não passará, com certeza, nesse filtro. Acho que basicamente era isso que o senhor havia me perguntado. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço ao Presidente Bendine.

Deputado Bruno Covas, V.Exa. tem até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Agradeço, Presidente.

Presidente Bendine, a PETROBRAS tem-se utilizado, para a consecução dos seus objetivos, das chamadas SPEs — Sociedades de Propósito Específico. Por exemplo, o TCU aponta que em 2008 havia 18 SPEs realizando investimentos da ordem de 18 bilhões de dólares.

V.Sa., respondendo ainda aqui, inclusive, ao Relator, já disse que prevê 28 SPEs...

O SR. ALDEMIR BENDINE - Não, eram 28 originalmente, mas...

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - O senhor poderia...

O SR. ALDEMIR BENDINE - Tudo bem, eu vou...

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - ...explicar...

O SR. ALDEMIR BENDINE - Hã, hã.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - ...de que forma a atual gestão da PETROBRAS pretende... se ela pretende ou não dar continuidade na contratação de empreendimentos via SPE?

O SR. ALDEMIR BENDINE - Quer que responda diretamente?

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Por favor. Por favor.

O SR. ALDEMIR BENDINE - Então está bom. Primeiro, Deputado, vamos entender e clarificar. De fato, eu tomei conhecimento desses apontamentos do Tribunal de Contas. Aliás, nós, recentemente, temos mantido contato mais efetivo, procurando adequar a empresa a todos os seus órgãos reguladores e fiscalizadores. Ela passou por um tempo onde eu acho que existia um pouco de esgarçamento e de litígio até por posicionamento da empresa em relação a isso, e a gente tem buscado as melhores práticas nesse aspecto. É que às vezes... muitas vezes se confundem também. Quando eu acho que houve essa colocação do TCU, se não me engano,



salvo melhor juízo, onde se questionava, em algumas situações, a condição de *paper companies*, que se confundiam, na verdade, com Sociedades de Propósito Específico... Eu acho que, basicamente, isso aqui estava sendo discutido em relação a alguns projetos. Mas em relação às SPEs, eu acho que isso é um instrumento, é um meio econômico interessante. Todas as empresas, sejam do mundo privado ou do público, utilizam-se... E eu acho que a transparência, a própria forma de concepção de uma SPE nada mais é do que, para, juridicamente, atender aos conceitos de *practice in finance*. Então, quanto a isso, eu não tenho nenhuma restrição, desde que seja feito de uma forma transparente, porque é um instrumento de captação para investimento.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Eu acho que essa é a principal questão, a forma transparente.

O SR. ALDEMIR BENDINE - Exatamente.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - E, inclusive, a possibilidade de acompanhamento pelo Tribunal de Contas da União.

O SR. ALDEMIR BENDINE - Disso eu não tenho dúvida.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - O senhor entende serem passíveis de acompanhamento pelo Tribunal de Contas da União os empreendimentos levados a cabo por SPEs?

O SR. ALDEMIR BENDINE - Aí existe uma discussão, Deputado, que é a seguinte: se a empresa tem caráter privado ou público, porque aí você tem a abrangência do Tribunal de Contas da União ou não.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Perfeito. E aí...

O SR. ALDEMIR BENDINE - No caso, se for uma SPE que tenha controle público — isso é possível também —, eu acho que nada mais justo que a extensão disso possa se estender... Se ela tem uma natureza de caráter privado, aí eu acho que ela tem outros órgãos reguladores ou fiscalizadores que exercem esse papel.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Perfeito. Por que...

O SR. ALDEMIR BENDINE - No caso... Desculpa.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Quanto a essas SPEs a que o senhor se referiu, como a referente, por exemplo, à Sete Brasil, a gestão vai ser pública ou privada?



O SR. ALDEMIR BENDINE - Vamos entender o modelo de...

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Quem vai fazer a gestão desse empreendimento?

O SR. ALDEMIR BENDINE - Especificamente nesse caso da Sete Brasil, que eu ia complementar, não é um modelo da empresa PETROBRAS, é de uma empresa privada chamada Sete Brasil, de cujo capital a PETROBRAS tem um pouco mais de 9%. São empresas de investidores privados, bancos, fundos de investimento, enfim, há uma série de sócios, há uma amplitude de sócios muito grande que não estará na gestão da PETROBRAS — ponto.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Essa é a questão. Quer dizer, as decisões levadas a cabo pela SPE...

O SR. ALDEMIR BENDINE - Não, a PETROBRAS participará das decisões...

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - ...*“Olha, contrata isso, contrata aquilo. Compra desse, compra daquele”*...

O SR. ALDEMIR BENDINE - Não, não.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - ...são feitas pela SPE ou pela PETROBRAS?

O SR. ALDEMIR BENDINE - Pela empresa Sete Brasil, que controla as SPEs, que não serão 28, porque isso... Já há uma determinação muito clara entre as partes, entre os três conjuntos de atores, de que esse número hoje não é mais exequível. Será um número menor. É uma empresa privada, da qual a PETROBRAS participará do modelo decisório, mas no âmbito de acionista, através do Conselho de Administração, onde ela tem pouco menos de 10% do capital.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Quer dizer, não vai ter nenhuma procuração, dada pela SPE para a PETROBRAS, para fazer a gestão do empreendimento.

O SR. ALDEMIR BENDINE - Zero. A PETROBRAS não participa desse processo. O que ela tem com a Sete Brasil é uma relação contratante-fornecedor.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Perfeito. E, se o fizesse, aí o senhor entende que o acompanhamento pelo TCU é...

O SR. ALDEMIR BENDINE - Lógico, seria óbvio. Mas não é o caso. É uma empresa puramente privada.



O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Eu queria retomar uma outra questão também que o senhor já mencionou aqui, quando da sua exposição inicial, que foi lançar no balanço da PETROBRAS uma previsão de 6,2 bilhões de reais referentes a perdas por conta de corrupção. Eu queria entender qual foi a metodologia utilizada para se chegar ao valor 6,2 bilhões de reais.

O SR. ALDEMIR BENDINE - Bom, em conjunto e no trabalho que a gente... na interação que a gente estava no trabalho da força-tarefa do Ministério Público, foram levantadas, na ocasião, todas as empresas citadas na Operação da Lava-Jato que poderiam ter participação nesse processo. Em relação a essas empresas, foram levantados todos os contratos feitos no período citado pela própria apuração da força-tarefa.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Qual é esse período?

O SR. ALDEMIR BENDINE - Acho que é, se eu não me engano... *(Pausa.)* Eu já passo esse dado. De todo esse período, nós pegamos todos os contratos em relação a essas empresas, a essas 32 empresas citadas no âmbito da Operação Lava-Jato. Com base nisso e de acordo com os achados e com as delações premiadas que nos foram passadas pelo Ministério Público Federal, nós estimamos, até de uma maneira conservadora, qual era o custo de propina em relação a esses contratos. Girava, em alguns casos que foram até citados, em 5%, e, na sua grande maioria, em 1%. E nós estabelecemos uma média mais conservadora, mais alta — eu acho que nem chegou a tanto —, mas que desse uma segurança para a empresa. Então, nós aplicamos 3% sobre todos esses contratos do período de apuração em relação a todos os contratos dessas empresas. Essa foi a metodologia utilizada em relação a esse custo de propina. Agora, o mais importante achado em relação ao balanço: ele está aditado a um teste de imparidade. E aí, se houver uma prática de sobrepreço, alguma coisa em relação ao ativo, ele vai estar embutido dentro desse custo que ali foi feito. Mas bem entendido que o maior impacto em relação a um teste de imparidade vem muito mais das condições macroeconômicas, do cenário da indústria de petróleo, do que propriamente dito de um erro de projeto.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Seria possível uma perícia contrato a contrato para verificar... Porque foi aplicado um valor de 3% linear sobre todos esses contratos. O mais correto não seria uma perícia contrato a contrato?



O SR. ALDEMIR BENDINE - Eu presumo que não, Deputado. Neste caso específico do custo de propina, não, a não ser que haja a informação do próprio beneficiado ou do próprio achacador, neste caso, em relação àquilo que ele pagou, se ele explicitar cada um deles. Dentro da variabilidade de execução de um contrato, um *delay* percentual entre 5%, 10%, é algo absolutamente normal na execução de um projeto. É que, como os projetos na PETROBRAS são de valores bilionários, essas quantias acabam sendo muito expressivas. Dificilmente você, através de uma auditoria caso a caso, determinaria isso só pela auditoria, a não ser que houvesse a própria delação de quem praticou um possível sobrepreço em relação a isso. No caso específico de teste de imparidade, aí pelos mais de 30 anos de experiência em mercado financeiro, estipular se houve ali sobrepreço para atender a determinados objetivos eu diria que é quase impossível. Não tem como precificar essas diferenças em relação a um teste de imparidade. Eu acho que a PETROBRAS foi até extremamente conservadora nos lançamentos de valores contra o seu próprio resultado e o seu próprio caixa.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Presidente, por que nós tivemos que aguardar a sua gestão? A Presidente Graça Foster já não poderia ter levado a cabo esse tipo de atitude?

O SR. ALDEMIR BENDINE - Eu não quero ser engenheiro de obra pronta aqui e ficar fazendo comentário sobre gestões anteriores. Há de se entender também que ela foi colhida — aquela Diretoria — no meio da avalanche que se apresentou. Eu acho que se confundiu muito, naquela ocasião, uma explicitação pública que teria sido feita pela Diretoria da ocasião sobre a extensão, inclusive, desses contratos. Inclusive eu estou com a informação aqui, Deputado: o período que a força-tarefa investigou é de 2004 a abril de 2012.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Agora, Presidente, segundo nos consta, o Tribunal de Contas da União, após ter tido acesso às notas fiscais referentes a esses contratos com as empresas do cartel, tem constatado uma defasagem além desses 3%. E a Polícia Federal tem apontado um valor bem superior a esses 6,2 bilhões de reais: um valor de 19 bilhões de reais. A PETROBRAS adotou algum procedimento para reavaliar esse valor?



O SR. ALDEMIR BENDINE - Sim. Deputado, vamos entender dois pontos: custo de propina é algo que inclusive é a meta alcançável que a empresa tem para recuperar em relação a valores desvirtuados ou valores desviados. Esse é um valor. Além disso, a empresa fez um lançamento de aproximadamente 45 bilhões de reais contra o seu patrimônio pela aplicação de testes de imparidade em todos esses contratos. Qualquer um desses valores especulados, seja por um delegado que outro dia deu essa informação, seja por qualquer outro analista ou por qualquer outro técnico, vai estar, com certeza, dentro desse conjunto. É nesse ponto que eu quero dizer que a empresa foi extremamente conservadora em aplicar isso, porque ela contempla muito mais do que esses valores estimados. Aliás, até...

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Então, dentro desses 45 bilhões de reais também pode haver perda com corrupção.

O SR. ALDEMIR BENDINE - Sim, sim. Foi o que eu falei: é a questão de um sobrepreço de projeto. Isso pode estar embutido ali dentro. É que não tem como arbitrar, com nenhuma técnica possível hoje no mercado, dentro de um projeto que está hoje aplicado num teste de imparidade, o que é condição macroeconômica, o que é sobrepreço, enfim, o que é erro de projeto. Então, nós fomos conservadores, jogamos isso contra o resultado...

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Esse valor de 6,2 bilhões de reais, ou esse valor de 45 bilhões de reais, é alguma referência, ou parâmetro, para os acordos de leniência que estão em andamento?

O SR. ALDEMIR BENDINE - Notadamente, os 6,3, porque são pagamentos indevidos. Os outros podem estar dentro desse contexto. Por isso que eu falo que, se a gente tem um fixador para esse tipo de alcance de recuperação, vai estar muito mais ligado a essa condição do custo de pagamentos indevidos.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço ao Deputado Bruno Covas.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Sr. Presidente, o Presidente Bendine deixou de responder a pergunta sobre o COMPERJ e a Abreu e Lima. Não precisa ser necessariamente neste momento, mas depois do próximo orador ou do seguinte, se ele pudesse comentar...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Vou dar a palavra ao Deputado Arnaldo Faria de Sá, em seguida...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Sem problema.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Peço a palavra pela ordem, Presidente, para pedir uma informação a V.Exa.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - É sobre o futuro do COMPERJ.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Peço uma informação a V.Exa. Eu sou autora também da convocação, e parece que não consta...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Isso. Nós vamos considerar autores todos aqueles Parlamentares que apresentaram requerimentos anteriores.

O senhor deseja ir ao toalete?

O SR. ALDEMIR BENDINE - Se puder suspender por uns 5 minutinhos eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Pois não, pode ir.

O SR. ALDEMIR BENDINE - Os senhores me dão uma pausa de 5 minutos?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Vou suspender por 5 minutos para, em seguida, o Deputado Arnaldo Faria de Sá fazer os seus questionamentos.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Reabro os trabalhos e passo a palavra ao Deputado Arnaldo Faria de Sá, o próximo Sub-Relator. S.Exa. dispõe de até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Aldemir Bendine, quanto tempo faz que o senhor está na Presidência da PETROBRAS?

O SR. ALDEMIR BENDINE - Aproximadamente 8 meses, Deputado.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Depois de conhecer tudo o que está conhecendo, o senhor assumiria de novo a Presidência da PETROBRAS?

O SR. ALDEMIR BENDINE - Desculpe-me, eu não entendi.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Depois de 8 meses, conhecendo tudo que o senhor conhece, assumiria de novo a Presidência da PETROBRAS?



O SR. ALDEMIR BENDINE - Acho que um administrador tem que estar preparado para qualquer missão. De fato, a empresa tem um grau de dificuldade maior por tudo o que ela vem vivenciando, não só nesse processo, mas também pelo próprio cenário econômico em que ela está envolvida. Mas é uma experiência gratificante, porque, se eu tiver sucesso na minha missão, eu também terei orgulho de poder ter ajudado a sociedade brasileira a resgatar ou pôr num rumo melhor aquela que é a nossa mais importante empresa.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Mas, depois de estar lá dentro, o senhor percebeu que o desafio era maior do que esperava.

O SR. ALDEMIR BENDINE - É natural. É natural.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Essa última alta do dólar prejudicou muito a sequência da PETROBRAS?

O SR. ALDEMIR BENDINE - Há duas variáveis, Deputado, que são extremamente importantes para uma indústria petrolífera. A primeira é o preço do Brent. Isso é algo com que a indústria petrolífera está passando uma dificuldade muito grande. Desde julho de 2014, após uma reunião da OPEP em que foi levantada a condição de excesso de oferta que existia no mercado e dado esse processo de baixa demanda, notadamente por uma recessão no mercado mundial, sobretudo no mercado asiático, isso acabou gerando uma queda muito abrupta do preço do barril. Eu acho que talvez esse indicador seja um dos que mais nos pega. E, sim, de fato a questão cambial é muito importante nesse aspecto. Por quê? Primeiro porque nós estamos muito lastreados em questões de importações e exportações na moeda americana e também porque a dívida da PETROBRAS, que é o maior desafio que ela tem hoje, é quase 70% lastreada em dólar.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Por isso eu fiz a pergunta.

O SR. ALDEMIR BENDINE - Então, de fato, qualquer oscilação significativa do dólar, atrelada a uma queda de preço do Brent, vamos dizer, é a tempestade perfeita para uma empresa petrolífera.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Depois que assumiu a PETROBRAS, percebeu que havia muita liberalidade de Diretorias independentes. Houve uma tomada de decisão, no sentido de as decisões se darem através de assinaturas cruzadas. Isso evitaria, se já tivesse sido adotado anteriormente,



aqueles afretamentos de navios-sondas, a corrupção de ativos, a compra da refinaria de Pasadena, autorizados apenas por uma Diretoria? Isso, atualmente, seria evitado?

O SR. ALDEMIR BENDINE - Um modelo de decisão colegiada, com maior estabelecimento de responsabilidades estatutárias, com camadas de alçadas mais definidas, não há dúvida de que mitiga, e muito, riscos de contratações que podem não ser as mais adequadas a uma companhia e também blinda muito a companhia em relação a malfeitos. Dizer com assertividade, com 100% de certeza que poderia ter sido evitado determinado tipo de malfeito — porque há que se admitir também que determinadas decisões de investimento no passado foram feitas diante de um cenário econômico extremamente favorável...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Essa expressão “malfeito” vem da Presidente Dilma?

O SR. ALDEMIR BENDINE - É malfeito no sentido de malfeita mesmo a contratação. Não sei se essa expressão é dela, mas...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - É que ela usou várias vezes essa expressão.

O SR. ALDEMIR BENDINE - Então, é coincidência. Então, de fato, uma situação dessa de maior discussão, com mais participantes num modelo de decisão, é lógico que mitiga e minimiza muito situações em que se possa errar na decisão.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Quem errou mais, a Diretoria do Gabrielli ou a Diretoria da Graça Foster, que, inclusive, admitiu que deu algumas pedaladas? E em qual período detectou-se mais corrupção, no do Gabrielli ou no da Graça Foster?

O SR. ALDEMIR BENDINE - Não saberia responder, Deputado, até porque eu vou atribuir culpa. Não cabe a mim fazer esse tipo de situação. Eu assumi a empresa há 8 meses com a perspectiva de olhar para frente, trazer a empresa a uma nova realidade por tudo o que ela passou e também pela condição do cenário econômico que hoje ela vive e não saberia, nem deveria fazer ou bancar um engenheiro de obra pronta e criticar decisões tomadas no passado e que foram baseadas também, conforme eu disse, em cenários econômicos totalmente distintos daquele que eu estou vivendo na companhia. Eu acho que seria leviano da minha



parte fazer qualquer tipo de comentário da espécie, até porque eu não tenho elementos suficientes para fazer julgamentos.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Além do momento difícil vivido pela PETROBRAS, o fato de o Governo mandar para o Congresso um orçamento-bomba com déficit de 30 bilhões de reais, que gerou uma decisão da Standard & Poor's de *downgrade* da nota de risco do Brasil, prejudicou a PETROBRAS?

O SR. ALDEMIR BENDINE - A empresa também passou por um processo de *downgrade*. Isso está muito mais atrelado a condições... É lógico que a condição de risco soberano país afeta, sim, as empresas. Então, não foi só a PETROBRAS que levou um *downgrade* nas suas notas de risco, mas dezenas de empresas de grande porte brasileiro, inclusive a maioria dos bancos brasileiros, que possuem um dos sistemas financeiros mais sólidos do mundo. Então, o impacto do risco soberano na questão de *downgrade* das empresas, sim, é fato determinante. Adicionado a isso, no caso particular da PETROBRAS, a gente ainda tem alguns indicadores que não são os mais salutares para uma empresa desse porte, notadamente seu nível de alavancagem e dívida.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Que valor seria atribuído entre *downgrade* e a alta avaliação do dólar. Qual dos dois é mais prejudicial para a PETROBRAS?

O SR. ALDEMIR BENDINE - *Downgrade*, neste momento, ele ainda não tem um impacto muito grande para a PETROBRAS, porque a gente se antecipou no início, a gente teve uma previsão logo no início da gestão. Eu estava explicando isso logo no início aqui das minhas considerações. A gente, ao buscar a efetividade da publicação do balanço que refletisse a real situação da empresa, em paralelo, a gente, já prevendo determinado tipo de situação, dados esses indicadores não tão bons que a companhia apresentava, nós nos antecipamos num modelo de financiabilidade. Então, com esse modelo de financiabilidade adotado pré-*downgrade*, a gente não teve nenhum tipo de dificuldade. A gente buscou naquela ocasião em torno de 11 bilhões de dólares. Mas também há de se entender que, nada obstante o momento que a empresa vem vivenciando, de uma crise no setor, uma crise mundial no setor petrolífero, a empresa ainda goza de uma determinada



reputação. Eu acho que nós temos, a nova diretoria, um reconhecimento por parte do mercado sobre o trabalho que está sendo executado e a gente não tem tido dificuldade em acessos a mercado de capitais. Nós demos conhecimento público 2 dias atrás — perdão, a publicação foi na segunda-feira, no feriado aqui, mas não era feriado nos Estados Unidos —, de uma nova operação *sale and leaseback* em relação a duas novas plataformas, que está trazendo uma possibilidade, um reperfilamento de uma melhoria no conjunto da nossa dívida, que está sendo muito atrativo para a empresa. Nós já tivemos, com essa mudança de perfil da dívida da empresa, ganhos diretos para a companhia da ordem de 3,8 bilhões de dólares.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Quanto que a PETROBRAS já recuperou de dinheiros desviados da Lava-Jato?

O SR. ALDEMIR BENDINE - O que efetivamente voltou para o caixa da empresa foi aproximadamente 300 milhões de reais, 296 milhões, para ser mais exato. Agora, há uma série de acordos em curso com o Ministério Público e outras autoridades.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Qual é a produção da PETROBRAS por dia hoje?

O SR. ALDEMIR BENDINE - Basicamente, 2 milhões e 200 mil barris/dia, com uma meta para 2020, a qual a gente adequou a uma nova realidade, 2 milhões e 800 aproximadamente.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Quanto precisa de importação diária?

O SR. ALDEMIR BENDINE - Para complementar a necessidade de refino?

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Isso.

O SR. ALDEMIR BENDINE - Aí depende da demanda, né, Deputado? Quando você está num momento de baixa da economia, de demanda mais baixa...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Como agora?

O SR. ALDEMIR BENDINE - ...como agora, essa quantidade de barris/dia que a gente tem hoje para complementar o refino, aí somada toda a cesta de produtos da PETROBRAS, desde gasolina, *diesel*, nafta, querosene de aviação e assim por diante, estimo que isso hoje não chega a 300 mil barris/dia ou 400 mil barris.



O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Quanto valorizou a ação da PETROBRAS com a nova diretoria?

O SR. ALDEMIR BENDINE - Nós tivemos dois ciclos. No primeiro impacto do ciclo da diretoria, ela teve uma valorização aproximada de uns 60% aproximadamente. Depois, quando veio uma nova crise de mercado internacional, notadamente a crise da China, nas perspectivas da China, ela voltou àqueles padrões anteriores. Hoje ela está num valor, em relação ao início, um pouco superior. Enfim, não teve perda. Ou seja, a perda que teve agora com essa nova crise não foi suficiente para derrubar todo o ganho que tinha tido inicialmente.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - O senhor compraria ação da PETROBRAS hoje?

O SR. ALDEMIR BENDINE - O senhor me faz uma pergunta difícil de eu responder, até porque tenho responsabilidades perante a Comissão de Valores Mobiliários. Se eu fizer esse tipo de afirmação, eu posso ser punido pela Comissão de Valores Mobiliários. Se o senhor me permitir não responder essa pergunta, eu agradeceria.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Permitirei.

A PETROBRAS não tem mais problema nenhum com contratação de auditoria externa, não é?

O SR. ALDEMIR BENDINE - Nenhum.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Já está tudo resolvido.

O SR. ALDEMIR BENDINE - Está tudo resolvido. Hoje, a auditoria externa principal da PETROBRAS, que é a que inclusive atesta o nosso balanço, é a Pricewaterhouse. Ela é reputada como a maior ou a segunda maior auditoria.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - O balanço de 2015 será melhor do que o de 2014?

O SR. ALDEMIR BENDINE - Com certeza.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço ao Deputado Arnaldo Faria de Sá. Vamos aos autores.



O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Presidente, a resposta sob o COMPERJ... O senhor vai perguntar? Depois eu gostaria de usar o tempo de Líder do PR.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Certo. Eu quero só pedir complacência a V.Exa. Existem aqui vários Deputados inscritos. Quero dar a palavra aos autores e, antes de entrar nos Deputados mesmo, lhe darei a palavra como Líder, para que a gente possa dar mais oportunidades para os Deputados questionarem o Presidente Bendine.

O Deputado Antonio Imbassahy é o próximo autor e, em seguida, o Deputado Fernando Monteiro. V.Exa. tem até 5 minutos.

O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY - Sr. Presidente, eu gostaria que V.Exa. agregasse ao tempo de autor do requerimento o tempo da Liderança da Minoria, totalizando 13 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. tem até 13 minutos, lembrando só que no tempo de Liderança V.Exa. não pode fazer questionamentos, apenas falar. Depois poderá fazer os questionamentos dentro do tempo de autor. Então, V.Exa. falará primeiro como Líder e, em seguida, fará os questionamentos nos 5 minutos finais.

O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY - Agradeço a V.Exa., cumprimento o Relator Luiz Sérgio e também o Presidente da PETROBRAS.

Gostaria, inclusive, que, nesse início da minha fala, sobre esses dados que eu vou passar, o Presidente da PETROBRAS fizesse algum comentário se algo estiver equivocado.

Eu coloco aqui inicialmente, até para deixar clara a situação financeira da empresa, que em dezembro de 2010 — dezembro de 2010! — o endividamento bruto da empresa era de 116 milhões; em agosto de 2015 — agosto de 2015! — essa dívida bruta alcança cerca de 500 bilhões de reais. É certamente a empresa mais endividada do planeta, se conseguiu essa situação.

Mais ainda: o valor de mercado nesse mesmo período, em 2010, era de 378 bilhões; hoje o valor de mercado é de 113 bilhões de reais. Enquanto a dívida cresceu, percentualmente, 257%, o valor de mercado caiu 71%. E a produção de



petróleo praticamente ficou estagnada durante todo esse período em que houve esse grave endividamento e também essa perda de valor de mercado.

Para se ter uma ideia, Sr. Presidente, a AMBEV recentemente pagou por uma cervejeira, a SABMiller, 104 bilhões de dólares. A PETROBRAS hoje vale aproximadamente 31,6 bilhões de dólares. Quer dizer, conseguiu-se a proeza, nesse período, de fazer com que a petroleira valesse menos — e muito menos — do que uma cervejeira. Uma coisa inacreditável.

Em 2010, a PETROBRAS era a quarta empresa ranqueada do mundo; em 2014 é a 27ª empresa ranqueada no mundo. A ECOPETROL, a petroleira da Colômbia, estava situada, em 2010, na 34ª posição; hoje está na 14ª posição, bem à frente da PETROBRAS. É esse o resultado desse desastre que aconteceu durante esses 4,5 anos de administração na PETROBRAS.

Faço alguns comentários e já vou pedindo também ao Sr. Presidente que vá anotando, porque serão depois as perguntas simplificadas.

Recentemente a PETROBRAS aumentou em 6% o valor da gasolina e em 4% o valor do *diesel*. Qual foi a metodologia utilizada? É importante que o Presidente esclareça isso, uma vez que não guarda nenhuma relação com a inflação, não guarda nenhuma relação com a desvalorização cambial ou com a paridade de preços. O que é que se pode esperar daqui para adiante? Esse aumento teria sido limitado a esses números para também fazer a política econômica do Governo, continuando com a política econômica do Governo, no sentido de conter o ciclo inflacionário?

Mais ainda, Sr. Presidente: a Lei do Petróleo — isso é fundamental — refletiu que o entendimento, a desregulação de preços, era fundamental para atrair investimentos para o segmento de refino e estabeleceu, inclusive o período de transição, que já terminou há muito tempo, em dezembro de 2001. Isso exatamente para permitir atratividade e valorização da empresa, para impedir que ela fosse utilizada como instrumento de política econômica e fosse levada a essa tragédia a que o Governo do PT conduziu a principal estatal brasileira. E, com o objetivo de dar maior transparência e racionalidade à política de subsídios, a Lei do Petróleo determinou acerto de contas entre a União e a PETROBRAS, relativo à conta Petróleo, Derivados e Etanol, até o fim do período de transição.



Eu gostaria de deixar já registrado que era muito importante ouvir a opinião de V.Sa.: qual é a sua interpretação com relação à Lei do Petróleo nesse quesito? V.Sa. vai buscar a proteção dos acionistas minoritários ou majoritários, utilizando a Lei do Petróleo, fazendo com que a União faça o ressarcimento por esse grande mal que causou à PETROBRAS, ou V.Sa. vai achar que tudo está certo, e as coisas continuam dessa maneira, e a PETROBRAS continua com esse prejuízo extraordinário?

Com relação a compra e venda de ativos, eu gostaria também de saber qual é finalmente a responsabilidade do Conselho de Administração da empresa no que diz respeito a compra e venda de ativos. Pasadena não faz parte dessa questão da CPI da PETROBRAS, mas é um caso emblemático. Então, eu gostaria muito, Dr. Bendine, que V.Sa. dissesse como é que se dá, como é que se organiza uma reunião do Conselho de Administração da PETROBRAS e qual é a responsabilidade dos membros do Conselho de Administração, de acordo com a Lei das S.As. e o estatuto da empresa, no que tange à compra e venda de ativos.

Mais ainda — esta pergunta já foi inclusive colocada pelo Deputado Bruno Covas —, com relação ao balanço, até porque a ex-Presidente Graça Foster, quando esteve aqui na CPI, disse que estava sendo feito um *impairment test*, realizado pela Deloitte e pelo BNP Paribas, que havia apontado para um valor de ajuste líquido dos ativos da companhia da ordem de 61 bilhões de reais, ou seja, parte dos ativos estava superestimada em 88 bilhões de reais, e parte estava subdimensionada em 27 milhões. A Graça Foster relatou aqui nesta CPI que se reuniu com a Presidente Dilma e com o Ministro Guido Mantega para explicar a metodologia adotada. Dias depois ela foi defenestrada, ela foi exonerada porque desagradou a Presidente Dilma.

E V.Sa., logo após tomar posse, tratou de fazer com que a empresa tivesse um balanço auditado, coisa inimaginável — a PETROBRAS passou meses sem conseguir ter um balanço auditado —, mas, nesse balanço auditado, o valor que foi colocado, impactado por perdas, foi de 44,63 bilhões de reais. Então, há uma diferença significativa. Eu gostaria que V.Sa. dissesse o porquê dessa diferença de 88 para 44. É uma disparidade abissal.



Mais ainda, Sr. Presidente. Eu quero dizer que, quando nós estivemos na sede da PETROBRAS, a CPI, foi dito naquela ocasião que a situação financeira era dramática, que a empresa passava por uma situação dramática e que seria necessário levantar, naquele período de abril e maio de 2015 até 2016, seria necessário levantar algo da ordem de 13 bilhões — 13 bilhões de dólares —, até 2016, para se cumprir o fluxo financeiro.

Eu gostaria de saber o que aconteceu de lá para cá, se se conseguiu levantar esse valor, porque é um valor realmente expressivo demais. São 13 bilhões de dólares para uma empresa que passa por uma situação de tremenda dificuldade. Portanto, esse dado é um dado essencial, 13 bilhões de dólares, até porque, até o final de 2016, os dados que nós temos aqui, Sr. Presidente — V.Sa. pode confirmar ou não —, dão conta de que a PETROBRAS terá que desembolsar cerca de 12 bilhões de dólares só por conta de compromissos financeiros assumidos nesse período, até 2016.

Eu quero mais ainda falar um pouco sobre a questão da Refinaria Abreu e Lima. A Refinaria Abreu e Lima é um escândalo internacional. Os dados que nós temos é de que o custo médio mundial para construção de uma refinaria varia de 14 mil dólares até 20 mil dólares. A Abreu e Lima teria custado, custo final, 85 mil dólares; de um preço médio de 14 mil a 20 mil, a Abreu e Lima custou 85 mil dólares por barril processado. Como é que a PETROBRAS está realizando esse prejuízo? Ela já incorporou esse prejuízo ao seu balanço? Está incorporando? Vai repassar para a União? A União vai pagar? Quem vai pagar são os usuários, os consumidores, enfim, os acionistas? Como é que a PETROBRAS está tratando desse assunto específico, desse prejuízo causado à construção da Refinaria Abreu e Lima?

Por fim, eu faço também aqui um comentário, e gostaria que V.Sa. fizesse uma avaliação — uma avaliação — da administração do ex-Presidente José Sérgio Gabrielli: ele fez ou não uma boa administração?

Encerro também as minhas considerações, indagando de V.Sa. quais foram os motivos reais e verdadeiros para que o Presidente do Conselho de Administração da Empresa, Dr. Murilo Ferreira, se licenciasse. Ser Presidente do conselho de uma



empresa feito a PETROBRAS é motivo de honra, é motivo de orgulho, mas é lamentável, é inexplicável que o Presidente tenha se licenciado.

Então, eu gostaria que V.Sa. fizesse comentários e respondesse a essas indagações. E não usei o meu tempo completo. Então, V.Sa. poderia certamente prestar um bom serviço, respondendo a essas perguntas que acabo de formular.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leo de Brito) - Relator.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Deputado Imbassahy, V.Exa. fez uma pergunta que não é objeto da CPI, mas em que evidentemente todos nós temos interesse. Seria importante que o Presidente Bendine pudesse aqui colocar a sua posição. E até deixo registrado o meu interesse em ouvir essa opinião, porque nós temos hoje as regras estabelecidas para o pré-sal. Nesta Casa há várias iniciativas que visam mudar essa regra do pré-sal, que estabelece a PETROBRAS como operadora única e com até 30%. Nós tivemos o último leilão de que a PETROBRAS não participou e foi um fracasso — o último leilão.

Então, aqui me somando à pergunta do Deputado Imbassahy, enquanto Presidente da PETROBRAS, mesmo que por um período muito curto, eu gostaria de fazer a pergunta, se possível, mesmo não sendo objeto da CPI: qual é a visão de V.Sa. hoje, se poderia nos dar uma opinião, como Presidente da PETROBRAS, de qual seria o melhor para a PETROBRAS, para a sociedade brasileira e, evidentemente, para todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leo de Brito) - Com a palavra o Presidente Bendine.

O SR. ALDEMIR BENDINE - Bom, eu acho que eu anotei todas aqui. Eu vou por etapas, então, Deputado. Sobre a questão de metodologia de preços de derivados, tão logo a Diretoria Executiva assumiu, nós adotamos, nós revisamos esse processo de metodologia — e a empresa adota a questão do preço por paridade internacional. Jamais, durante esse período em que eu estou à frente da empresa, nós praticamos preço que não estivesse adequado ao modelo de paridade internacional. A única situação em que não só a PETROBRAS, o Brasil adota esse modelo, mas também acho que a grande maioria dos países adota, é a questão da mitigação da volatilidade. O único país que adota a volatilidade nos seus preços e pratica isso de forma diária é o mercado norte-americano, mas não é o caso



brasileiro, até porque ele não tem um impacto de variação cambial tão expressivo quanto os demais países do mundo, até porque a moeda dele é a moeda que dá o suporte e os indicadores em relação a isso. Nós adotamos o processo de paridade internacional, examinando diariamente. E esses preços na mesa, no *trading* da mesa, têm mudanças, oscilam, durante esse período, direto com as distribuidoras, para cima ou para baixo. Mas são mudanças imperceptíveis ao consumidor em geral, e isso é compensado por um lado ou por outro. Mas sempre a metodologia definida vai ser a de paridade internacional. A empresa tem inteira liberdade na prática de seus preços, até porque isso é da alçada da Diretoria Executiva, nem do Conselho de Administração é, e ela tem total autonomia. Porque nós tomamos uma decisão, na majoração de preços, agora, mais recente, em relação à gasolina e ao *diesel*, não nos esqueçamos, também, que a gente fez aumentos em outros produtos que compõem a cesta de produtos da PETROBRAS. Houve alteração no gás industrial, no gás de residência, no preço de asfalto, enfim, em vários produtos da cesta ao longo desses oito meses. O impacto mais expressivo, até porque a gente fixa preço olhando para os três meses subsequentes, ou sempre que houver uma volatilidade muito expressiva... Na medição que nós fizemos, a gente estava até com uma previsão superior ao comportamento que o dólar vem enfrentando neste momento. Naquele momento houve uma oscilação muito forte, e a gente, para preservar a companhia, adotou um aumento de preços que fizesse frente a essa volatilidade naquele momento. Então, o modelo, a metodologia utilizada na definição de preços é da alçada da Diretoria Executiva, exercida na sua plenitude. E a gente trabalha numa mesa, num sistema extremamente sofisticado para acompanhar todo esse modelo. Em relação a essa questão...

O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY - Sr. Presidente... Desculpe interrompê-lo, V.Sa. entende que na administração, nas administrações anteriores teria havido contenção de preços de derivados de petróleo para se exercitar a política econômica do Governo, o controle inflacionário? E se V.Sa. assim entende, até porque é dito por todos, é um conhecimento geral, de quem está no mercado, que a PETROBRAS foi utilizada como instrumento de controle da economia, e por isso gerou esse buraco, essa tragédia financeira que hoje V.Sa. tem o desafio de superar. Se V.Sa. assim entende, compreende também que a lei do petróleo levaria



a PETROBRAS a reivindicar, junto à União, ressarcimento por esses prejuízos causados aos acionistas minoritários, ou até mesmo majoritários?

O SR. ALDEMIR BENDINE - Deputado, eu... De fato, minha missão tem sido árdua, não é? Eu estou pegando uma empresa num processo extremamente difícil, e o que a gente tem procurado agora é levar para a companhia novos modelos de gestão, uma reorganização em toda a sua estrutura administrativa, buscando dar modelos de *compliance*, e de melhor gestão financeira da empresa. Eu não tenho procurado me ater a fazer diagnósticos em relação ao passado até porque eu não vivenciei esse tipo de situação. Então, eu não posso fazer esse tipo de afirmação. A partir do momento em que eu entrei na empresa, e tão logo eu tomei conhecimento da condição de preços da companhia, ela estava, naquele momento, com um preço adequado. Se ela não exercitou essa condição ao longo do tempo, conforme a gente... Muitas vezes, embora a imprensa tenha noticiado, eu não posso fazer essa afirmativa porque eu seria leviano, eu não tenho instrumentos devidos para fazer isso. E há de se entender também que, nessa questão do refino, é sempre importante a gente destacar que eu acho que na questão do refino é salutar, para a economia brasileira, é salutar para a sociedade brasileira incentivar, sim, a vinda de novos *players* nesse mercado, até porque do jeito que está colocado hoje, a PETROBRAS acaba carregando o ônus de ter que ser a responsável pela garantia da distribuição no mercado. Eu acho que é salutar novas empresas, novos *players* colocados em relação a isso. E aí até me coloco numa situação que a empresa tem procurado incentivar isso, na pergunta que o Deputado Altineu colocou. Por exemplo, no caso específico do COMPERJ, apesar de quilo ser um projeto de um polo petroquímico, não cabe à empresa, neste momento, discutir se aquilo é viável ou não. Eu tenho uma realidade que me foi imposta, na hora em que eu encontrei ali, e tinha que tomar uma decisão, e que fosse a decisão que melhor resguardasse os interesses da companhia. Eu tenho ali, naquele projeto, uma refinaria, não um polo petroquímico, com 87% da sua completação. Então, é salutar que, com todo o... Independente do valor investido ali, que possa ter sido, e deve ter sido superior a um modelo médio de um preço de uma refinaria — isso vale para a Abreu e Lima —, nós tínhamos que tomar uma decisão em relação a essa condição. Qual foi a decisão tomada? Como a Abreu e Lima já tinha o que a gente chama de trem, um



trem 1 completo, ou seja, uma refinaria completa, a refinaria complementar, que era o trem 2, que daria um melhor processo de sinergia, e que também estava com quase 90% disso concluso, nós tomamos a decisão, com o que a gente tinha na caixa e na capacidade de investimento, de terminar a Abreu e Lima, o trem 2, porque elas se completam; já se tinha todas as questões de licença muito mais evoluídas. E, na questão de COMPERJ, a gente tomou a decisão, sim, de terminar, mas com a busca, inclusive, de um parceiro, porque o que a gente está procurando, também, é estimular outros *players* internacionais a que venham participar desse processo de refino no País. A empresa carregar essa responsabilidade... Ela também tem um ônus. E a gente tem que reconhecer isso, enquanto sociedade, que isso é algo muito importante para a sociedade brasileira, o fato de a PETROBRAS nunca ter deixado, durante todos esses anos — e particularmente neste ano, que é o ano que eu acompanho a empresa —, jamais um desabastecimento no País, seja de qualquer um dos derivados da sua cesta de produtos. E quanto à pergunta que o senhor fez, até para complementar...

O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY - Dr. Bendine, só para esclarecer. Até compreendo que V.Sa. não deseje fazer comentários sobre o que se passou na PETROBRAS durante os anos anteriores, até porque é um passado para se esquecer; todos nós queremos esquecer. Mas também queremos encontrar as responsabilidades. Tudo bem. Mas com relação à lei do petróleo — V.Sa., naturalmente, conhece, e conhece bem —, qual a interpretação de V.Sa., que, pela lei do petróleo, tendo havido essa utilização da empresa para ser colocada como instrumento de controle inflacionário, cabe à PETROBRAS buscar, fazer gestões junto à União, na busca do ressarcimento? Qual é a compreensão de V.Sa. sobre a lei do petróleo, nesse quesito?

O SR. ALDEMIR BENDINE - Em relação a esse processo, Deputado, há de se ver também as vantagens que a empresa possa ter tido nesse período, as quais eu também desconheço. Então, é lógico, o instrumento da lei permite isso, e a gente pode fazer, sim, uma análise. Mas pode ser olhado do ponto de vista de ônus como de bônus, não é? A empresa também teve, pode ter tido facilidades, em relação à concessão de capital, à concessão de determinadas explorações, pelo custo da sua exploração, que possam fazer esse tipo de compensação. Seria, de fato, muito



leviano de minha parte fazer um diagnóstico de tamanha profundidade sem ter os elementos suficientes para isso. A lei do petróleo existe para isso, e eu acho que existem órgãos reguladores que melhor dirão isso do que a própria empresa. Afinal de contas, somos uma empresa, nós estamos aqui para cumprir legislações que estão sendo implantadas, diante de decisões seja do Legislativo ou do Executivo. Então, acho que quem poderia... A autoridade reguladora poderia melhor dizer sobre esse tipo de situação, caso tenha ocorrido, sob o ponto de vista de vantagens e desvantagens. A melhor discussão é feita de forma pública e transparente, sobre essa situação. Então, não posso afirmar que qualquer tipo de decisão tomada possa ter trazido ou não prejuízo para a companhia, até porque eu não vivenciava isso. Eu tenho que me ater hoje à situação em se encontra a empresa e aos instrumentos que eu tenho na mão para dar sequência a esse trabalho. Em relação a compra e venda de ativos, sim, aquisições, mobilizações e desmobilizações, de acordo com a sua tabela de alçadas, essas seguem propostas contempladas e analisadas pelas diretorias competentes; elas sobem para a análise de comitês intermediários; depois, para a Diretoria Executiva; depois, para os órgãos de assessoramento, os comitês de assessoramento do Conselho de Administração, que, por sua vez, tem a palavra final nessa situação. É assim que funciona hoje o modelo de governança da PETROBRAS. Eu não sei qual era a indagação que o senhor teria em relação a esse ponto.

O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY - A indagação é como se dá a organização de uma reunião de Conselho de Administração, a definição da pauta, e como isso é comunicado aos conselheiros que vão participar da reunião.

O SR. ALDEMIR BENDINE - A Diretoria Executiva prepara um resumo executivo dessa pauta, propõe ao Conselho de Administração o exame da pauta, para...

O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY - Quando V.Sa. fala "propõe ao Conselho", propõe a quem do Conselho?

O SR. ALDEMIR BENDINE - Normalmente, isso é feito ou através dos comitês de assessoramento, que previamente vão olhar esse aspecto antes de levar, ou diretamente ao Presidente do Conselho de Administração, quando você tem uma pauta nesse sentido. Essa pauta, só para você ter uma ideia, ela é fechada



com uma antecedência de, pelo menos, uns dez dias, para que se tenha tempo, para que os conselheiros possam examinar esse resumo executivo que é preparado pela própria diretoria. O que nós aperfeiçoamos, nesse período, foi a instalação desses comitês de assessoramento ao Conselho de Administração, porque aí você pode fazer, por parte dos conselheiros, para que eles tenham maior segurança na decisão, uma análise mais técnica daquilo que está sendo proposto pela Diretoria Executiva, coisa que era uma prática que não existia antes na companhia. A pauta você fecha, então, normalmente, com o Presidente do Conselho de Administração. Para você ter uma ideia, amanhã, provavelmente, eu vou fechar com o Presidente do Conselho de Administração a pauta da nossa próxima reunião, que é no dia 23. Então, em média, são 10 dias, mas que, com certeza, são temas que já se encontram em discussão, e que, como são da alçada decisória do Conselho de Administração, previamente passam por uma análise mais técnica desses comitês de assessoramento ao Conselho de Administração, prática que a companhia não tinha anteriormente. Em relação ao balanço que foi citado aqui, um estudo da Deloitte do BNP Paribas, eu acho que aí é uma coisa até simples de ser explicada, Deputado: são duas metodologias totalmente diferentes. Aliás, até a própria auditoria externa que assessora a PETROBRAS, hoje, que dá legitimidade aos balanços da PETROBRAS, ela não concordava com a metodologia anterior por um negócio muito simples. Aquilo que foi apresentado no estudo, por parte da Deloitte e do BNP Paribas, estava correto — não estou falando que aquilo está... Estou questionando o trabalho dessas duas grandes auditorias. E ela dizia respeito a um levantamento que foi feito sobre o valor justo de ativos naquele exato cenário. O que é aplicado num balanço, pelos meus mais de 30 anos de experiência no mercado financeiro, é o chamado teste de imparidade; 88 bilhões não eram um teste de imparidade, ou *impairment*, como se diz no mercado financeiro. Nós aplicamos um teste de *impairment*. Qual é a diferença básica em relação a valor justo de ativos e teste de imparidade? Valor justo de ativos, para um bom exemplo mais simplificado, é quando, simplesmente, você pega um ativo e fala: “*Com esse ativo, eu quero vender ele no mercado*”, como se eu pegasse um automóvel para fazer uma avaliação, quando, provavelmente, eu encontre alguém para vender, no mercado. É uma metodologia mais simples; ela serve mais para indicador em relação a você ter



uma noção de quanto vale o seu bem. E, no caso de um teste de *impairment*, é algo um pouco mais complexo. Primeiro, só se aplica teste de *impairment* em ativos que são unidades geradoras de caixa. Eu vou usar um exemplo aqui para ficar mais claro. Eu posso aplicar um teste de *impairment* numa refinaria; mas não posso aplicar um teste de *impairment* num equipamento de uma refinaria. Por quê? A refinaria gera caixa, ela dá um resultado ali, no final do mês. Um equipamento, ele não gera caixa. Então quando você vai fazer um teste de imparidade, você pega uma unidade gestora de caixa, que no caso é a refinaria. Quando você vai tratar de um equipamento, aí você pode usar essa questão de valor justo ou não, para saber qual é o valor que ele tem naquele mercado, se bem que muitos de alguns desses ativos que contemplavam esse cálculo de 88 bilhões eram ativos que inclusive você não vende. São filtros, não é? Antipoluentes, determinadas unidades de... Você não tem nem comércio para esse tipo de situação. Então, o que a gente fez ali? Aplicou a melhor metodologia que existe, aliás, a única que existe, que é um teste de *impairment*, que foi colocado no conjunto de ativos da empresa. E, sim, nesse caso, já incorporamos os custos, não só da Abreu e Lima, mas como os do COMPERJ, enfim, de todos os ativos que, dado aquele momento da aplicação do teste de imparidade, traziam essa realidade. Agora, eu também gostaria de destacar que não é só o simples fato de um erro de projeto, de um sobrepreço, que pode determinar uma questão de um teste de imparidade; também as condições macroeconômicas de um projeto que você tenha naquele exato momento é que determinam isso com um peso muitas vezes maior. O que eu estou querendo dizer com isso? Se hoje eu faço uma projeção *business plan* em relação ao investimento, eu estou trabalhando em cima daquilo que, dentro de um horizonte de tempo, pode, primeiro, recuperar o capital investido e remunerar esse capital investido, além do lucro gerado em relação a esse investimento. A cada período, ou quando você tem mudanças significativas no cenário macroeconômico, você tem que revisar as premissas que foram aplicadas àquilo diante dessa nova realidade e projetar para frente. Quando a diferença é positiva, você não faz absolutamente nada. Você não mexe em nenhum lançamento contábil. Quando a diferença é negativa e superior a 10% do projeto, aí, nesse caso, você é obrigado a jogar isso contra resultado e contra patrimônio. É assim que funciona o teste de *impairment*. Então, no caso específico, foi o que a



gente aplicou lá na ocasião. Por isso, talvez essa diferença discrepante de 88 para 45 é que nós estamos comparando duas realidades totalmente distintas. Uma é a questão de valor juros de ativo e a outra, sim, um teste de imparidade, que é o que de fato compõe a norma contábil mundial e que a PETROBRAS adota. Isso foi inclusive certificado pela própria auditoria externa. Em relação à necessidade financeira da empresa, eu não diria que a gente estava numa situação catastrófica, não. É que logo no início eu estava... Quando nós assumimos lá, nós entendemos que o modelo que estava desenvolvido dentro do fluxo de caixa da empresa para o ano de 2015 previa o final do ano, terminar o ano com caixa relativamente baixo diante do tamanho da empresa. Eu acho que não é salutar, não é a melhor prática você trabalhar com margens tão apertadas. E nós pedimos, então, uma autorização ao Conselho de Administração, logo no primeiro mês em que a gente lá chegou, para que a gente pudesse fazer determinadas captações que dessem uma folga maior de caixa, para que a gente justamente enfrentasse possíveis oscilações bruscas no mercado, o que de fato acabou ocorrendo. Então, isso nos permitiu uma situação muito tranquila para enfrentar esse momento no qual houve um acirramento da crise internacional, e por quê? Porque nós tínhamos já feito captações suficientes que nos permitem chegar ao final de 2015 com caixa próximo a 20 bilhões de dólares, que é o número que a gente entende com folga e adequado. O que a gente tem feito ao longo desse período — e essa autorização do Conselho de Administração, na época, foi de até 19,3 bilhões de dólares —, a gente tem exercitado diante da experiência de mercado financeiro também reperfilando a situação da dívida da empresa; ou seja, partindo para modelos financeiros e estruturas financeiras que a empresa não adotava e que traz uma melhor relação de custo para a empresa. Então, conforme eu acabei de dizer, ao fazer, por exemplo, uma operação que nós anunciamos agora, onde o custo é lastreado em LIBOR e é um custo muito mais vantajoso para a empresa. Eu estou quitando uma dívida, trazendo... Fazendo uma dívida nova a um custo menor. Esse sistema de rolagem, de reperfilamento, já permitiu, em oito meses, um ganho para a empresa, ganho direto para a empresa, de quase 4 bilhões de dólares, o que é muito significativo e nos ajuda na melhoria da nossa geração de ganhos operacionais e que, com isso, a gente possa ter uma melhor capacidade de gerenciar essa dívida. De fato, o cenário



atual não nos permite um avanço significativo em relação a essa questão da dívida, quando o senhor disse que em praticamente 5 anos a dívida cresceu 257%. É que o senhor também está fazendo um comparativo em reais, e nós tivemos algumas valorizações em dólares aí muito efetivas, não é? Mas, de fato, a dívida da empresa é muito alta; talvez, sim, seja a mais ou pelo menos uma das mais, como grande empresa do mundo, mais endividada neste momento. A relação aproximada da geração de *ebitda* da empresa é de quase 4 vezes, aproximadamente. Isso significaria, o quê? Que a empresa precisaria gerar todo o resultado dela, por 4 anos consecutivos, para poder pagar a dívida. Então, isso é um espaço, é um indicador muito alto. O salutar numa empresa do nosso padrão seria a gente estar hoje a três ou dois e meio, que é o que a gente almeja buscar. Mas a gente não vai conseguir fazer isso só com a geração operacional. Nós vamos ter que trabalhar muito fortemente num projeto, sim, de desinvestimento, porque se a gente não vender ativos a gente vai ter muita dificuldade em trazer essa dívida a um patamar que é o adequado para a empresa. Em relação a...

O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY - Dr. Bendine, só para eu entender melhor, muitos talvez entenderem melhor...

O SR. ALDEMIR BENDINE - Fique à vontade.

O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY - Quando V.Sa. diz que tem uma disponibilidade de caixa ou quer alcançar uma disponibilidade de caixa, ao final do exercício, da ordem de 20 bilhões de dólares, eu entendo que essa é uma grande notícia que se está dando aqui, porque a impressão que todos nós tínhamos é dessa dificuldade financeira extraordinária, até porque V.Sa. acaba de, enfim, entender também que, como empresa grande, certamente ela é a mais endividada do planeta. V.Sa. acaba de dizer isso. Eu só queria entender direito. Quer dizer, há uma disponibilidade ou vai ter uma disponibilidade até o final do exercício da ordem de 20 bilhões de dólares? É isso? É exatamente isso?

O SR. ALDEMIR BENDINE - Sim. A previsibilidade é de que a gente termine o ano com dinheiro em caixa da ordem de 20 bilhões de dólares. Essas mais recentes operações anunciadas ao mercado que nós fizemos... E a gente já tinha dito que as necessidades para o ano de 2015 já estão atendidas. É que nós já estamos fazendo algumas operações, apresentando janelas de oportunidade do



mercado, prevendo para 2016. Eu acho que a gente está muito próximo de, com mais algumas operações também, ter a nossa necessidade de caixa para 2016 preservada. Isso dá um cenário de maior previsibilidade e tranquilidade para que a gente enfrente não só esse restante de ano, mas o próximo ano também. Resta o grande desafio de melhorar cada vez mais por meio de um processo efetivo de melhoria de gestão, de corte de custos, enfim, de uma reorganização da empresa, para melhorar ainda mais a gestão operacional. E, agora, não tenham dúvidas de que não há solução mágica para que a gente traga esse endividamento da empresa a um patamar, a um indicador que seja condizente e que seja das melhores práticas do mercado. Nós teremos, sim, provavelmente que passar, e vamos passar e está previsto, por um processo de desinvestimento, ou seja, de venda de ativos. O mercado não é o mais adequado. Então, a gente está tendo o extremo cuidado de aproveitar janelas de oportunidade, de buscar também parceiros que enxerguem, nesse desinvestimento, um projeto de longo prazo, porque senão você poderia correr o risco de vender um ativo a valor vil, que é algo que nós nunca permitiríamos para a empresa. Então, talvez... Muitas vezes, a gente é questionado se esse processo de desinvestimento não está indo em um ritmo muito lento. Não. Ele está indo num ritmo adequado à condição de mercado que está sendo dada. A gente tem que saber enfrentar essa condição e ter a rapidez necessária para adequar cada um desses movimentos àqueles cenários que se impõem à gente.

O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY - V.Sa. poderia estimar qual a expressão econômica dessa venda de ativos?

O SR. ALDEMIR BENDINE - Oi? Desculpe?

O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY - V.Sa. poderia estimar qual seria a estimativa econômica dessa venda de ativos? O valor total? A previsão?

O SR. ALDEMIR BENDINE - Dentro da nossa previsibilidade até o final de 2016, a gente espera uma venda de ativos da ordem de aproximadamente 15 bilhões de dólares; e, completando, até um período de 5 anos, mais 40 bilhões aproximadamente. O que daria aí um indicador muito mais positivo para a companhia e uma condição de melhoria muito maior, desde que, é lógico, esse cenário também, de repente, não possa se reverter muito favoravelmente à empresa, não é? Uma recuperação forte do preço do Brent e, enfim, outros



indicadores que possam acontecer em relação a isso. Em relação ao que você me perguntou sobre o motivo do afastamento do Presidente do Conselho de Administração, o que eu tenho a informar é que ele solicitou ao Conselho de Administração, por motivos pessoais, particulares, um afastamento das suas atividades até o final de novembro. Não tenho mais informações quanto a isso. Está exercendo interinamente até esse período o Prof. Nelson Carvalho a Presidência do CA. Não tenho mais nada a acrescentar em relação a isso, Deputado. Finalmente, em relação à questão de modelos de partilha, concessão e afins. Bom, o que eu tenho a dizer é o seguinte: nada obstante o tamanho, a importância, a relevância da PETROBRAS, eu acho que não cabe a uma empresa que atua no mercado delimitar ou interferir em condições a serem dadas sobre melhores modelos regulatórios ou de exploração. Eu sou um cara bastante disciplinado em relação a isso. Eu acho que cabe a uma empresa se adequar àquilo que lhe foi imputado pelas regras de mercado que ali foram colocadas. Eu gostaria até de fazer um comentário. Eu acho que talvez eu tenha ouvido uma expressão de uma figura preeminente que disse algo muito importante. O País tem hoje três modelos de concessão, de exploração do petróleo. Isto cabe à União, à força do conjunto da União, da governabilidade da União dizer qual o melhor modelo, até porque, na grande maioria dos países, o petróleo é de propriedade da União. É ela quem deve determinar qual o modelo a ser explorado. Eu acho que cabe a uma empresa se adequar às regras que ali foram colocadas e extrair o maior valor. É lógico que, no modelo A, B ou C, se a imputação de custos for maior, o preço que você tem a pagar é menor. E eu acho que se criou uma celeuma muito grande em relação a esse tema. E eu diria que, dada a situação que a gente está discutindo aqui, com tudo isso que a PETROBRAS tem passado, esse processo de recuperação da empresa, é no mínimo inoportuna essa discussão, até porque nós não vamos vivenciar situações da espécie. E o modelo que mais se diz adequado, por exemplo, é o modelo de concessão. A gente acabou de passar por um processo, por um leilão. Eu acho que a empresa deu oportunidade para os concorrentes no mercado, já que ela, às vezes, era acusada de ser monopolista, de poder participar do mercado. Cabe a eles querer participar ou não. E não teve muito sucesso o leilão. Então, cadê essa ânsia, essa vontade, que, por meio do modelo de concessão, a gente poderia resolver todos os problemas? Então, não cabe à



empresa. Isso é só um comentário. A gente ficar entrando no mérito da discussão... Eu acho que isso é uma discussão que cabe a vocês, através de um debate público, e ao Executivo, enfim, determinar qual, de fato, é o melhor modelo para a sociedade. Mas eu acho que esse último leilão mostrou que nós não temos necessidade de fazer uma discussão açodada ou com muita urgência em relação a esse tema, até porque os três modelos existem. Existe o modelo de concessão, existe o modelo de cessão onerosa e existe o modelo de partilha. São modelos que estão em mão, não é? Ou, na decisão da União, aplicá-los ao seu melhor interesse, aos interesses da sociedade brasileira. Cabe à PETROBRAS se adequar a cada um deles. Se você me falar hoje: *"Você está com capacidade, neste momento, para participar de um leilão num regime de partilha, no qual você tem que pôr 30% do investimento?"* Não, não tenho. Não tenho caixa para isso. Agora, será que, com um cenário de Brent abaixo de 50 dólares, a União tem interesse em fazer um leilão? São perguntas que eu acho que a gente tem que responder. E eu acho que também isso é um instrumento que está na mão da União, para olhar o conjunto da cadeia de óleo e gás. Muitas vezes, é lógico, todas as empresas têm um interesse maravilhoso em vir aqui para explorar ou produzir petróleo. Eu não vejo essa mesma ênfase em elas assumirem compromisso com refino, com abastecimento, com a logística de tudo isso que é necessário para o País. Então, é aquilo que eu falo de ônus e bônus. Eu acho que isso tem que ser construído por meio de um debate público, com mais tempo, com mais profundidade. Isso é uma opinião do cidadão Bendine falando, não é a do Presidente da PETROBRAS. A PETROBRAS sempre vai respeitar o modelo que for imputado e vai trabalhar com aquele modelo que lhe foi determinado. Eu acho que era isso que a gente...

O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY - Com a tolerância do Presidente Leo de Brito, eu agradeço bastante.

Ficou uma pergunta apenas, Deputado Leo de Brito, que preside...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leo de Brito) - A última.

O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY - A última, com certeza, que já foi feita.

É com relação à realização do prejuízo causado na construção da Abreu e Lima. Eu repito que os custos médios de barril processado são da ordem de 14 mil a



20 mil dólares. A Abreu e Lima teria custado de 80 mil a 85 mil dólares. Como está sendo feita a realização desse prejuízo? Vai para a conta do combustível? Vai a União ressarcir? O que é que vai ser feito no sentido de realizar esse prejuízo enorme que foi causado na construção de Abreu e Lima?

O SR. ALDEMIR BENDINE - Todos os ativos, Deputado, que tiveram imputação de teste de imparidade, esses prejuízos já foram realizados contra o patrimônio e o caixa da empresa que estão dentro desse conjunto de 45 bilhões. Aí... Todos esses compromissos...

O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY - Então, vai para o acionista.

O SR. ALDEMIR BENDINE - Já foi para a conta do acionista.

O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY - Do acionista minoritário.

O SR. ALDEMIR BENDINE - Isso já foi jogado contra, nesse teste de imparidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leo de Brito) - Muito obrigado, Deputado Antonio Imbassahy.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leo de Brito) - Pois não.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO - Eu só queria chamar a atenção de V.Exa. para tentar ver se dá tempo, porque há muito gente querendo perguntar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leo de Brito) - Tempo de liderança...

O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO - Realmente, nós não vamos... Senão, vou avocar o tempo de Liderança também, enfim.

@

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Eu pedi tempo de Liderança, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO - Mas era só para tentar ordenar um pouco isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leo de Brito) - Sem problema. O Presidente tinha afirmado que o tempo de Liderança era após os autores.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Isso. Os autores não estão presentes.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Leo de Brito) - Para falar como autor, tem a palavra o Deputado Fernando Monteiro. *(Pausa.)* Não se encontra.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Ele não está presente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leo de Brito) - A Deputada Eliziane Gama está presente? *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Também não está presente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leo de Brito) - Então, concedo o tempo da Liderança do PR ao Deputado Altineu Côrtes e já passo a presidência dos trabalhos ao nosso Vice-Presidente, Antonio Imbassahy.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Sr. Presidente, Sr. Presidente Bendine, primeiro eu quero agradecer as respostas do senhor no meu momento de questionamento e dizer que o Estado do Rio de Janeiro, obviamente por ser um grande produtor de petróleo, o maior do Brasil, é o que mais sofre com as receitas e com toda essa corrupção que aconteceu com a PETROBRAS, especialmente o Município de Itaboraí. E eu gostaria de pedir ao senhor uma atenção bastante especial, porque a conta da corrupção não pode valer.

Nós temos que terminar aquele empreendimento, quer dizer, o gás que vai ser processado ali do pré-sal, uma região superimportante. O COMPERJ possui ali mais de 44 milhões de metros quadrados, se não me engano, naquele empreendimento. Enfim, que o senhor, com sua habilidade, possa achar sua equipe, um parceiro forte, para ajudar o Estado, ajudar o Brasil e a PETROBRAS.

Quero dizer ao senhor que, nesses meses de CPI, talvez um dos maiores desafios do senhor seja tirar de dentro da PETROBRAS poucos, que não são muitos, eu tenho certeza disso — o corpo técnico da PETROBRAS é fantástico, a empresa ter chegado aonde chegou, o seu nível de produtividade, enfim —, diria, tirar alguns cânceres que ainda estão na empresa; que o senhor possa meter o dedo na ferida e trocar as pessoas. Obviamente, nem o senhor nem qualquer outro profissional poderia entrar ali fazendo isso sem ter uma avaliação, um conhecimento, porque uma empresa desse porte demora, com certeza, meses para ser vista. Mas existem pessoas que eram ligadas a essas pessoas que foram e participaram efetivamente dessa corrupção, que beneficiaram essas empresas, que



roubaram a PETROBRAS, que roubaram o povo brasileiro, que roubaram o povo de Itaboraí e que ainda estão lá.

Então, que o senhor pudesse aí, dentro de todas as suas responsabilidades, tirar assim que possível, trocar imediatamente essas gerências, trocar essas pessoas que ainda hoje fazem parte do processo e do dia a dia da PETROBRAS e que, com certeza, constroem corrupção. Só estão ali para fazer isso. Elas faziam parte da equipe, porque a equipe não era apenas o Renato Duque. É o Marco Aurélio, que mexia no cadastro; é o cara que está na compra há 10 anos, só chamava as empresas...

Nós vamos, no nosso relatório que vamos encaminhar ao Relator, o Deputado Luiz Sérgio, apontar diversos nomes que estiveram aqui em todas as partes da empresa. E o senhor, com toda a sua experiência, que possa fazer isso. Eu sei que isso é uma coisa difícil. Primeiro que, para o senhor chegar a uma empresa como a PETROBRAS, com um corporativismo enorme... Eu acho inadmissível pessoas que assinaram contratos jurídicos estarem participando do jurídico ainda. Elas vieram aqui depor na CPI e disseram na CPI: *"Não, eu só assinava o parecer jurídico"*. Mas o parecer jurídico de um contrato corrupto, que não foi 1, foram 100, 200, 300! O cara assinou! Será que esse é o melhor profissional para estar à frente disso?

Eu sei que obviamente o senhor vai conseguir tomar essas decisões e espero que o senhor possa fazer isso o mais rápido possível. Acho que isso é um atraso em todos os seus objetivos ali, que é levar a PETROBRAS para frente. Essas pessoas não querem levar a PETROBRAS para frente; essas pessoas estão ali para tirar da PETROBRAS, para puxá-la para baixo, para roubar a PETROBRAS, que é o que fizeram até hoje.

E, Sr. Presidente, eu quero aqui deixar mais uma vez a minha posição da continuidade da CPI. No meu modo humilde de entender, é um absurdo a Câmara Federal terminar a CPI da PETROBRAS com tudo o que está acontecendo. Quem sabe até a semana que vem não haverá uma nova fase da Operação Lava-Jato?

Sr. Bendine, para o senhor entender, Sr. Presidente, na semana passada nós tivemos aqui os donos da Petroquímica Suzano, o Sr. David Feffer. Em bolsa, a Petroquímica Suzano valia 1,2 bilhão de reais. A PETROBRAS a adquiriu no final por 4,1 bilhões de reais! O Sr. Paulo Roberto Costa esteve aqui e disse que falou



com o Sr. David Feffer várias vezes, que fez várias tratativas com ele. O Sr. David Feffer esteve aqui e disse que não houve tratativas com Paulo Roberto Costa. Um dos dois está mentindo. Eu acredito no Paulo Roberto Costa. Ele fez delação premiada! (*Riso.*) Nesse caso, eu acredito nele. De 1,2 bilhão para 4,1 bilhões! Isso é muito maior que o escândalo de Pasadena! Esses contratos que estão aqui — e esse é o desafio do senhor — são contratos que não foram alvo da investigação da Lava-Jato ainda.

Para o senhor ter uma ideia, num dos contratos que eu vou enviar ao senhor, e vai estar no nosso relatório, nós temos aqui que em uma das empresas de fretamento aéreo, a BHS, tem uma senhora de nome Amanda que foi funcionária da PETROBRAS e Diretora Financeira da empresa. As empresas de fretamento aéreo têm contratos de 20 bilhões de reais com a PETROBRAS aproximadamente! No tempo da Operação Lava-Jato, de 2004 para cá, talvez mais de 40 bilhões! Isso ainda não foi investigado. Isso é um desafio que vai ficar na mão do senhor e do Ministério Público.

Então, Sr. Presidente, eu vou concluir dizendo que, infelizmente, se esta CPI acabar, ela não vai ter feito o seu papel. E a população brasileira conta com a Câmara Federal, com os Deputados Federais, com o nosso instrumento de fiscalização. Os partidos terão que orientar, e o meu partido, o PR — a não ser que façam a diferença, eu vou ser voz discordante disso —, vai orientar para a CPI da PETROBRAS continuar. Não tem por que parar. Os processos estão em andamento.

Sr. Bendine, eu quero desejar boa sorte ao senhor. Cuide bem da PETROBRAS, para que o nosso Brasil possa ter a PETROBRAS no lugar que ela merece.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Muito bem.

Como autor do requerimento, passo a palavra para o Deputado Fernando Monteiro, pelo tempo de até 5 minutos.

O SR. DEPUTADO FERNANDO MONTEIRO - Boa noite, Sr. Bendine! Pelo adiantado da hora, eu vou ser curto nas minhas perguntas e vou deixar uma série de perguntas para o senhor depois, se puder, responder com mais calma, porque estamos aqui já há quase 4 horas e temos alguns colegas que têm algumas dúvidas.



Como eu sou complacente com o tempo, vou deixá-las por escrito, e depois o senhor, se puder, poderá enviar a mim as respostas.

Eu queria fazer aqui uma pergunta, porque a PETROBRAS para nós sempre foi um orgulho. Todo o sonho do jovem engenheiro era ser funcionário da PETROBRAS e todo o sonho de alguém que queria ser bem-sucedido era ser diretor da PETROBRAS. Eu estive com meus amigos, colegas, o Deputado Waldir, o Deputado Altineu, lá na Refinaria Abreu e Lima, que é do meu Estado — sou do Estado de Pernambuco, um Estado pobre —, e vimos uma grandiosa obra. Mas, muito mais do que uma obra, nós vimos ali muitos sonhos que vieram e se foram, porque em Pernambuco, Deputado Augusto Coutinho — meu companheiro de bancada e colega, porque sofremos isso no dia a dia nos Municípios vizinhos —, nós vimos 60 mil empregos irem embora. Isso aí deixa um caos social. Isso aí deixa uma quebradeira no comércio, que muitas vezes — e o nordestino sabe — o comércio de uma Prefeitura é do mercado local, não tem inserção em nada de fora.

Eu queria deixar aqui uma pergunta simples para o senhor: quais são os planos para a Abreu e Lima? Nós sabemos que esse mercado de refino é um mercado hoje complicado — a PETROBRAS tem o monopólio dele ainda; acho que temos que mexer aqui na lei. Eu queria saber quais são os planos para a Abreu e Lima, se vai haver investimento na Abreu e Lima. Eu queria passar esse recado ao povo pernambucano e queria também passar um recado de otimismo, porque eu vejo que o senhor mudou em 8 meses a cara da PETROBRAS.

Muitas pessoas depositaram seus sonhos na PETROBRAS quando sacaram seus FGTS e compraram ações. Eu acho que está nas mãos do senhor a responsabilidade para que essas pessoas não tenham prejuízo. Eu acho que a resposta sobre a Abreu e Lima é importante.

Para terminar — eu tenho ainda 2 minutos, e vou ser o mais breve possível —, eu vou aqui declarar meu posicionamento contrário à continuação da CPI. Eu estou aqui, assumindo isso de público, e não tenho medo, porque eu acho que, quando a se abriu esta CPI, ela tinha um foco; havia poucos delatores. Hoje já vieram vários delatores — há mais de 30 delatores. Muitos vieram aqui e ficaram calados. Então, eu acho que está na hora, realmente, de ela se encerrar.



Acho, Deputado Altineu, que o trabalho do Parlamentar não é só fiscalizar, mas é também levar saúde, levar educação, levar segurança. Eu acho que temos que hoje trabalhar nisso, pegar os nossos esforços hoje e trabalhar nas leis que aí, sim, melhorem o *compliance* da PETROBRAS, porque isso passa pelo Congresso Nacional; que aumentem as penas para as pessoas que fazem coisa errada, e aí, sim, nós vamos dar resposta à sociedade levando-lhe educação e melhorando a vida das pessoas.

Meu muito obrigado.

O SR. ALDEMIR BENDINE - Deputado, inicialmente eu queria fazer um registro: a questão do sonho permanece. Em recentes pesquisas perante a população estudantil de nível superior brasileiro, a PETROBRAS continua sendo a empresa dos sonhos dos jovens universitários. A gente quer colocar a empresa nesse rumo correto, para que isso continue sendo motivo de orgulho da sociedade brasileira. Esse é o grande desafio, e nós vamos trabalhar arduamente para que isso seja restabelecido. Até porque, conforme o Deputado Imbassahy colocou, hoje o valor da empresa no mercado, de 100 bilhões, não é um terço sequer do seu patrimônio líquido. Quer dizer, eu acho que o mercado não está sendo justo com a empresa, apesar, lógico, de todo esse dano de imagem e de tudo isso por que vem passando. Mas acho que, quando isso for passado a limpo, a empresa, com certeza, vai recuperar a sua credibilidade. É um trabalho de longo prazo. Não dá para... São etapas que terão que ser vencidas. Deixar a empresa na sua plena capacidade é um projeto ainda de longo prazo. Em relação à Abreu e Lima, é decisão tomada da companhia a completação da refinaria. Ela tem o Trem 1 já em pleno funcionamento... Não em pleno funcionamento — estará em pleno funcionamento — por uma questão de licença ambiental. Nós estivemos recentemente com o Governador quando delimitamos que, enquanto ainda não temos a capacidade de colocação de um filtro necessário para a empresa atuar, para a refinaria atuar com 100% da sua capacidade, nós vamos usar uma mistura de Brent ali menos poluente, o que dá para aumentar a capacidade de refino. Nós também já tomamos a decisão de completar o segundo trem, até porque tem 87%, se não me engano, já conclusos. O valor estimado para completar esse trem é da ordem de 3 bi, e isso nós devemos fazer com os próprios recursos da casa, e aí a gente a tem na sua plenitude. E



futuramente, quando tivermos espaço no investimento, só faltará essa questão do filtro. Mas a empresa, a refinaria estará com toda a sua capacidade. Então, é o que eu tenho a afirmar em relação à Abreu e Lima, ou seja, ela vai concluir.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Eu queria aproveitar para falar sobre o COMPERJ, que o senhor ficou devendo uma resposta.

O SR. ALDEMIR BENDINE - Acho que, do COMPERJ, eu tinha dito. Então, para complementar, Deputado, no caso específico do COMPERJ, que era um polo petroquímico — na verdade, a gente só está olhando para aquela refinaria que tem lá, que inclusive é muito moderna —, nós temos um trabalho incansável para buscar um parceiro para terminar aquele projeto. É lógico que eu não posso me antecipar, mas eu diria ao senhor...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Está encaminhado?

O SR. ALDEMIR BENDINE - ... que nós temos três parceiros já numa discussão mais final em relação a isso, e a ideia é a gente fazer ali a primeira experiência de um projeto compartilhado de refino, que é uma coisa que eu almejo muito para a companhia: que a PETROBRAS não seja a única responsável por refino, distribuição e logística neste País, e que a gente possa estimular essa cadeia.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Com a palavra o Deputado Delegado Waldir. Como autor do requerimento, S.Exa. dispõe de 5 minutos.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Sr. Bendine, estamos aqui há mais de 5 horas. Eu pediria à sua assessoria, se puder ajudar, para anotar as perguntas que eu vou fazer, para passar a V.Sa., porque são várias.

A primeira pergunta que eu quero fazer ao senhor, se puder responder de imediato, é: quando o senhor foi chamado pela Presidente Dilma para assumir a PETROBRAS, o que ela pediu ao senhor?

O SR. ALDEMIR BENDINE - No dia 6 de fevereiro, eu fui convidado pelo Presidente do Conselho de Administração, que já conhecia o meu trabalho como Presidente do Banco do Brasil, para assumir essa missão. Então, a conversa que eu tive foi com o Presidente do Conselho de Administração, o então Ministro Guido Mantega.



O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - O senhor esteve, depois, com a Presidente?

O SR. ALDEMIR BENDINE - Em reuniões de trabalho, sim, algumas vezes.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Em algum momento ela fez algum pedido ao senhor?

O SR. ALDEMIR BENDINE - Não. O que ela disse é que o caminho adotado, que nós estávamos percorrendo na empresa, era o mais correto e que a empresa precisava, nesse momento, era disso; era de gestão e de alguém que entendesse de uma dinâmica financeira melhor para aquela empresa.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Tranquilo.

Por favor, peço à assessoria que nos ajude na anotação das perguntas.

Eu gostaria de saber como o senhor explica, usando as suas palavras, o malfeito Sete Brasil? Eram quase 30 sondas, hoje se fala em 15. Sei lá eu se uma, duas ou três. Uma (*ininteligível*) de mixaria, coisa de 40 bilhões de dólares — mixaria mesmo, 40 Pasadenas, apenas 40 Pasadenas. A Sete deve hoje 14 bilhões para os bancos — se eu estiver equivocado em alguma coisa, depois o senhor pode corrigir — e a PETROBRAS está envolvida nessa ideia genial.

Uma ideia genial para quebrar o Brasil, realmente, e meter a mão no dinheiro do povo brasileiro. Ideia de quem? Barusco, Gabrielli e Lula. Não posso falar em quadrilha, mas o trio que realmente colocou a PETROBRAS nesse buraco, para roubar o dinheiro de forma aparentemente lícita.

Eu gostaria de saber: essa farsa, essa armação com o nosso dinheiro, esse roubo vai continuar até quanto? Essa seria a primeira pergunta.

A segunda pergunta que eu gostaria que a assessoria anotasse, e se o senhor puder anotar alguma delas, é: o senhor representa a continuidade da interferência do Governo Federal, de políticos e do PT na PETROBRAS? Eu queria saber se o senhor representa isso.

Eu acompanhei o noticiário da imprensa, pesquisei um pouquinho, e eu gostaria de perguntar se o senhor entrou numa furada; se entrou numa canoa furada. No Banco do Brasil, os senhores adquiriram o Nossa Caixa, o Banco Votorantin, o Banco da Patagônia. No caso da Val Marchiori, fala-se em empréstimo de 2,7 milhões, que o senhor teria aprovado mesmo ela tendo restrição a crédito.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Sr. Deputado, esse assunto não faz parte da CPI. Está fora da CPI.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Não há pertinência com a CPI.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Não, tranquilo. Eu só estou fazendo um contexto na pergunta; eu não estou perguntando sobre esse caso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - O.k. Apenas para registrar. V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Eu estou falando num contexto geral, não estou fazendo a pergunta sobre o caso. Eu peço até que V.Exa. acrescente o tempo de interrupção.

O senhor pagou 122 mil reais à Receita Federal por não informar a origem de 280 mil reais ao Imposto de Renda.

Considerando esses fatos que coloquei para o senhor, e que a Presidente, segundo matérias que eu li também, teria pedido para o senhor acabar com a corrupção na PETROBRAS, o senhor se acha capaz, considerando que o senhor é o homem de confiança do ex-Presidente Lula — isso eu também colhi em matérias jornalísticas —, que criou esse esquema de corrupção na PETROBRAS? Por um acaso a Presidente Dilma não colocou o rato para cuidar do queijo?

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Sr. Presidente, isso é um desrespeito. Isso é um desrespeito com o Presidente da PETROBRAS.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - V.Exa. tem a palavra. Prossiga.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ – Sr. Presidente, o Presidente Bendine precisa ser tratado com respeito. Ele vem respondendo todas as perguntas aqui.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Os nobres Deputados querem fazer as perguntas no meu lugar? Eu escutei V.Exas. Eu só peço educação.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Fazer pergunta é uma coisa, Deputado. V.Exa. tem todo o direito de fazer perguntas. Agora, respeite as pessoas que vêm depor aqui.

O SR. PRESIDENTE(Deputado Antonio Imbassahy) - V.Exa. tem a palavra. E mantenha-se na posição que sempre se manteve: de colaborar com a CPI. V.Exa.



tem um desempenho destacado aqui na Comissão e merece todo o respeito e a nossa admiração. Pode prosseguir.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Eu estou fazendo as perguntas ao Presidente da PETROBRAS; não estou fazendo para a pessoa que não tem o que explicar aqui.

O senhor vem da área bancária. O que o senhor conhecia da PETROBRAS além de abastecer os seus veículos em postos? Vem da área bancária, não é? Além de abastecer seus carros, o que o senhor conhecia da PETROBRAS para ser indicado? Era o técnico adequado para essa função?

Quinta pergunta: a PETROBRAS convidou para licitação empresas envolvidas na Lava-Jato — tem a SBM, a Astromarítima —, e me parece que há alguns contratos. O senhor não acha isso extremamente suspeito, considerando que o Ministério Público tem recomendado, de forma veemente, que não haja esses convites ou essas licitações?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Peço tolerância a V.Exa.

Hoje, a dívida da PETROBRAS com a Receita Federal é de 15,6 bilhões e, da Vale, 41,9 bilhões. Então duas das maiores empresas brasileiras, numa em que o senhor esteve e outra da qual o senhor afastou outro dia um representante do Conselho de Administração, são responsáveis por boa parte da dívida com a Receita Federal. Não é complicado isso, o senhor estar na administração da PETROBRAS e não quitar as dívidas, não resolver esses problemas?

A última pergunta, Sr. Presidente.

O que o senhor mealaria: Dilma, Gabrielli, Graça Foster... O senhor disse que tem que olhar para frente, que não foi chamado para olhar o passado, mas não tem como administrar o futuro se não se conhecer o passado. Eles foram o quê? Incompetentes, omissos, negligentes? Ou agiram com dolo, com a intenção de quebrar o País e facilitar a corrupção que foi instalada na PETROBRAS?

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ALDEMIR BENDINE - Eu me permito responder questões relativas à PETROBRAS do ponto de vista da gestão, afinal de contas eu sou um gestor e não



estou aqui para fazer avaliações políticas. Farsa na Sete Brasil, eu não entendi a pergunta.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Resposta técnica, por favor. A pergunta que eu fiz foi técnica, não foi política.

O SR. ALDEMIR BENDINE - Então, qual é a pergunta? Farsa na Sete Brasil? Não entendi qual é a pergunta.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Qual das perguntas o senhor quer que eu refaça?

O SR. ALDEMIR BENDINE - Vamos começar pela ordem: farsa na Sete Brasil. Eu não entendi qual pergunta seja respondida.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Eu quero saber se o projeto Sete Brasil vai continuar e até quando. Eu quero saber.

O SR. ALDEMIR BENDINE - Eu já tinha respondido aqui, mas volto a responder.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Acho que eu não estava presente.

O SR. ALDEMIR BENDINE - Era uma pergunta do Relator. A Sete Brasil se encontra no seguinte estado: diante da nova realidade econômica que o País está vivenciando e como ela não teve atendido, na época, no ano passado, o desligamento da operação, daqueles empréstimos ponte para uma operação de longo prazo, ela passou a ter dificuldades financeiras na sua consequência. Então, o que foi feito nesse momento? São três conjuntos de atores que têm trabalhado uma solução para a situação da Sete: a PETROBRAS, enquanto contratante; a própria empresa, com os seus acionistas; e os bancos credores desses empréstimos ponte. Isso está, neste momento, dentro de um período que chamamos de *standstill*, quando estamos redesenhando o modelo. E, diante dessa realidade financeira da empresa e também por parte da PETROBRAS diante do novo cenário, sim, com certeza, as 28 sondas, que era o número previsto inicialmente, não será mais a quantidade de sondas contratadas. Elas estarão adequadas a um número mais adequado à empresa PETROBRAS, assim como a ela, pela sua capacidade de investimento.



O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - A PETROBRAS tem a necessidade técnica dessas sondas?

O SR. ALDEMIR BENDINE - De um número menor, sim. O que nós estamos discutindo neste momento é a reorganização sem perder de vista o modelo licitatório, porque temos que cumprir os ritos jurídicos que foram feitos na época desse processo licitatório. Então, o que se procura? Adequar esse número diante da necessidade da PETROBRAS e da capacidade de entrega da Sete Brasil e do seu conjunto de estaleiros, mas sem abrir mão das condições de licitação que foram feitas à época. Na segunda pergunta, o senhor disse: se eu continuo sendo uma interferência do Governo e do PT na PETROBRAS. Também não entendi qual é a pergunta.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Se o senhor representa a continuidade do Governo, de políticos e do PT na PETROBRAS, porque o PT colocou lá Sérgio Barusco, colocou Duque, colocou Cerveró...

O SR. ALDEMIR BENDINE - A pergunta é "sim" ou "não"? A resposta é não.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Pode ser, fica a critério do senhor. A resposta é o senhor quem dá.

O SR. ALDEMIR BENDINE - Não, não sou filiado a nenhum partido político. Eu sou um técnico de mercado.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Não, eu não perguntei se o senhor é filiado, eu perguntei se continua a mesma interferência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - O seu tempo já foi encerrado, Deputado Delegado Waldir. O tempo de V.Exa. já foi encerrado, o de questionamentos.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Não, eu não estou fazendo questionamento. Ele que fez a pergunta para mim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu quero só pedir para o Presidente Bendine concluir as explicações para passarmos para o próximo.

O SR. ALDEMIR BENDINE - Bom, então, concluindo, em relação ao que eu conhecia da PETROBRAS, eu fui... Tive uma carreira de 35 anos no mercado financeiro; eu era o Presidente, há 6 anos, do maior banco da América Latina. Eu acho que eu conhecia com profundidade as condições que a empresa representava,



até porque a gente era concessor de crédito para essa empresa, como para as principais empresas do País. E, na minha avaliação, acho que o que a empresa precisava, no momento, era mais de um gestor e de uma pessoa com experiência financeira do que propriamente alguém do mundo industrial, que eu acho que talvez não trouxesse a colaboração devida para o que a empresa precisava nesse momento. Não entendi essa condição, que eu afastei alguém da Vale, que ela tem a maior dívida, mas em relação à dívida que foi divulgada na imprensa, apesar de a PETROBRAS ter uma dívida com a Receita, o senhor se esqueceu de acrescentar que ela já é repactuada dentro do REFIS e os pagamentos estão sendo feitos diante de toda regularidade. Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Vamos ao próximo inscrito, o Deputado Izalci. S.Exa. tem até 3 minutos.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Vou pedir o tempo da Liderança do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Então, V.Exa. tem 12 minutos.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Eu vou... Como o meu tempo de pergunta é muito pequeno, eu gostaria de fazer alguns comentários e, aí, V.Sa. pode anotar e depois resumimos as perguntas.

Mas eu quero aproveitar, Presidente, se essa for, realmente, a última sessão da CPI com oitiva... Espero que não seja, mas, de qualquer forma, sendo, eu quero dizer que nós avançamos muito bem quando tratamos da Diretoria de Abastecimento, com o Sr. Paulo Roberto Costa e o operador Youssef. Acho que avançamos muito, apesar ainda de faltarem alguns depoimentos. De qualquer forma, avançamos bem. Na Diretoria de Exploração e Produção também, com o Renato Duque e Vaccari, aprofundamos bastante. Agora chegou a hora da Diretoria Internacional. Exatamente neste momento, o Nestor Cerveró e Fernando Baiano, ambos, se dispuseram a fazer a colaboração premiada. Aí...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu quero só dizer, antes de V.Exa. concluir — eu irei repor o tempo, não se preocupe — que existem delações, como a do Sr. Ricardo Pessoa, que esta CPI passou 5, 6 meses esperando que ela viesse a se tornar pública. Ela não se tornou. Nós o trouxemos aqui, ele falou apenas o que queria e não respondeu aos questionamentos. Foi mais um daqueles depoimentos que, vamos dizer, não colaboraram tanto para os nossos trabalhos.



As delações de Nestor Cerveró, até então, o que se sabe, e do Fernando Baiano também, estão no Supremo Tribunal Federal. Então, elas podem obedecer a esse mesmo rito e podemos aqui prorrogar a CPI por 4 meses, como está se pedindo — que é um pedido ao qual, quero dizer aqui, não tenho nenhum óbice. Pelo contrário, eu até me dispus a assinar o requerimento do Deputado Onyx, que estava com o Deputado Ivan. Não assinei apenas por um lapso aqui, o Deputado Ivan saiu. Mas vou fazer questão de assinar para mostrar que eu não tenho nenhum tipo de compromisso em antecipar o término da CPI, assim como Deputados do PMDB que hoje se dispuseram a assinar, até porque essa é uma decisão do Plenário; não é uma decisão da CPI.

Então, esses prazos, na verdade, não contribuem. E essas delações em segredo de Justiça também não ajudam a CPI. Então, muitas vezes, é importante registrar isso aqui, eu entendo a preocupação de V.Exa. no sentido de que os nossos trabalhos, às vezes, não evoluem da maneira como queremos porque impedimentos legais, que estão dentro das nossas leis, impedem, infelizmente, podermos ter acesso às informações.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Bem, repondo o meu tempo, só para... Eu não concluí.

Eu concordo com V.Exa. Acho que nós precisamos rever a lei da colaboração premiada. Ela, realmente, prejudicou muito o andamento da CPI, e temos que discutir essa questão da mudança dessa lei.

Agora, de qualquer forma, o que nós temos que entender é que o Judiciário, tradicionalmente, tem por vocação o sigilo; não contribui, vamos dizer assim, com a divulgação, enquanto a CPI, a característica dela, aqui no Legislativo, é a de tornar públicas as informações. Muitos brasileiros acompanham a Lava-Jato, acompanham a questão da PETROBRAS através da CPI, porque, realmente, tem pouco acesso ao Judiciário. Portanto, eu digo assim que as pessoas precisariam acompanhar um pouco melhor. E aí, encerrando, eu acho que dificultaria um pouco também esse compartilhamento das informações.

Mas eu quero dizer com isso que nós já tínhamos chegado à questão do rei e da rainha. Isso aí eu já tinha lá atrás; eu, como auditor, contador, não tinha nenhuma dúvida disso. Mas agora, não para a nossa surpresa, porque isso é público e notório,



nós temos aí o Sr. Léo Pinheiro, que disse, claramente — e a gente precisava ouvi-lo melhor —, que todas as reformas da chácara do Sr. Lula, que está em nome de um laranja sócio do Lulinha, foram feitas pela empresa OAS; da mesma forma, o apartamento do Bancoop. Foi a mesma coisa; o próprio Léo Pinheiro confessou isso. O Sr. Ricardo Pessoa, da UTC, também fala do financiamento da campanha do Sr. Lula e tudo mais. A Diretoria Internacional agora aparece com o Lulinha, pagamento de pessoal, 2 milhões de contas pessoais. Está aí essa acusação. Ninguém falou nada disso.

Eu acho que precisamos, sim, ouvir o Okamoto, que tem que explicar essas coincidências de os empresários pagarem a passagem; coincidentemente, as palestras aconteceram exatamente nos países que receberam financiamento, que tiveram obras financiadas pelo BNDES. É muita coincidência o que aconteceu. Então, precisamos fechar isso. E eu tenho certeza que, se fecharmos neste momento, nós vamos ter dificuldade em concluir essas coisas, que já são óbvias para mim.

Mas, entrando aqui na questão do nosso Presidente Bendine, foi dito que em 2015 o resultado seria muito melhor do que o de 2014. Tenho minhas dúvidas, porque, pelo menos no segundo trimestre de 2015, foi o pior resultado dos últimos 3 anos. E aí tem uma entrevista em que V.Sa. alega que isso se deve a três eventos: pagamento de impostos, alta do dólar e queda do preço do petróleo no mercado internacional.

Pagamento de imposto não altera resultado, porque o regime da PETROBRAS é regime de competência. Pagamento de imposto já está computado no resultado pelo regime de competência. A alta do dólar, evidentemente, afeta, mas na medida em que existe aí a queda do preço do petróleo, uma coisa compensa a outra. De qualquer forma, eu espero até que V.Sa. tenha razão, que o resultado seja melhor, mas, pelo segundo trimestre, os dados que temos aqui, de 531 milhões no segundo trimestre, foi o pior resultado nos últimos 3 anos.

Eu entraria já em algumas observações aqui, que poderiam ser anotadas para, depois... A Presidente Graça Foster, quando esteve nesta CPI, ela afirmou que foi mais leal à PETROBRAS do que ao Governo — talvez por isso ela não tenha



permanecido no cargo. V.Sa., quando toma suas decisões, deve lealdade ao Governo ou à companhia que preside?

V.Sa. poderia nos dizer qual foi o reflexo da política de contenção de reajuste dos preços dos combustíveis praticado pela PETROBRAS nos últimos 5 anos e também com relação a esse endividamento de aproximadamente 500 bilhões?

V.Sa. disse há pouco que, nessa questão dos financiamentos das dívidas, houve uma economia de 4 bilhões. Quatro bilhões em 500 bilhões é uma economia razoável, numericamente falando, mas em relação à dívida não chega a 1%. Mas, de qualquer forma, nós falamos aqui da corrupção de 6 bilhões, que pode chegar a 20 bilhões, mas a informação que tenho é que a contenção dos reajustes do preço do combustível ultrapassou 80 bilhões. Queria que V.Sa. comentasse essa questão dos preços dos combustíveis; qual é a política que está sendo adotada agora; se realmente há essa intenção de recuperar esse tempo perdido totalmente, já que se tem feito vários reajustes agora, e qual é a política que V.Sa. está adotando.

V.Sa. também comentou há pouco que a previsão é ter no caixa, no final do ano, 20 bilhões. Agora, nesta semana, se não me engano, foi fechado um empréstimo de 2 bilhões de dólares com um banco industrial, comercial da China, o ICBC Leasing. Com essa perspectiva de 20 bilhões em caixa e mais 2 bilhões de dólares de empréstimo, esse empréstimo já é por conta de uma eventual perda de credibilidade, redução do índice do país, e se está pegando enquanto dá tempo ainda, porque a preocupação é, depois, não se conseguir mais esses empréstimos? Essa é uma pergunta que eu faço também.

A Presidente Graça Foster também, quando esteve aqui, no seu depoimento, testemunhou que achava praticamente impossível tamanho esquema de corrupção sem a participação de toda a cadeia decisória. Agora, após 8, quase 9 meses na empresa, qual é a compreensão de V.Sa. com relação a essa questão? Dava, realmente, para desviar tanto recurso, com a participação de tantos diretores, sem nenhum conhecimento da Presidência ou até mesmo do Conselho de Administração?

E, por falar em Conselho de Administração, eu pergunto: qual foi o motivo real do afastamento do seu Presidente, o Sr. Murilo Ferreira, se não me engano, que entrou recentemente e saiu recentemente. Gostaria que V.Sa. pudesse explicar qual



o motivo do afastamento do Presidente do Conselho de Administração, o Sr. Murilo Ferreira.

Perguntaria ainda: a PETROBRAS colocou no balanço 6 bilhões de reais fruto da corrupção, que é mais ou menos 3% daquelas operações que foram feitas. Já que foi auditado em 2015, em abril de 2015, foi feito mais algum ajuste nos balanços?

E até perguntaria se V.Sa. tem conhecimento de como está, ou, pelo menos, se já foi contabilizado, ou se tem expectativa de contabilizar, essa questão das ações judiciais na Bolsa de Nova York e outras bolsas, fundos de pensões, principalmente investimento no exterior, porque parece que tem diversas ações contra a PETROBRAS. Há alguma previsão, uma provisão de devedores duvidosos, ou algum ajuste foi feito em função dessas dívidas que podem ser cobradas posteriormente?

Para encerrar, eu tenho informação de que o organograma da PETROBRAS continua praticamente o mesmo; não houve nenhuma mudança significativa. Como o próprio Deputado Altineu Côrtes colocou, a informação que tenho também é que diretores e, principalmente, os gerentes executivos são os mesmos da época dessa corrupção toda. Então, tem muito gerente. Houve, assim, alguma transferência de um lugar para outro, mas continuam os mesmos gerentes executivos na PETROBRAS.

V.Sa. foi do Banco do Brasil muito tempo, e nós sabemos que existe o Sindicato dos Bancários também, que é muito forte no mercado internacional, na área financeira, principalmente com relação a isso. Eu perguntaria... A informação que eu tenho também é que o Sindipetro — é porque está na compensação —, que é o Sindicato dos Petroleiros, que é vinculado à Federação Única dos Petroleiros, como é que essa... Parece que ainda está bastante aparelhado com relação a isso. Eles interferem muito nessa questão dos cargos? Os senhores o consultam? O sindicato apresenta nomes? Como é que é a escolha desses gerentes? Há muita interferência sindical dessa federação?

Essas eram as minhas indagações, Sr. Presidente.

O SR. ALDEMIR BENDINE - Deputado, quando eu comentei sobre a questão de resultado, há de se entender que, num resultado, a gente trabalha com resultado



gerencial, que é o resultado da efetiva gestão da companhia e é o resultado contábil. Quando o senhor cita que foi um péssimo resultado 500 milhões de reais, nós estamos falando de um resultado contábil e não de um resultado gerencial, até porque tiveram eventos ali... E aí eu já aproveito para responder a outra pergunta: sim, a gente vai fazer ajustes permanentes. E teve, inclusive, teste de imparidade em ativos, o que tinha necessidade de ser feito, dada a mudança de cenários macroeconômicos. O que a gente espera é um resultado gerencial robusto. O resultado contábil, por óbvio, por eventos não recorrentes, que a empresa está colocando uma série de coisas em dia, ele pode ser, contabilmente, não um resultado brilhante, mas gerencialmente, sim, sinal de que a empresa, mesmo com um cenário adverso econômico, ela até se ajustou...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Qual a diferença? Eu não entendo: resultado gerencial e contábil? Qual a diferença de um para outro?

O SR. ALDEMIR BENDINE - Resultado gerencial é aquele onde você soma todas as suas receitas menos as despesas e pagamento de imposto; é o resultado normal da companhia. Há eventos não recorrentes, que surgem muito extraordinariamente, que impactam contabilmente o resultado — por exemplo, um teste de imparidade, que é feito muito eventualmente; o pagamento de uma ação que não estava provisionada, como foi o caso. Nós tivemos a perda de uma ação que estava em trâmite aqui em Brasília e não tinha valor provisionado. Então, nós tivemos que arcar com essa situação. Do ponto de vista do resultado gerencial, da geração operacional de resultado, sim, a empresa está indo muito bem. O resultado contábil, por óbvio, vai ter alguns impactos nesse sentido. Quanto à questão de lealdade, eu acho que, qualquer administrador, ele deve lealdade ao acionista; é com ele; ele é o responsável pela empresa. Então, faço minhas essas palavras. Os demais pontos, eu já tinha respondido. Eu vou tentar relembrar cada um deles. A questão do reajuste, da política de reajuste na companhia — e eu respondo pelo período que lá estou —, é adotado um modelo de paridade internacional; ele serve como referência de preços. Nesse período em que lá estou, nunca trabalhamos abaixo do preço de paridade internacional. Nós fizemos vários reajustes nesse período, temos total autonomia para isso, e sempre buscando essa questão de paridade internacional. A cesta de produtos da PETROBRAS recebeu uma série de



reajustes nesse período, não só em relação a gasolina e a diesel, mas também a gás, a asfalto, enfim, a uma série de derivados. Eu acho que a boa prática da companhia é a boa prática mundial em relação a reajuste. Em relação ao caixa de 20 bi de dólares, essa é a previsão que a gente quer ter em caixa. O que nós fizemos agora é uma operação de 2 bi. Quanto ao caixa para 2015, isso já está muito bem administrado. O que nós estamos fazendo é já antecipando modelos para 2016, para dar essa folga, toda vez que surgir uma boa oportunidade de captação no mercado. Então, quando o senhor compara o valor total da dívida com aquele ganho de 4, na verdade, aquilo é ganho para a companhia. Era algo que eu iria pagar 4 a mais, pelo modelo de endividamento que lá existia, e vou pagar 4 a menos por ter feito uma mudança no perfil da dívida: troquei uma dívida mais cara por uma mais barata. Sobre a questão de motivo real... O Murilo não saiu. O Murilo pediu uma licença. Ele comunicou ao Conselho de Administração. Isso não cabe a mim; eu sou Presidente da empresa. Ele comunicou a todos os integrantes do Conselho de Administração um pedido para se licenciar por motivos pessoais até o final de novembro. Até lá, se ele não tomar nova decisão, a gente espera o retorno dele. Ele vai adotar... Vai continuar sendo o Presidente do Conselho de Administração da empresa. Sobre a questão de ações lá fora, não; não temos contabilização nem provisão, Deputado. Primeiro, porque são recentes; e, segundo, porque, nesse tipo de ação, se você fizer uma provisão ou uma contabilização, você está reconhecendo o erro e você não está brigando pela causa. Então, nesse tipo de situação, você não faz esse tipo de provisionamento. Provisionamento é algo quando você tem uma assertividade mais para a frente e quando essa ação vai demorar muito. Essa ação que tramita lá — a principal delas é a *class action*, que é uma associação de ações —, ela deve ter uma destinação muito rápida. A gente estima isso para o primeiro semestre do próximo ano. Nós estamos numa fase — eu já havia explicado aqui — de discussão. Quanto ao melhor encaminhamento disso, normalmente, uma *class action* termina sempre com acordo entre as partes. Mas ainda estamos numa fase embrionária, ou talvez intermediária, em relação a isso. Interferência de sindicato: zero. Eu nunca recebi nenhuma demanda de sindicato; não negocio com sindicato para nomear cargo. As nomeações na PETROBRAS são feitas de forma técnica, dentro do quadro que eu tenho na empresa. E, em relação ao organograma,



conforme eu já havia implementado, sim, nós estamos fazendo toda uma revisão. O modelo organizacional da empresa não foi feito de forma açodada, o novo modelo. Nós fizemos isso inclusive com o apoio de uma consultoria internacional. Nós estamos tentando replicar as melhores práticas do mundo, inclusive das demais petrolíferas, usando sempre esse balizador. Nós chegamos a um modelo que nós vamos submeter ao Conselho provavelmente na próxima reunião do dia 23. E, tão logo esse modelo seja aprovado, nós vamos partir para a implementação, e aí é que, de fato, você vai mexer em toda aquela cadeia de gerentes e assim por diante, até porque o que a gente pretende é, sim, criar mais um nível hierárquico na companhia, mas sem criar custo. A gente pretende, com essa alteração no topo de comando da cadeia, ter uma redução nessa área de gestão da empresa de mais de 30%. E eu acho que são os principais pontos que o senhor colocou, não é?

O SR. DEPUTADO IZALCI - O senhor pode dizer sobre essa ação que o senhor disse que perdeu em Brasília, que afetou o resultado? Que ação foi essa? O senhor pode dizer?

O SR. ALDEMIR BENDINE - É uma ação de IOF...

O SR. DEPUTADO IZALCI - É IOF.

O SR. ALDEMIR BENDINE - ... dos anos 2007 2008, 2009 e 2010. Nós perdemos a de 2008. Quando a gente teve a decisão, então, nós procuramos a Receita/Fazenda. Negociamos a adesão dela a um novo REFIS. Com isso, a gente teve um belo abatimento. Então, teve uma vantajosidade muito grande. Pagamos essa do ano de 2008 e provisionamos os outros 3 anos — 7, 9 e 10 —, porque são ações muito parecidas. Se a gente perder uma, provavelmente a gente deve perdê-las. Então, o valor devido, nós provisionamos. Não existia provisão. Não era uma prática muito corrente na empresa a questão de provisionamento de passivos. E nós estamos revendo toda essa política de passivos, inclusive fazendo os devidos provisionamentos. Nós não temos nenhum passivo...

O SR. DEPUTADO IZALCI - O senhor tem o valor disso? Qual é o valor?

O SR. ALDEMIR BENDINE - Nós pagamos... O impacto para a companhia foi de 1 bilhão e 800, aproximadamente, dessa ação de 2008, e as outras, com esse desconto, a gente está estimando algo em torno de 2,8 bilhões.



O SR. DEPUTADO IZALCI - E será que era esse que estava na Zelotes? O senhor acha que aquela Operação Zelotes tem a ver com isso?

O SR. ALDEMIR BENDINE - Não, não. Isso não estava em trâmite no CARF. Isso estava na Justiça. Não era decisão do CARF.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço ao Deputado Izalci. Deputado Leo de Brito.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Sr. Presidente, eu gostaria de fazer as perguntas no tempo de 3 minutos e, depois, utilizar o tempo de liderança. Pode ser?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Certo. Deputada Eliziane Gama, V.Exa...

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Presidente, eu queria só... Exatamente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. é autora, mas, na hora em que lhe chamamos, V.Exa. não estava presente.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Então, se o Deputado Leo de Brito não se importar, eu posso lhe dar o tempo.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Eu concedo, eu concedo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Então, V.Exa. tem até 5 minutos para falar como autora.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Quero cumprimentar o Presidente, o Relator, as Sras. e os Srs. Parlamentares e o Presidente Bendine.

Sr. Presidente, eu queria, até de antemão, pedir perdão ao senhor se eu fizer alguma pergunta que já foi feita, por conta da minha ausência aqui nesses últimos momentos.

Em abril de 2015, Presidente, nós tivemos as perdas que foram apresentadas, estimadas, tanto por corrupção como por má gestão. Alguns números chegaram a 55 bilhões. Nós tivemos outros, inclusive, que foram noticiados, de 50 bilhões. Enfim, nós tivemos esses números, de aproximadamente de 50 bilhões de reais, em perdas, considerando corrupção e má gestão. Hoje, depois de 5 meses da publicação desse balanço, e o senhor, portanto na condução da PETROBRAS, o



senhor poderia nos dar exatamente esse valor real? O senhor tem isso contabilizado? O que nós tivemos efetivamente de perdas? Essa é a minha primeira pergunta.

Ainda somando a essa mesma pergunta — eu queria que o senhor anotasse —, dos números de 46 bilhões de reais, por exemplo, ou melhor, desses números totais, seriam 46 bilhões de reais em má gestão e 6 bilhões de corrupção. É a pergunta que eu faço ao senhor: esses 46 bilhões, de fato, é um número significativo apenas de má gestão. Quando o senhor assumiu a Presidência da PETROBRAS, o senhor inclusive chegou a reconhecer, no momento em que tomou posse, problemas da má gestão e de falhas, por exemplo, nesse planejamento a partir da elaboração desses projetos. Mas estes números são bem significativos, quer dizer, 6 bilhões de propina, enfim, corrupção, e 46 bilhões de má gestão. E, por exemplo, quando se faz um levantamento sobre o próprio quadro da PETROBRAS, sempre se vê pessoas com um currículo muito forte, muito bem construído; pessoas que parecem ter um nível de qualificação técnica extremamente elevado. Portanto, são até muito bem remunerados para essas funções.

Mas temos problema de corrupção e percebemos, nos vários debates que fizemos nesta Casa, que não havia, nos pareceu, uma precisão na elaboração dos projetos.

Alguns projetos pareciam ser extremamente mal elaborados, e pelo menos ficava muito evidente que eram mal elaborados de forma muito proposital, para proporcionar, por exemplo, depois, os aditivos, os superfaturamentos. Há obras, por exemplo, como a Abreu e Lima, que começou com uma estimativa... Não dobraram. Por exemplo, começava com 2 bilhões e chegava a quase 20 bilhões de reais a partir desses aditivos.

Eu queria que o senhor me respondesse se esses 46 bilhões, de fato, foram de má gestão e se o senhor também não os considera um volume extremamente significativo.

A outra pergunta que eu faço ao senhor... O senhor colocou... Eu estava aqui quando o senhor falava da possibilidade de termos em caixa, ao final deste ano — se não me falha a memória ou se eu compreendi bem, foi isso, ao responder ao Deputado Antonio Imbassahy —, aproximadamente 20 bilhões de reais, valor que



poderemos ter em caixa, parece-me agora ao final de 2015; um número que me surpreende, inclusive. No levantamento de 2014, nós tivemos um prejuízo de mais de 21 bilhões de reais. Quando o senhor fez a afirmação de que nós poderemos ter um lucro de 20 bilhões de reais, o senhor fez referência, por exemplo, à política de desinvestimentos, venda de ativos, enfim.

Essa estimativa é condicionada a essa política de desinvestimento ainda nesse período que nós temos, de 2 meses e meio, de finalização desse período, ou essa sua estimativa de 20 bilhões de reais em lucro já é algo mais assegurado, já é algo palpável, já é algo real; já podemos, de fato, contar com esse lucro da ordem de 20 bilhões de reais?

Quero fazer só mais duas perguntas, Sr. Presidente. Eu sou, Presidente, do Estado do Maranhão, da Região Nordeste. Nós tivemos lá a Refinaria Premium I e a Refinaria Premium II — as duas, somadas, significam 3 bilhões de reais de direcionamento de recurso por parte da PETROBRAS —, e nada foi feito. No Estado do Ceará, por exemplo, não foi feito absolutamente nada, apenas uma cerca ao redor do terreno. Eu até brinquei lá — e seria cômico, se não fosse trágico — que seria a cerca mais cara da história da humanidade, porque foram 600 milhões de reais apenas para a construção daquela cerca. E nós tivemos nas duas aproximadamente esse valor. A pergunta que eu faço ao senhor é muito elementar: por que a descontinuidade desse projeto?

Outra pergunta que eu faço ao senhor: por que o senhor não atendeu aos nossos convites de vir à Comissão Externa? Esta Casa criou uma Comissão exclusiva para isso, Dr. Bendine; para analisar os casos das Refinarias Premium I e Premium II nos Estados do Maranhão e do Ceará, com representantes dos dois Estados. Nós temos 10 Deputados que estão participando dessa Comissão exatamente para tratar, com muito mais aprofundamento e detalhe, o porquê da suspensão dessas duas refinarias. Nós fizemos vários convites ao senhor, e o senhor não esteve presente nessa Comissão. Eu queria que o senhor me respondesse aqui por que o senhor não prestigiou a bancada do Maranhão e a bancada do Ceará com a sua presença na Comissão.

Ao final, eu quero ler aqui uma palavra sua, depois de muita expectativa, quando foi publicado o balanço da PETROBRAS. O senhor disse o seguinte:



“Estamos dando um passo fundamental em direção ao pleno resgate da credibilidade da PETROBRAS junto aos seus acionistas, fornecedores, ao mercado e à sociedade. Estamos passando a limpo os erros cometidos no trato com os recursos da companhia para podermos lidar com o mercado, dar transparência que este exige e merece receber.”

Foi a sua colocação.

Fazendo uma avaliação do seu histórico, é um tanto contraditório o seu histórico. Por exemplo, a revista *Época* lhe coloca como um dos cem brasileiros mais influentes em 2009.

Em 2013, o IG, por exemplo, lhe coloca como o 11º homem mais poderoso do Brasil. E o senhor... Tem vários prêmios aqui que o senhor recebeu exatamente pela sua trajetória, como administrador. Entretanto, o senhor chegou a pagar uma multa, no valor de 122 mil reais, à Receita Federal, depois de ter sido autuado por não comprovar uma procedência, no seu imposto... informado, na sua declaração do Imposto de Renda, da ordem de 280 mil reais.

A pergunta que eu faço ao senhor é: ao tomar posse na PETROBRAS... E a gente viu, por exemplo, quando o Barusco falou, ele usou o termo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputada.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Já estou finalizando, meu Presidente.

Ele usou o termo: a corrupção dentro da PETROBRAS foi “institucionalizada”. Colocou isso de uma forma clara, colocando que havia uma continuidade a partir dos Presidentes, tanto da ordem... por parte das diretorias da PETROBRAS e também dos empresários.

Eu não consigo admitir, por exemplo, que os empresários, ou melhor, que os diretores da PETROBRAS fizessem isso de forma isolada. Deveria haver uma ação também dos outros funcionários de segundo, de terceiro, de quarto escalão. Aí eu pergunto ao senhor: quais as ações que o senhor fez de imediato para resgatar essa credibilidade? Nós poderemos ter um saldo positivo no final do ano, mas quais



outras ações o senhor nos fez que nos garantam, por exemplo, ter havido uma ruptura nesse processo de continuidade de corrupção dentro da PETROBRAS?

Muito obrigada, Presidente.

O SR. ALDEMIR BENDINE - Cara Deputada, só esclarecer um pouquinho em relação a perdas: não é questão de má gestão ou de corrupção. Foi lançado no balanço da PETROBRAS referente ao ano de 2014, que envolve, sim, a questão de Lava-Jato, de parte dessa situação. Na verdade, são dois itens lançados contra balanço. O primeiro são os pagamentos indevidos, que eu já expliquei largamente aqui, sobre todos os contratos realizados pelas empresas em suspeição durante a investigação. Aplicado um percentual sobre esses contratos, que totaliza 6,2 bilhões, foi lançado numa coluna de pagamentos indevidos. Isso, inclusive, talvez seja o nosso balizador em termos de recuperação. Os outros 44, quase 45 bilhões de reais lançados contra o patrimônio são um teste de imparidade. Isso... Na verdade, nós pegamos o conjunto de ativos da empresa, aplicamos esse teste de imparidade, e ali há uma série de situações que impactam isso. Não há como precisar, não existe metodologia para isso, a real condição que possa ter impactado essa condição. O que existe num teste de imparidade é pegar esse ativo e projetar ele para o futuro, diante das condições do cenário macroeconômico no qual você está inserido naquele momento. Então, não nos esqueçamos de que esses projetos, quando realizados, decididos, eles foram feitos numa ocasião em que o mercado internacional trabalhava com o Brent a quase 120 dólares. E quando a gente aplicou essa imparidade, esse preço estava abaixo de 50. Então, dentro desse conjunto, eu acho que o principal impacto é esse cenário. Pode haver uma situação de sobrepreço ou um erro de projeto ali dentro? Sim, pode, mas não tem como precisar. Mas com certeza é uma parcela bem menor do que o impacto do cenário macroeconômico. Então, é isso que leva essa questão de precisão de projetos... Isso é algo dentro da elaboração do projeto... Percentualmente, até que, pelo que a gente tem notícia, a empresa não errava tanto percentualmente. O problema é que o percentual, dados os grandes valores envolvidos nas contratações, nos investimentos da empresa, representa valores extremamente expressivos, coisas na casa até bilhão de reais. A senhora confundiu um pouco, na verdade, quando eu disse: *“É 20 bilhões de dólares”*. É o caixa da empresa, não significa resultado. Eu



não estou antevendo resultado, até porque eu sou proibido de fazer qualquer antecipação de resultado. Vinte bilhões de dólares é a projeção que a gente gostaria e vai perseguir. Está muito próximo de haver uma assertividade muito grande em relação a isso, que nós terminemos o ano de 2015 com 20 bilhões de dólares no caixa.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Ou seja, é uma meta.

O SR. ALDEMIR BENDINE - Isso é uma meta, e que nós provavelmente vamos cumprir, porque a gente quer ter um conforto maior na gestão da companhia — diante de uma intempérie, você ter dinheiro no caixa para fazer frente a alguma situação inesperada. Isso é caixa, isso não é resultado, tá? De resultado, inclusive, eu não posso nem falar. Eu sou proibido. Perante a CVM, nós somos uma empresa aberta. Então, quanto à questão de desinvestimento, a busca que a gente tem em relação a isso, de vender ativos, é muito mais para equalização da dívida da empresa. A dívida da empresa é um valor extremamente expressivo e só com a geração operacional a gente levaria anos e anos e anos para pagar essa dívida. Então, para que a gente traga esse endividamento a um patamar, a um indicador que seja o melhor indicador de mercado, isso tem que ter, além de uma melhoria na eficiência da empresa na geração operacional, também um processo de desinvestimento ou de venda de ativos.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Nesse processo de desinvestimento, nessa primeira etapa, que o senhor falou que nós levaríamos, chegaríamos a 15 bilhões de reais...

O SR. ALDEMIR BENDINE - De dólares.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - ... ou melhor, de dólares. Qual é a meta? Qual é o prazo de tempo, de data? O senhor também tem essa estimativa?

O SR. ALDEMIR BENDINE - Nós temos uma perspectiva até o final de 2016, agora, sujeita às condições de mercado. Se o mercado estiver numa condição ruim e não houver sinais de melhoria, a gente pode não cumprir. É uma tentativa. Em relação aos convites, Deputada, é lógico que eu gostaria imensamente de poder estar dentro de todas as ocasiões aqui podendo dar a minha contribuição na transparência da empresa, mas a senhora há de entender que eu tenho uma missão bastante difícil. Eu tenho um consumo de tempo enorme dentro dessa missão que



me foi dada. Só para a senhora ter uma ideia, se eu fosse contar aqui em dias úteis, eu estou há aproximadamente 170 dias úteis na empresa. Eu tive 78 convocações, convites e coisas similares. Se eu fosse atender a tudo, eu acho que eu não teria nem tomado posse na PETROBRAS ainda. Então, perdoe-me. Eu gostaria de estar dentro de um processo de transparência. Eu entendo a importância dessa transparência. Agora, a empresa nunca se furtou de mandar representante, de prestar os esclarecimentos devidos, e a gente sempre vai estar em relação a isso. Mas em benefício da gestão da empresa, da busca desse momento que a gente tem enfrentado, e sem se furtar de ser transparente e buscar atender a todas essas condições, a gente vai sempre atender. Mas eu, pessoalmente, atender a todos os convites, requerimentos e assim por diante é humanamente impossível.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Mas o senhor julga que seria importante, né, Presidente?

O SR. ALDEMIR BENDINE - Lógico que é importante. O processo de transparência é muito importante. Agora, a Comissão A, B, C, D, todas elas também se julgam importantes, e são. Eu não tenho como privilegiar a Comissão 1 ou a 2, enfim. Mas nunca, jamais a empresa vai se furtar de estar dando todas as respostas devidas, até porque tem bastantes gestores lá dentro que têm plena condição de atender à ansiedade. Não é necessariamente o Presidente que precisa estar respondendo por tudo na empresa. Então, você tem um conjunto, lá, de gerentes, de diretores, enfim, pessoas qualificadas para prestarem os devidos esclarecimentos. Eu só não posso — eu, pessoalmente — atender a todos, não é? Quanto à questão de credibilidade, eu gostaria só de confirmar: eu não tenho nenhuma pendência com a Receita Federal. Eu já prestei todos os esclarecimentos necessários, inclusive a esta Casa, em relação a esse processo de multa na Receita Federal e agradeço a sua lembrança quanto à minha credibilidade. Eu acho que eram essas as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço ao Presidente Bendine.

Deputado Leo de Brito. V.Exa...

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Sr. Presidente, naquele sistema, eu vou fazer as perguntas...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. quer primeiro fazer as perguntas?

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Faço as perguntas primeiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. primeiro tem 3 minutos. Em seguida, o tempo de Liderança do PT, 10 minutos.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Eu queria só lembrar que o Presidente não respondeu à última que eu fiz. Se ele não puder responder, não tem problema.

O SR. ALDEMIR BENDINE - Qual é, Deputada? Desculpa, eu não...

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Não, a pergunta que eu fiz ao senhor foi: quais as ações que o senhor fez, de forma imediata, no sentido de estancar, não é, e coibir os vários fatos de corrupção que foram constados nas últimas décadas dentro da PETROBRAS?

O SR. ALDEMIR BENDINE - Bom, Deputada, eu não sei se a senhora estava presente, eu fiz uma apresentação inicial aqui,...

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Talvez eu não... Talvez por conta disso, eu não...

O SR. ALDEMIR BENDINE - ...onde eu mostrei todas as ações efetivadas ao longo desse período, a busca que a gente tem feito da melhoria da governança da empresa. Posso relembra algumas novamente: decisões colegiadas, camadas de alçadas estabelecidas, implementação de assinaturas cruzadas em todos os processos. Enfim, nós praticamente abolimos, desde o meu primeiro dia, qualquer decisão individual na empresa. Ninguém tem alçada individual. A gente vem aprimorando fortemente isso, inclusive com apoio de consultorias externas. E agora nós estamos prevendo, para este final de mês, a implementação de um novo modelo organizacional que ainda vai consolidar ainda mais essas ações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Leo de Brito, V.Exa. tem 3 minutos para questionar. Em seguida, terá o tempo da Liderança do PT.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero fazer uma saudação ao Presidente da PETROBRAS, Sr. Aldemir Bendine, primeiro repudiando o desrespeito, a forma desrespeitosa com que um Deputado, agora há pouco, do PSDB, tratou S.Sa. Eu acredito que essa é uma atitude isolada



na CPI, tendo em vista o caráter urbano de que a maioria dos Deputados se utiliza com todas as pessoas. Até porque, no local onde o senhor está hoje, sentaram-se bandidos, e o senhor está vindo aqui para colaborar com a CPI, na condição de testemunha. E está fazendo isso com muita tranquilidade, serenidade e transparência. Eu acho que isso é muito importante.

Serão algumas perguntas e depois vou utilizar o tempo da liderança.

A PETROBRAS é um *player* global, mesmo com toda a crise que está acontecendo. E, obviamente, como um *player* global, uma empresa, ela tem que ter agilidade, eficiência e tem que ter inclusive um conjunto de decisões, que devem ser muito rápidas, e procedimentos que têm que ser rápidos.

Obviamente que, com essa crise, houve a necessidade de um novo sistema de governança, inclusive no tratamento das licitações, que são fundamentais. Como é que V.Sa. pensa sobre esse equilíbrio entre a transparência, entre um sistema de governança que garanta essa transparência na PETROBRAS e essa necessidade que a empresa, como um *player* global, tem de transitar de maneira eficiente e rápida no mercado?

A outra questão é a respeito do... Qual é a opinião a respeito do... Estima-se que em torno de 1% do PIB tenha-se perdido, não pelo fato da Operação Lava-Jato, com o que todos nós concordamos e que consideramos importante para o País, mas pelas consequências econômicas, sobretudo pelo estardalhaço em algumas situações — porque é dada uma dimensão muito grande, que acaba também atingindo o mercado. Qual é a opinião? E como o senhor acha que isso atingiu a PETROBRAS, sobretudo do ponto de vista da imagem da PETROBRAS, inclusive no exterior?

A outra questão é sobre a recuperação do dinheiro de corrupção. V.Sa. se reporta aí a mais de 300 milhões que foram recuperados, e um dos instrumentos fundamentais para isso é exatamente o acordo de leniência, que foi amplamente combatido pela Oposição, sobretudo o PSDB aqui, e pelo Ministério Público Federal, num primeiro momento. Parece que eles já estão se convencendo da importância dos acordos de leniência. E aí, eu queria saber como está o andamento desse acordo de leniência que prevê a recuperação de 1 bilhão de dólares da SBM Offshore, que é uma das empresas que foram objeto de investigação da CPI. E



como estão as perspectivas em relação a outros acordos de leniência, que vão propiciar à PETROBRAS o retorno de dinheiro, que foi roubado da PETROBRAS, para a empresa?

Eu queria que ele respondesse, Sr. Presidente.

O SR. ALDEMIR BENDINE - Deputado, na questão da rapidez da tomada de decisão... Eu queria separar isso em duas partes. Primeiro, do que nós temos de alçada e daquilo que uma lei de S.A. prevê para uma empresa, a capacidade, diante de uma mudança brusca de cenário, você se readequar em relação àquele novo cenário enfrentado. Isso, numa legislação, de uma forma geral, seja ela do modelo A ou B, ela não tem uma interferência muito direta na empresa. O que eu acho que tem uma interferência muito direta na empresa são os modelos adotados do ponto de vista concorrencial, do ponto de vista principalmente de contratação. A empresa hoje está regida sob uma lei específica, a 2.745, sendo que a maioria das estatais ou sociedades de economia mista estão sujeitas à 8.666. Eu acho que, basicamente, as leis são muito parecidas. Elas não têm diferencial em termos das modalidades. Eu acho que o principal está muito mais na questão da celeridade, o tempo em que você consegue fazer isso — e isso com uma empresa da envergadura da PETROBRAS é algo bastante importante —, agora, sem abrir mão da segurança. Então, celeridade é importante. Eu acho que a gente vai conviver com aquilo que nos foi dado, mas a gente nunca pode abrir mão de ter segurança nesses processos. De fato, o impacto da redução das atividades da PETROBRAS, do seu plano de investimento... há de se entender dois motivos. Primeiro, o próprio processo de investigação, e assim por diante, ele meio que paralisou a companhia num determinado momento. Entretanto, também, o volume de investimentos que você tem previsto para o outro ano — que é um valor, apesar de inferior em relação a 2014, ele ainda é um valor significativo —, por óbvio que ele vai trazer um impacto no PIB brasileiro. A PETROBRAS, hoje... Ela era, até o ano 2014, responsável por uma cadeia de óleo e gás que representava quase 13% de todo o PIB brasileiro, e não tenha dúvida que uma redução no seu investimento, isso vai impactar. Eu não sei precisar qual vai ser esse impacto, até porque está tendo também retração, na atividade econômica, em todas as outras atividades. Sobre a questão da recuperação de dinheiro de corrupção, o valor exato foi 296 milhões, através de



transações de acordo feito com o Ministério Público. Sobre o acordo de leniência ou a Lei Anticorrupção, que é algo aprovado nesta Casa, de fato, tem uma, conforme noticiado, em curso, mas, pelas próprias características da lei, a empresa ou parte de quem faz... Quem faz parte do acordo de leniência, ele não pode se manifestar. Então, a única entidade que está apta a se manifestar nos acordos em curso, em relação a esses acordos de leniência — e, de fato, a empresa vem colaborando e participando nesses acordos, no levantamento de cálculos, etc. e tal... São vários casos, mas eu não posso me manifestar, porque a própria lei não permite. Eu acho que o órgão mais adequado para se posicionar sobre isso é a Controladoria-Geral da União. Eu acho que foram esses os pontos que você abordou.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Sr. Presidente, utilizando o tempo da Liderança, eu queria só...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. tem até 10 minutos da Liderança do PT.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Muito obrigado. Talvez nem utilize o tempo todo. Só vou fazer alguns registros que eu acho importantes.

Nós estamos chegando ao final da CPI, e aqui, nos depoimentos iniciais, nas falas iniciais dos Deputados, falou-se muito sobre presunção de inocência, sobre os direitos das pessoas de terem o direito a dúvida. O que a gente tem visto, ao longo da CPI, é um posicionamento constante, sobretudo da Liderança do PSDB aqui na CPI, de tentar incriminar o ex-Presidente Lula, a Presidenta Dilma, também os ex-Presidentes da PETROBRAS Graça Foster e Sergio Gabrielli.

É importante que a gente assevere e registre para as pessoas que estão nos vendo neste momento que nós temos aí mais de 6 meses de CPI, nós temos uma Operação Lava-Jato que já tem mais de 1 ano, mais de 2 anos que está acontecendo no nosso País. São centenas de mandados, são mais de 30 delações premiadas, são dezenas de prisões, e nós não temos nenhum dos quatro sequer indiciados, denunciados ou condenados pela justiça. É importante que isso seja dito, porque a Oposição obviamente que utiliza esse espaço, que é um espaço de investigação, para constituir os seus factoides ou para fazer ilações com base em factoides que aparecem na imprensa. Muitos deles já estão sendo objeto de processos de indenização por danos morais contra esses factoides, sobretudo



quanto ao Presidente Lula, porque existe uma verdadeira caçada. E não sem razão, inclusive, porque nós vimos, aqui na CPI, várias autoridades que estão responsáveis por investigação que têm seus posicionamentos político-ideológicos. E também com base em delações que deveriam ter chegado até a CPI, mas, na verdade, elas não foram publicizadas. Então, na verdade, neste momento, não passam de ilações. E, mesmo que essas delações tivessem sido publicizadas, e esse conteúdo — que é a base, digamos assim, dessas ilações feitas pelos membros da Oposição aqui —, o próprio Ministro Teori Zavascki, numa reunião que fizemos com ele, disse: *“delação de maneira isolada não constitui prova”*.

Então, é importante que a gente pontue. E eu quero dizer da minha confiança no ex-Presidente Lula, na Presidenta Dilma Rousseff, na ex-Presidenta Graça Foster e no Gabrielli, que, sem sombra de dúvidas, foram vítimas de um esquema que foi feito, digamos assim, tangencialmente a eles na PETROBRAS. E quero falar um pouco sobre essa questão da PETROBRAS, Sr. Presidente Bendine.

Logo no início das nossas investigações aqui na CPI, a Oposição quase que decretou a morte, a falência da PETROBRAS. E o que nós estamos vendo é que talvez possam ter acontecido erros. Eu acho que eles estão sendo corrigidos. O que nós estamos vendo é um esforço muito importante da parte de V.Sa., no momento de crise internacional, no momento em que nós tivemos esse problema com as *commodities*, no momento em que a própria imagem da empresa está sendo atingida, em buscar o financiamento necessário para os investimentos. V.Sa. fez aqui uma comprovação de que é necessário que esses investimentos continuem, para que a produtividade e a produção da empresa continuem.

Nós temos reservas contratadas para 19 anos. Nós temos hoje investimentos que, se nós formos verificar, no último ano do PSDB à frente da PETROBRAS, nós tínhamos um investimento em torno de 5 bilhões. Esses investimentos chegaram, em 2010, no Governo do Lula, a 45 bilhões de dólares. E mesmo num momento de crise como este, o senhor se reporta a 25, 27 bilhões de investimentos, mesmo num momento em que a empresa tem um endividamento e está passando por uma série desses problemas. E há os recordes do pré-sal, que é um verdadeiro bilhete premiado que a PETROBRAS tem neste momento.



Então, eu quero dizer aqui da confiança nesse novo modelo de governança, e aí me reporto também aos ex-Presidentes. O fato de a empresa ter crescido em investimentos e também no investimento no próprio conteúdo nacional, em coisas novas, fez com que se tivesse dificuldade nesse modelo de governança. Mas vejo que a experiência que é trazida hoje por V.Sa. em relação ao Banco do Brasil, que é um dos melhores modelos de governança das empresas brasileiras, é muito importante. E, obviamente, também, há esse trabalho que está sendo feito pela CGU e pelo próprio Ministério Público no sentido de recuperar o dinheiro roubado.

Em síntese, nós queremos que a PETROBRAS... Eu confio na PETROBRAS. O povo brasileiro confia na PETROBRAS. Nós confiamos no modelo de partilha, que é o melhor modelo para o nosso País, para a soberania, para os resultados da PETROBRAS e também para ajudar no financiamento da educação, da ciência e tecnologia e da saúde. Entendemos que as investigações devem continuar e que tudo o que houver de corrupção para trás e o que possa sobrar de resquício seja tratado dessa maneira, mas entendemos que a PETROBRAS vai ter vida longa, com um grande progresso.

Eu desejo a V.Sa. uma continuidade nesse trabalho belíssimo que está sendo feito nesse início de gestão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

O SR. ALDEMIR BENDINE - Sr. Presidente, eu só queria fazer um esclarecimento antes de o senhor passar para o próximo Deputado. É porque, em determinados momentos, aqui... O ganho com a rolagem da dívida, em determinados momentos, eu acho que eu expressei em dólar, e, em outros momentos, em reais. Então, quero deixar caracterizado que o ganho foi em reais, a bem da verdade, tá?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Ivan Valente, V.Exa. tem 3 minutos. Em seguida, o Deputado Augusto Coutinho, último inscrito.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, Sr. Bendine, Presidente da PETROBRAS, primeiro, eu queria colocar — como V.Exa. está vendo, o plenário já está esvaziado, e tenho 3 minutos para falar, Presidente Bendine: eu sou daqueles que acham que o senhor, para dar as explicações que deu aqui hoje,



deveria estar numa Comissão Geral lá da Câmara ou então na Comissão de Fiscalização e Controle, porque V.Sa. não tem como responder às questões investigadas pela CPI da PETROBRAS. Então, V.Sa. vai falar de gestão, vai falar de governança, de *compliance*. Isso tem interesse para a PETROBRAS, sim, entende, mas para o efeito da CPI...

Eu acho que, infelizmente, V.Sa. foi convocado no momento em que se planeja um enterro indigno para a CPI, que é a não prorrogação dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Só quero manifestar uma preocupação, porque meu tempo é curto. Eu acho que, com tudo o que aconteceu, com os escândalos da PETROBRAS, ela foi atingida. A PETROBRAS, empresa brasileira, a maior do Brasil, com capacidade de investimento e tecnologia, de gerar emprego etc., ela foi atingida. E há interesses especulativos muito grandes. Tanto é que, no meio da crise, agora, quer-se votar a quebra do modelo de partilha, entende? E no preço mais baixo que o petróleo já encontrou — está a 40 e poucos dólares —, de tantos anos para cá! Chegou a 115 dólares o barril, etc.

Então, quero só manifestar que nós vamos nos posicionar radicalmente contra que interesses oportunistas estrangeiros voltem ao modelo antigo de concessão. Pelo contrário, eu acho que a PETROBRAS tem que ser estatal mesmo, mas sob controle social e controle dos trabalhadores brasileiros.

Então, eu quero aproveitar esse minuto final, Presidente, já que V.Exa. tocou na questão de assinar o requerimento da CPI — até para mim foi surpresa, eu vim aqui também para isso... O Requerimento é o nº 3.191, de 2015, do Deputado Onyx Lorenzoni. Ele que foi protocolado na mesa no dia 1º de outubro. Há um requerimento sobre a mesa, e o Presidente Eduardo Cunha não o pautou. Ele tem que pautar o requerimento para ser votado, e os Líderes encaminham.

Agora, eu vou fazer um pedido a V.Exa., que manifestou o desejo de assiná-lo — eu não estou com o original aqui, porque o original está com o Deputado Onyx Lorenzoni: que V.Exa. possa falar com o Presidente da Câmara agora. Porque eu vou fazer a questão de ordem no plenário pela prorrogação da CPI, mas se V.Exa., que é o Presidente da CPI, e o Relator se posicionarem, se os Sub-Relatores e os Líderes partidários se posicionarem pela prorrogação dos trabalhos da CPI, vai ser



excelente. Mas isso precisa ser votado no plenário. É preciso que o Deputado Eduardo Cunha paute o Requerimento nº 3.191, e é a questão de ordem que eu vou levantar.

Então, eu queria a presença de V.Exa. amanhã na sessão, para que possamos, conjuntamente com os membros da CPI, pedir para ele colocar em votação o requerimento do Deputado Onyx Lorenzoni e para os Líderes orientarem as bancadas no plenário, para que nós consigamos prorrogar os trabalhos da CPI. Esse é o pedido que eu quero fazer aqui.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Para deixar bem claro: o meu posicionamento é um posicionamento contrário à prorrogação. E como Vice-Líder da bancada do PT, vou encaminhar contra a prorrogação da CPI. Para deixar aqui bem claro.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Então, só para... Tudo bem, eu estou me referindo ao Deputado Hugo Motta, Presidente da CPI, que levantou essa questão aqui, até na minha ausência. Eu não estava naquele momento, mas ele confirmou para mim que deseja assinar o pedido de CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Ivan, eu não só tenho o desejo de assinar como também tenho aqui que esclarecer: essas nossas assinaturas servem para esse encaminhamento, como tão bem V.Exa. frisou aqui; a deliberação depende do Plenário e a pauta depende do Presidente da Casa e dos Líderes partidários, que precisam também assinar a urgência, como foi feito nas outras vezes em que a CPI foi prorrogada.

Eu reafirmo aqui o desejo de assinar o requerimento, e pedi a V.Exa. Infelizmente, o requerimento já foi protocolado — para que não paire qualquer dúvida sobre o interesse em brevar os nossos trabalhos. E dizer a V.Exa. que o nosso posicionamento e o nosso desejo é presidir esta Comissão até o prazo regimental das prorrogações. Então, estarei aqui presidindo os trabalhos com a mesma clareza, com a mesma transparência que tenho procurado exercer desde o dia em que fui eleito por V.Exas. para ser o Presidente.

Portanto, V.Exa. terá neste Presidente o apoio para que a gente possa exercer esse direito desta CPI, mas eu não posso ser o responsável pela prorrogação.



O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Não, não. Responsável, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Até porque não depende de mim a prorrogação ou não. Só para ficar claro.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Presidente, muito bem, eu peço só mais 1 minuto para concluir o meu raciocínio.

Eu queria dizer o seguinte: V.Exa. é o Presidente da CPI. V.Exa. tem influência sobre os trabalhos da CPI e também tem influência junto ao Presidente da Casa, que pauta o requerimento. Então, V.Exa. tem um papel a cumprir. É isso o que eu estou colocando. Eu não quero... A responsabilidade é de quem pautar e dos Líderes partidários.

Eu estranho que o Relator... Veja, nós estamos a 7 dias do final dos trabalhos — essa é a questão. Rigorosamente, eu não vi movimentação, Relator, dos Sub-Relatores para entregarem o relatório. Eu não estou vendo essa movimentação. Eles não o tornaram de conhecimento. Eu não vi esse esforço. V.Exa. tem que receber os relatórios e fazer o relatório final. V.Exa. está querendo ler na segunda-feira, que não é dia de CPI, e pode não dar quórum aqui na CPI para deliberar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Tenho que lembrar, Deputado Ivan, que não é o Deputado Luiz Sérgio que quer ler na segunda, é o prazo regimental que a CPI tem para poder deliberar até quinta...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sim, mas é disso que eu estou falando...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - ... com o pedido de vista, que geralmente acontece, para avaliação do relatório. Senão, nós não vamos ter tempo regimental. E se a CPI não obedecer esse prazo...

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Altineu já garantiu que me entrega amanhã.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sim, mas é o que eu estou falando. Então, nós estamos correndo o risco de não votarmos relatório nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu quero só deixar claro o seguinte: nós temos aqui um depoente, que está aqui há mais de 5 horas. Vamos concluir. Eu não tenho problema em a gente discutir isso depois. Para podermos



concluir a oitiva de hoje, só há um Deputado inscrito. Em seguida, a gente faz essa discussão, de maneira muito tranquila.

Deputado Augusto Coutinho, V.Exa. tem a palavra por até 3 minutos e, como me pediu aqui, o tempo de Liderança do Solidariedade. Então, V.Exa. falará 3 minutos como membro desta CPI e mais 4 minutos como Líder, lembrando que os questionamentos só podem ser feitos no tempo de inscrição como membro da CPI. O tempo de Liderança é apenas para falar.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO - Eu vou iniciar, Presidente, fazendo a primeira pergunta ao nobre Presidente da PETROBRAS, Aldemir Bendine: Presidente, eu sou pernambucano, e a situação do Complexo de Suape, em Pernambuco, é muito grave, com empresas em sérias dificuldades, como o Estaleiro Atlântico Sul e a Petroquímica Suape, e demissões da ordem de milhares de pessoas — só no Estaleiro Atlântico Sul, mais de 5 mil funcionários já foram demitidos. Além disso, Abreu e Lima ainda não foi concluída e, apesar de já estar em operação, não usa sua capacidade plena de refino, por causa da não conclusão da terceira etapa.

A situação do Estaleiro Atlântico Sul é consequência direta da crise da Sete Brasil, dos navios que a PETROBRAS contratou, não pagou e depois reprogramou. Dezenas de fornecedores encontram-se em prejuízo por falta de pagamento da PETROBRAS.

Eu fui autor de um requerimento na Comissão do Trabalho. Nós estivemos lá na Refinaria Abreu e Lima e estivemos também no estaleiro. Tivemos a oportunidade, inclusive, de convocar e chamar os empresários, as pessoas que prestam serviço não só à PETROBRAS, mas também ao estaleiro. E a condição é realmente preocupante. A PETROBRAS não cumpre o seu compromisso; consequentemente, as empresas não cumprem o seu. Há casos, inclusive, de empresas de aluguel de carros, que os alugavam, subempreitando a outras empresas. As empresas não pagavam. O engenheiro simplesmente foi embora e levou o carro da locadora. Então, o caos é completo.

É lamentável o que nós assistimos em Pernambuco e o que o PT promoveu com a PETROBRAS e com o Brasil. Eu, como pernambucano, Presidente, fico indignado e revoltado com o que assistimos.



Hoje, o que havia de investimentos em treinamento de pessoal... Por exemplo, em um estaleiro, para se qualificar um profissional, foi gasto muito dinheiro. As pessoas estavam preparadas, e hoje não têm mais nenhuma perspectiva de emprego naquela área a que se dedicaram. Então, o caos é completo.

Empresas foram para Pernambuco e ali se instaram, acreditando na PETROBRAS, na refinaria. A PETROBRAS, inclusive, em várias ocasiões — V.Sa. deve ter conhecimento disso —, chamou os empreiteiros e os subempreiteiros para dizer: *“Podem honrar e fazer as obras, porque nós vamos fazer os pagamentos”*. E nada disso aconteceu. O que ouvimos é simplesmente esse discurso de que a PETROBRAS vai voltar, é orgulho nacional, mas o PT quebrou essa empresa. Quebrou-a de uma forma lastimável, desavergonhada — perdoe-me.

Pergunto, Presidente: o que pode haver de perspectivas para o Suape? O que podemos ter, efetivamente, desse contrato da PETROBRAS com a Sete Brasil, que está afetando o Estaleiro Atlântico Sul? Na sua visão, qual o plano da PETROBRAS para que o polo de Suape e o polo petroquímico, em Pernambuco, sejam restabelecidos?

Segunda pergunta. Eu estou aqui nesta CPI, e tive a oportunidade de ouvir o depoimento do Sr. Paulo Roberto Costa, o Paulinho, amigo de Lula. Ele disse, de forma envergonhada, que se arrependia muito de tudo o que tinha acontecido, mas que a estimativa do prejuízo que a PETROBRAS teve, com toda essa roubalheira, era algo em torno de 6 bilhões. Esse número, inclusive, foi falado na tarde e noite de hoje. Ele disse claramente que a PETROBRAS teve um prejuízo de 60 bilhões, porque a Presidente Dilma não ouviu o Conselho da PETROBRAS, quando disse que precisava reajustar o preço do combustível. Foi o que disse o Sr. Paulo Roberto, e o nobre Relator deve lembrar; se não lembra, está nas notas taquigráficas desta CPI.

Pergunto: esses números são verdadeiros? A Presidente Dilma, por irresponsabilidade dela, não reajustou o preço do combustível e deu um prejuízo de 60 bilhões à PETROBRAS? É verdade o que disse o Sr. Paulo Roberto Costa à CPI, sob juramento, ou não?

Essas duas perguntas são para V.Sa.



Muito obrigado.

Presidente, quero só dizer uma coisa. Eu comungo com V.Exa., e tive a oportunidade de dizer que sou favorável a que a CPI continue. Acho, inclusive, que o tempo está muito curto. Os relatórios estão aí para serem entregues, algumas coisas precisam ser feitas. Não pode ficar para a opinião pública a imagem de que esta CPI vai continuar ou terminar, dependendo da vontade do Presidente da Casa.

Era essa a colocação oficial que eu queria fazer.

Presidente, eu fui rápido, como disse que seria.

Muito obrigado.

O SR. ALDEMIR BENDINE - Bom, Deputado, em relação às perspectivas, particularmente dos três casos citados, falar hoje de um polo petroquímico, diante da realidade da indústria petroquímica como um todo, não só no Brasil, mas no mundo, e dizer que nós temos uma perspectiva muito favorável... Não, nós não temos uma perspectiva favorável, em termos de grandes investimentos, nessa área petroquímica. Todos os nossos investimentos, dada a realidade nova da empresa, ou pelo menos 82% deles, estão direcionados à área de exploração e produção, que é o *core* da empresa e traz maior rentabilidade.

A indústria petroquímica, hoje, notadamente pela concorrência do *shale gas* americano, tem dificuldade de competitividade. A matéria-prima brasileira é um derivado do óleo, a nafta, que não tem competitividade, hoje, no mercado atual, com o *shale gas* americano.

Então, falarmos, no momento atual, de uma perspectiva favorável à petroquímica no País, não é vital. Entretanto, essa relação já foi maior e vem se encurtando. Isso pode trazer, talvez em um cenário até de curto prazo, uma nova possibilidade para essa indústria.

Se tivesse que fazer uma análise sobre a questão petroquímica no País, diria que é uma coisa de manutenção, esperando ter melhor reequilíbrio em relação às diferenças de matéria-prima nossa com as dos norte-americanos.

Em relação ao Estaleiro Atlântico Sul especificamente, eu queria separar o assunto em duas partes. Pelo conhecimento que temos, o EAS rompeu com a Sete Brasil, tem um litígio com a Sete Brasil. Inclusive, não tem demonstrado interesse na continuidade da construção de navios-sonda. Eu não posso especificar mais, até



porque essa é uma discussão entre as duas empresas. Eu só acompanho isso diante do conjunto da Sete Brasil.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO - Perdoe-me, Presidente, mas existe a informação de que ele não recebia pagamento e rompeu. Não conseguia fazer por obra e graça do Espírito Santo. Foi o que eu soube pelo que foi dito, inclusive, pelos empresários lá.

O SR. ALDEMIR BENDINE - E a outra empresa diz o contrário. Diz que adiantou mais dinheiro do que foi entregue. Enfim, eles vão se acertar. Mas hoje há a perspectiva de que eles não têm interesse em continuar esse projeto de navios-sondas, no projeto da empresa Sete Brasil. Entretanto, em relação à construção dos navios que são encomendados à TRANSPETRO, uma subsidiária da PETROBRAS... A PETROBRAS via TRANSPETRO está honrando com todos os compromissos. Já foram entregues cinco, e o sexto será entregue agora. Já têm uma garantia. Nesse contrato, eles têm que apresentar uma garantia bancária para execução — foi dada agora. Parece que eles estão chegando a 5 para depois rediscutirem 12. Então, havia 22 navios em discussão com o estaleiro. O primeiro lote é de 6. Os pagamentos estão absolutamente em dia. A PETROBRAS não tem pagamento atrasado. O que a PETROBRAS tem hoje são pagamentos que estão *sub judice*, de medição, de algo que possa não estar comprovado ou de rediscussão de contratos. A PETROBRAS não tem um atraso — é zero. Isso eu posso afirmar com convicção. O que temos são algumas discussões *sub judice* sobre faturas apresentadas. Há uma discussão sobre a validade ou não daquilo. Ou seja, é uma discussão daquilo que está medido. A PETROBRAS tem zero de atraso, inclusive com o Estaleiro Atlântico Sul. Está prestes a entregar o sexto navio agora e está trabalhando no oferecimento de garantia para dar continuidade na contração de mais 5. Isso está dentro do cronograma do Programa de Modernização e Expansão da Frota — PROMEF.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO - Quando V.Sa. diz que está quite... Não está quite, porque podem existir, por exemplo, contratos que estão sendo questionados, e são muitos, na Refinaria Abreu e Lima. Então, a PETROBRAS certamente parou de pagar, mas havia os fornecedores que eram contratados e subcontratados dessas empresas, e essas empresas estão



quebradas. Fica a pendenga entre a PETROBRAS e as empreiteiras que estão envolvidas, e eles deixaram de pagar às subempreiteiras que estavam envolvidas no negócio.

Vale salientar, Sr. Presidente, que eu estive pessoalmente numa audiência pública da Comissão de Trabalho. Nós chamamos os trabalhadores, chamamos os fornecedores. Muitos disseram, inclusive, que a PETROBRAS, solenemente, fez reuniões com os fornecedores, dizendo que se responsabilizava por aquilo. Muitas empresas, hoje, estão em situação difícilíssima, em virtude disso.

O SR. ALDEMIR BENDINE - Deputado, eu reconheço e sou sensível a isso, mas veja o antagonismo da situação. Hoje, eu estou aqui a convite, na condição de testemunha, para falar sobre um malfeito justamente na relação com fornecedores. Há um questionamento no sentido de que não existia a melhor prática em relação ao assunto. Não tem como dar continuidade a acordos que não estavam aditivos ou coisas do gênero, que nem sequer estavam assinados. A empresa tem dificuldade, juridicamente, de fazer isso. Até porque estará colocando em risco os próprios administradores, se for fazer pagamentos sobre aditivos que muitas vezes nem assinados estavam. Eu entendo. Eu sou sensível a essa condição, notadamente na cadeia, porque, quando você vai para a segunda perna da cadeia, que são os subcontratados...

O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO - Certamente, os subcontratados não têm nada de superfaturamento, não é?

O SR. ALDEMIR BENDINE - Exatamente.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO - O superfaturamento está em cima, não está nesses....

O SR. ALDEMIR BENDINE - Então, eu sou sensível a essa situação, mas nós temos que resguardar a empresa e fazer todo esse pagamento, após as devidas discussões desses contratos. Se eles, de fato, estão sendo cumpridos, isso precisa ser rediscutido. Estamos fazendo um trabalho desumano lá, mas nós estamos *pari passu* com o cumprimento dessas exigências. Tanto é que a PETROBRAS, em determinadas situações, e em comum acordo com algumas empresas que passam por esse tipo de dificuldade, instituiu um instrumento chamado conta vinculada. Num caso como esse, a empresa apresenta a medição daquilo que foi feito e, em vez de



eu pagar diretamente a ela, para que ela repasse para os seus subcontratados, a própria empresa paga diretamente ao subcontratado. Agora, é uma relação contratual na primeira cadeia. Então, isso tem que ser acordado entre as partes.

Fico sensibilizado, sim, mas não vejo capacidade ou possibilidade de a gente atropelar o processo e não seguir a boa prática. Mas a gente tem dado celeridade em relação a todos esses aspectos e tem discutido permanentemente com as empresas. É lógico que o impacto do cenário econômico também está afetando diretamente isso. Vivia-se um *boom* dessa *commodity* em relação a investimento, e hoje a gente está numa situação bastante estreita.

Em relação ao reajuste de preço, várias vezes eu tive condições de me manifestar aqui, Deputado. Eu acho que cabe, então, ao diretor da época. Se ele identificou que o reajuste de preço ou a política de preço não estavam sendo cumpridos de acordo com a boa forma da companhia, ele que se manifeste e explique como é esse cálculo. Desculpe-me, mas eu não posso fazer uma avaliação desse tipo de situação, até porque eu não estava vivenciando e presenciando essa situação. O que eu posso dizer é que, nesses 8 meses, nós temos adotado uma prática transparente em relação à política de preços lastreada na paridade internacional, o que tem sido cumprido à risca. A PETROBRAS vem operando com uma margem muito significativa ou muito apropriada em relação a isso.

Era o que eu tinha a contribuir.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Com a palavra o Deputado Altineu Côrtes.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Como Sub-Relator, eu vou fazer um esclarecimento, porque fui citado aqui. Eu estive com o Deputado Luiz Sérgio. Encaminharei a ele uma parte do nosso relatório, amanhã, mas espero que a CPI não acabe.

De pronto, quero até convidar V.Exa., o Deputado Luiz Sérgio e outros Deputados para agendarmos, de imediato, um encontro com o Dr. Dallagnol, se a CPI for acabar, para que nós possamos — eu vou fazer isso pessoalmente — entregar a ele todos aqueles processos que estamos investigando e que vão ficar pela metade. Temos que entregá-los e dar explicações, porque ele e o Dr. Sérgio



Moro têm, sim, condição de chamar aquele delator e fazer as perguntas que nós poderíamos fazer — possivelmente, nós as faremos, se a CPI continuar.

Então, nós não vamos deixar de investigar nada. Se a CPI acabar, nós vamos dar andamento ao caso por meio do Ministério Público de Curitiba. Eu quero até pedir a V.Exa. — talvez essa possa ser uma última agenda da Comissão — que leve isso pessoalmente e explique: *“Está acontecendo isso, isso e isso, na área tal. Os contratos são esses”*. Para que eles possam dar andamento.

Espero que a CPI seja prorrogada. Não é bom para o Congresso Nacional, para a Câmara dos Deputados deixar de investigar a maior corrupção que o Brasil enfrenta em todos os tempos. Eu não vejo por que acabar com esta CPI.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Quero agradecer ao Sr. Bendine a presença, os esclarecimentos, as respostas às perguntas dos Parlamentares. Sem dúvida alguma, não foi um depoimento. Esta audiência pública foi importante para a conclusão dos trabalhos da CPI, até porque a perspectiva da empresa é de interesse desta Casa e de interesse do povo brasileiro.

Com certeza, nós vamos ficar torcendo para que V.Sa. se supere na sua capacidade técnica, para realmente recuperar a PETROBRAS, que é muito importante para o povo brasileiro.

Os microfones estão à disposição de V.Sa. para as considerações finais, se desejar fazê-las.

Em seguida, vou conceder a palavra ao Deputado Ivan Valente, para concluirmos os nossos trabalhos.

O SR. ALDEMIR BENDINE - Sr. Presidente, eu me coloco à disposição, assim como todo o quadro da empresa. Isso é o que a gente tem buscado. Espero ter sido útil com este depoimento, com estes esclarecimentos prestados dentro da minha capacidade, no sentido de contribuir com esta CPI. Seguindo o exemplo da empresa, que vem sendo colaborativa com as autoridades, eu quero reafirmar este compromisso: se houver necessidade de mais esclarecimentos, seja pelo instrumento da Comissão Parlamentar de Inquérito, seja por requerimento da própria Câmara, se estiver dentro da nossa alçada, com a maior transparência possível,



eles serão prestados. A gente vai atender a qualquer anseio. Eu agradeço. Peço desculpas se tiver ocorrido alguma falha no meu depoimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Sa.

Não havendo mais assuntos para deliberar ou para questionar, V.Sa. está liberado.

Concedo a palavra ao Deputado Ivan Valente, para que faça as suas considerações. Em seguida, se necessário for, debateremos e encerraremos os trabalhos.

Com a palavra o Deputado Ivan Valente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, concluo o meu raciocínio.

Na verdade, eu fiquei um pouco chocado com a decisão do Relator de, peremptoriamente, defender o encerramento dos trabalhos de qualquer jeito. Inclusive, peço ao Relator que explique por que quer encerrar os trabalhos imediatamente. V.Exa. mostrou abertura para a continuidade, para a prorrogação dos trabalhos, e ele fez questão de marcar uma posição.

Sr. Presidente, depois de ouvir o Relator, eu quero dizer que vou fazer um procedimento no plenário amanhã. Eu vou levantar uma questão de ordem, colocar sobre a mesa o Requerimento nº 3.191, pedir que o Presidente da Casa coloque em votação o requerimento e o submeta aos Líderes, à deliberação do Plenário, que é soberano para decidir sobre a prorrogação ou não, como ocorreu nas duas outras vezes em que ela foi submetida ao Plenário. O requerimento está lá desde o dia 1º de outubro e não foi tratado. Então, o Presidente da Casa só tem que submetê-la ao Plenário, que é soberano. Se a maioria do Plenário decidir de outra forma, eu não vou reclamar. Agora, não se pode deixar de deliberar o requerimento do Deputado Onyx Lorenzoni.

Então, se há algum acordo para terminar a CPI, passa pela votação em plenário. Temos que votar em plenário o requerimento de prorrogação, como foram votados os outros dois requerimentos de prorrogação da CPI. Esse é o procedimento. O Deputado Hugo Motta tem um papel a cumprir, se tiver disposição, logicamente, de convencer o Presidente a colocar o requerimento na pauta. Eu vou



fazer a questão de ordem no plenário. Não entendi por que o Relator e o PT estão contra e querem finalizar os trabalhos.

V.Exa. está satisfeito com tudo o que a CPI já fez? Não há mais nada a investigar? Gostaria até de ouvi-lo sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Augusto Coutinho, V.Exa. gostaria de falar?

O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO - Sr. Presidente, só quero registrar uma preocupação. Não estou vendo como vamos conseguir finalizar isso em tempo hábil, porque só um Relator, que estava presente, confirmou que encaminhará o relatório imediatamente ao Relator-Geral. Os outros Relatores nem sequer estavam aqui. Não sei se estão prontos os seus relatórios.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Os Sub-Relatores.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO - Desculpe-me, os Sub-Relatores. Então, comungo com a preocupação do Deputado Ivan Valente de que será o caos terminar a CPI e não apresentar um relatório.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Exatamente, e é o que pode acontecer. Essa é a explicação que eu queria do Relator. Se ele recebeu o relatório e se julga apto a, em tempo hábil, até segunda-feira, produzir o relatório final. Entendem?

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Todos os Sub-Relatores assumiram o compromisso de entregar o seu trabalho até amanhã à tarde. Talvez não consigam entregar o trabalho completo, porque muitos deles dizem que estão faltando alguns detalhes. Se me entregarem até amanhã à tarde, terei condições de ler o relatório na segunda-feira.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Relator, por que V.Exa. é a favor de encerrar a CPI imediatamente? Não entendi isso.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Como?

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Qual o argumento para encerrar a CPI, já que havia um requerimento de prorrogação aqui, e todos concordam que ainda há muita coisa a fazer?

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Os dois outros requerimentos de prorrogação, quando chegaram à Mesa, foram assinados pelos Líderes, para que tivessem preferência de votação. Esse requerimento, evidentemente, passará pelo



mesmo critério. A CPI chegou a um determinado momento em que temos de decidir se vamos ficar olhando pelo retrovisor do passado ou para o para-brisa do futuro.

Quando foi instalada esta CPI, um dos grandes argumentos presentes nos discursos foi que nós precisávamos apresentar sugestões à PETROBRAS. Já se passaram tantos meses que, se continuarmos com prorrogações, será inócuo apresentarmos, inclusive, sugestões à PETROBRAS para que erros não se repitam e ela volte a ser o que é o desejo de todos nós: uma empresa propulsora, que traga desenvolvimento.

Agora, vamos ser francos. Nós chegamos a um determinado momento em que temos muito mais luta política do que propriamente investigação. Eu entendo que o palco adequado para a luta política é o Plenário da Câmara dos Deputados e não a Comissão Parlamento de Inquérito.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, concluo dizendo que vou encaminhar, de qualquer forma, amanhã, a questão de ordem. Acho que a indisposição... A luta política é da prática política do Parlamento. O papel da CPI é investigar, não é fazer sugestões normativas para a PETROBRAS. Devíamos mostrar à sociedade resultados sobre a impunidade, o assalto feito aos cofres públicos e quem são os principais responsáveis por isso. Nós queremos ir até o fim. Por isso, queremos a prorrogação da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exas. Já reafirmei o nosso posicionamento. A vontade do Plenário será respeitada.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a todos a presença e declaro encerrada a presente reunião.